



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

JULIA MARQUES DELL'ORTO

**FELICIDADE DAS PESSOAS DE SALVADOR**

SALVADOR

2022

JULIA MARQUES DELL'ORTO

**FELICIDADE DAS PESSOAS DE SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito para o título de mestra em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Linha de pesquisa: Territorialidade, Desenvolvimento Social e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liana Silvia de Viveiros e Oliveira.

SALVADOR

2022

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

D357 Dell'Orto, Julia Marques  
Felicidade das pessoas de Salvador / Julia Marques Dell'Orto. –  
Salvador, 2022.  
142 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Planejamento  
Territorial e Desenvolvimento Social. Linha de pesquisa: Territorialidade,  
Desenvolvimento Social e Meio Ambiente.

Orientadora: Profa. Dra. Liana Silvia de Viveiros e Oliveira.

1. Felicidade 2. Bem Viver 3. Direito à Cidade 4. Comum 5. Salvador  
I. Oliveira, Liana Silvia de Viveiros e – Orientadora II. Universidade Católica  
do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 316.3(813.8)

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**JULIA MARQUES DELL'ORTO**

**FELICIDADE DAS PESSOAS DE SALVADOR.**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 31 de março de 2022.

Banca Examinadora:



---

Prof.(a) Dr.(a) Liana Silvia de Viveiros e Oliveira - UCSAL (orientadora)



---

Prof.(a) Dr.(a) Cristina Maria Macedo de Alencar (examinadora interna)



**Celso Antonio Favero**

---

Prof. Dr. Celso Antônio Favero (examinador externo – Professor Pleno aposentado no Departamento de Ciências Humanas do Campus I (Salvador) da UNEB

## RESUMO

A partir de utopias presentes na *práxis* dos movimentos de resistência, observados a partir de Salvador na relação com o Brasil e outros países da América Latina, especialmente quanto às noções do direito à cidade, do bem viver e do comum, como conceito, modo de vida e ação transformadora, esta pesquisa constrói indicadores de felicidade que compõem o questionário *online* aplicado na cidade de Salvador – BA, no ano de 2021, a fim de pôr luz às seguintes questões: Quais espaços do território de Salvador seriam favoráveis à felicidade, e porquê?; Quais ritmos, estratégias e práticas se inserem nestes espaços? Quais características possuiriam estes habitantes potencialmente felizes?; E, por fim, quais condições globais influenciariam, limitando ou tensionando, mas não determinando, seus modos de vida? Nesta perspectiva, apresenta os resultados e análises em três artigos: “Felicidade como dimensão do direito à cidade, do bem viver e do comum”, que discute os espaços favoráveis à felicidade a partir da vida coletiva, do encontro e da festa no exercício do direito à cidade, bem como sua relação com o comum e o bem viver; o segundo artigo, “Felicidade na perspectiva dos habitantes de Salvador”, discute os sistemas de apuração métrica da felicidade, bem como as possibilidades de construção de outras métricas que subvertem a ideia de felicidade como consumo, e apresenta o “Mapa da felicidade dos habitantes de Salvador”, sendo expostos ainda os elementos que interferem na felicidade, por recortes, como satisfação na vida e no amor, cor ou raça, gênero, idade e renda. E, por fim, o terceiro artigo, “Felicidade, resistências e modos de vida em Salvador”, que apresenta experiências de resistência identificadas como próprias do comum, do exercício do direito à cidade e do bem viver, desde quando o território era habitado pelos Tupinambás, até os dias atuais. A pesquisa concluiu que a construção de indicadores, apesar das limitações impostas pela matematização que os caracteriza, face à complexidade da realidade social, permite visualizar condições, práticas e fatores de sucesso (felicidade), que observou-se possuírem associação à felicidade coletiva, inclusive das pessoas não humanas. Permitiu também observar que podem contribuir como instrumental de luta política em territórios que buscam soberania, autonomia e emancipação, por meio da partilha, igualdade e reciprocidade, sendo estas as características essenciais a possíveis indicadores de “apuração métrica” da felicidade, orientados por estas noções.

**PALAVRAS-CHAVE:** Felicidade; Bem viver; Direito à cidade; Comum; Salvador.

## ABSTRACT

From utopias present in the praxis of resistance movements, observed from Salvador in relation to Brazil and other Latin American countries, especially regarding the notions of the right to the city, *buen vivir* and the common, as a concept, a way of life and transformative action, this research builds indicators of happiness that integrate the online questionnaire applied in the city of Salvador - BA, in the year 2021, in order to shed light on the following questions: Which areas of Salvador's territory would be favorable to happiness, and why?; What rhythms, strategies and practices are inserted in these spaces? What characteristics would these potentially happy inhabitants possess?; And, finally, what global conditions would influence, limiting or straining, but not determining, their ways of life? In this perspective, it presents the results and analysis in three articles: "Happiness as a dimension of the right to the city, of *buen vivir* and of the common", which discusses the spaces favorable to happiness from the point of view of collective life, of the meeting and of the party in the exercise of the right to the city, as well as its relation to the common and *buen vivir*; the second article, "Happiness from the perspective of the inhabitants of Salvador", discusses the systems for measuring happiness, as well as the possibilities of building other metrics that subvert the idea of happiness as consumption, and presents the "Map of happiness of Salvador's inhabitants", where the elements that interfere with happiness are also exposed, by clippings, such as satisfaction in life and love, color or race, gender, age and income. And, finally, the third article, "Happiness, resistance and ways of life in Salvador", which presents resistance experiences identified as belonging to the common, to the exercise of the right to the city and to *buen vivir*, since when the territory was inhabited by the *tupinambás*, until the present day. The research concluded that the construction of indicators, despite the limitations imposed by the mathematization of complex social indicators, allows you to visualize conditions, practices and success factors (happiness), which was observed to have an essence in collective happiness, including non-human people, and which can contribute with instruments of political struggle in territories that seek sovereignty, autonomy and emancipation, through sharing, equity and reciprocity, these characteristics being essential to possible "metric calculation" of happiness guided by these notions.

**KEYWORDS:** Happiness; *Buen vivir*; Right to the city; Common; Salvador.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Amostra por identidade (cor ou raça).....	51
Figura 2 - Elementos de influência na felicidade.....	54
Figura 3 - Indicadores de satisfação com a vida.....	57
Figura 4 - Indicadores de necessidades básicas.....	58
Figura 5 - Indicadores de suficiência e dimensão comunitária.....	59
Figura 6 - Mapa da felicidade.....	60
Figura 7 - Mapa de qualidade da moradia.....	62
Figura 8 - Mapa de qualidade da alimentação.....	63
Figura 9 - Mapa de cultivo residencial de alimentos.....	65
Figura 10 - Indicadores de satisfação com a vida: Renda x Segurança financeira ...	68
Figura 11 - Indicadores de satisfação com a vida: Maior renda x sem renda e com segurança financeira.....	70
Figura 12 - Indicadores de satisfação com a vida: Maior renda x maior segurança financeira.....	71
Figura 13 - Mapa da renda dos habitantes de Salvador.....	73
Figura 14 - Indicadores de satisfação com a vida: Infelicidade no amor x pobreza ..	74
Figura 15 - Indicadores de satisfação com a vida: Felicidade no amor x renda.....	75
Figura 16 - Mapa da satisfação no amor.....	77
Figura 17 - Indicadores de satisfação com a vida: Felicidade por cor ou raça.....	78
Figura 18 - Indicadores de satisfação com a vida: Pessoas pretas por gênero.....	79
Figura 19 - Indicadores de satisfação com a vida: Por gênero.....	80
Figura 20 - Indicadores de satisfação com a vida em função da idade.....	81
Figura 21 - Indicadores de satisfação com a vida: Por idade.....	82
Figura 22 - Mapa histórico de fundação de Salvador.....	90

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Influência dos elementos nos indicadores.....	55
Tabela 2 - Indicadores de felicidade para a Salvador de 2021 .....	56

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Espaços públicos mencionados na pesquisa.....	103
--	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APROGEO	Associação Profissional dos Geógrafos da Bahia
BBC	British Broadcasting Corporation
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CENTRAL	Associações Comunitárias para Manutenção dos Sistemas de Saneamento
CISV	Children's International Summer Village
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
FIB	Felicidade Interna Bruta
HPI	Happy Planet Index
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE/FGV	Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPAH	Instituto de Pesquisas Ambientais e Humanidades
IPB	Instituto de Permacultura da Bahia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTB	Movimento Sem Teto da Bahia
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NEPPA	Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PT	Partido dos Trabalhadores
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SISAR	Sistema Integrado de Saneamento Rural
SSA	Salvador

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>ARTIGO 1 - FELICIDADE COMO DIMENSÃO DO DIREITO À CIDADE, DO BEM VIVER E DO COMUM</b> .....	20
1. INTRODUÇÃO .....	22
2. VIDA COLETIVA, ENCONTRO E FESTA NO EXERCÍCIO DO DIREITO À CIDADE: OS ESPAÇOS FAVORÁVEIS À FELICIDADE .....	23
3. BEM VIVER: UM OLHAR PARA A FELICIDADE DA NATUREZA E AS SIMPLES COISAS .....	28
4. FELICIDADE DO COMUM.....	32
<b>ARTIGO 2 - FELICIDADE NA PERSPECTIVA DOS HABITANTES DE SALVADOR</b> .....	36
1. INTRODUÇÃO .....	38
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE APURAÇÃO MÉTRICA DA FELICIDADE .....	40
3. CRÍTICA AOS INDICADORES ECONÔMICOS QUE SE PROPÕEM A MEDIR A FELICIDADE .....	44
4. POSSIBILIDADES DE OUTRAS MÉTRICAS .....	46
5. LIMITAÇÕES E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA .....	48
6. QUE ELEMENTOS INFLUENCIAM NA FELICIDADE?.....	51
7. MAPA DA FELICIDADE DOS HABITANTES DE SALVADOR.....	59
8. MAPAS DE MORADIA E ALIMENTAÇÃO.....	61
9. MAPAS DE SUFICIÊNCIA E DIMENSÃO COMUNITÁRIA DE SALVADOR .....	64
10. RENDA E FELICIDADE .....	67
11. AMOR E FELICIDADE .....	74
12. COR OU RAÇA E FELICIDADE .....	78
13. GÊNERO E FELICIDADE .....	80
14. IDADE E FELICIDADE .....	81
15. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	83
<b>ARTIGO 3 - FELICIDADE, RESISTÊNCIAS E MODOS DE VIDA EM SALVADOR</b> .....	85
1. INTRODUÇÃO .....	87
2. DE KIRIMURÉ A SALVADOR: PAISAGENS HISTÓRICAS DE CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO .....	88
3. LUTAS POR MORADIA E O DIREITO À CIDADE .....	93
4. DIÁLOGOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS COM O BEM VIVER: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA.....	96
5. UMA LEITURA DO COMUM EM SALVADOR.....	100
6. MORADIA, SUFICIÊNCIA E DIMENSÃO COMUNITÁRIA.....	103
7. POSSIBILIDADES DE OUTRAS ECONOMIAS .....	108
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	115
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	118
<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E QUESTIONÁRIO DA PESQUISA</b> .....	125
<b>APÊNDICE B - MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES DE FELICIDADE PARA SALVADOR</b> .....	139

## 1. INTRODUÇÃO

A discussão teórica sobre a felicidade, apesar de comumente enfatizar as dimensões individual e subjetiva, nesta pesquisa possui enfoque na dimensão da “felicidade comum” descrita por Dardot e Laval (2017), envolvendo mais detidamente os aspectos que se relacionam aos modos de viver dos grupos que, ao imprimir seus ritmos e energias, podem criar espaços favoráveis à felicidade, dos quais falava Lefebvre (2001), e praticar o *sumak kawsay* (bem viver) ou *allí kawsay*<sup>1</sup>, expressões que, para as cosmovisões ameríndias, se relacionam com a felicidade.

Segundo o Cacique Babau (2017), liderança Tupinambá, a felicidade somente “existe quando não só você está feliz, mas tudo à sua volta está feliz”, o que expressa a dimensão coletiva da felicidade em alinhamento com o bem viver, tendo Boaventura de Sousa Santos concluído que “o Bem Viver é um conceito de comunidade onde ninguém pode ganhar se seu vizinho não ganha” (SANTOS, 2010, p.15).

Este conceito de felicidade coletiva, na dimensão do atual sistema capitalista hegemônico, dialoga com os achados do paradoxo de *Easterlin*, que “afirma que os níveis médios de felicidade não aumentam com o crescimento da riqueza dos países” (RAMÍREZ, 2009, p. 8-9). Estas descobertas permitiram que *Oishi e Kesebir* (2015) fornecessem evidências de que o paradoxo “pode ser parcialmente explicado pela desigualdade de renda, tendo os autores sugerido que “uma distribuição mais uniforme” do crescimento da riqueza nacional pode ser uma pré-condição para aumentar a felicidade nacional”, alimentando o debate sobre a relação entre bem-estar objetivo e bem-estar subjetivo e entre a renda/consumo e a satisfação com a vida.

Desta forma, em contraponto à desigualdade social, situa-se a “felicidade comum” que, segundo Dardot e Laval (2017), se fundamenta na “moral da partilha” e na reivindicação de “igualdade real”. Segundo os autores, para os

---

<sup>1</sup>É interessante reconhecer que, nas comunidades e *ayllus* (conjunto de famílias aparentadas por consanguinidade e afinidade) em muitas partes da região andina e amazônica, o *sumak kawsay* é uma expressão pouco utilizada para descrever um estilo e estado de vida. Emprega-se mais o *allí kawsay*, enunciado de vida com elementos qualitativos subjetivos (bom, tranquilidade, amor, felicidade) e materiais (casa, dinheiro) (ACOSTA, 2016, p.78).

partidários da comunidade em torno de *Babeuf*, autor do Manifesto dos Iguais (1946; original: 1796), a “felicidade comum” e a comunidade dos bens são termos que eles tornaram sinônimos absolutos, sendo exatamente a natureza quem impõe essa grande partilha.

A filosofia africana do *ubuntu*, que dialoga com o bem viver, possui visão semelhante acerca da felicidade coletiva. Este entendimento é expresso no livro “Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura: Filosofia Política da Libertação para Angola”<sup>2</sup>, de Domingos da Cruz, onde, dentre os métodos e técnicas de ação não violenta, está “o dever moral da partilha entre os guerreiros pela democracia”, o que afirma decorrer de uma visão utilitarista e *ubuntu*, que consiste “na promoção da ‘felicidade do maior número’ de companheiros de luta. Não há felicidade individual quando o outro não atingiu tal felicidade. A felicidade individual funda-se na felicidade coletiva e vice-versa”.

Nesta perspectiva de felicidade coletiva é considerada também a felicidade das pessoas não vivas, das entidades e dos “seus mortos”, dos “encantados”. Carvalho (1989), em estudo acerca da obra de Pierre Clastres e sua pesquisa sobre a sociedade indígena, destaca que os enterros no território podem ter, inclusive, originado o conceito de propriedade (terra do clã, da aldeia) “a terra é nossa porque estão enterrados nossos mortos”.

Além do culto aos mortos, é importante considerar ainda, dentre outros fatores, a domesticação das plantas em associação ao processo de pertencimento no território. Neste sentido, Dardot e Laval (2015) distinguem as terras cultivadas às terras cultiváveis, “não sendo propriedade o que não é cultivado”, o que remete ao lema “Terra para quem nela vive e trabalha” do Movimento Sem Terra, cunhado no Congresso de 1985, mostrando que esta noção perdura nos movimentos de resistência até os dias atuais.

A moral da partilha exalta e valoriza a pessoa que tudo partilha, mesmo após a sua morte. Nesta perspectiva, é justamente na ação, na prática, que a apropriação acontece. Por exemplo, quando uma pessoa ajuda a plantar uma

---

<sup>2</sup>Adaptação para a realidade angolana do pensamento de Gene Sharp no livro “Da ditadura à democracia” (1993).

árvore, partilhando sua energia e tempo em prol de um bem comum, e morre antes dela dar frutos, “pela moral da partilha o morto tem direito à sua parte” (CARVALHO, 1989, p. 219), sendo conhecidos diversos rituais destes povos que partilham alimentos e festejam com seus mortos. Isto porque, nesta cosmovisão, as pessoas não vivas não só têm direito à felicidade, como esta é essencial para a felicidade coletiva e individual dos vivos.

Em Salvador, é muito comum que a prática de rituais e de festejos ocorram em espaços públicos dotados de histórias e símbolos coletivos, como a Pedra de Xangô, a Lagoa do Abaeté e o Parque São Bartolomeu, lugares sagrados com histórias antigas de práticas religiosas tanto africanas quanto indígenas, e que atualmente se encontram ameaçados pela especulação imobiliária e crescimento desordenado da cidade, o que tem resultado em forte resistência especialmente do “povo de santo”, cuja felicidade está fortemente conectada com a preservação da natureza nas cidades, especialmente nos espaços públicos.

Em função da imprecisão no que se refere à distinção entre coisas públicas e coisas comuns, cabe de logo diferenciá-las. Segundo Dardot e Laval (2017), a primeira (coisa pública) é retirada do âmbito de apropriação por ato do direito público, como uma lei, enquanto que as coisas comuns não pertencem a ninguém por natureza. Este entendimento dialoga tanto com a priorização do valor de uso dos espaços públicos de que fala Lefebvre (2001) em “O Direito à Cidade”, quanto com o bem viver, que considera a natureza como algo inapropriável.

Para Lefebvre (2001, p.12), “a obra é valor de uso e o produto é valor de troca”, sendo a cidade uma obra. A crítica feita no livro “A vida cotidiana no mundo moderno” (1991) estaria justamente na inversão problemática destes valores, que resulta no predomínio do valor de troca, na cidade, em detrimento do valor de uso, motivo pelo qual seria necessário aos objetivos da revolução cultural “reabilitar a obra sem com isso depreciar o produto, restituir o tempo como bem supremo (o tempo de viver)” (LEFEBVRE, 1991, p.213).

O conceito de bem viver, que no âmbito jurídico-constitucional “se manifesta na incorporação de valores comunitários convergentes com os propósitos da luta pelo direito à cidade”, encontra alinhamento na dimensão da

participação e da apropriação em Lefebvre (2001). Neste sentido, as interseções entre as noções de direito à cidade e bem viver apresentam “centralidade nas articulações entre movimentos sociais na América Latina” (VIVEIROS, L.; LIMA, A. N. V.; DELL'ORTO, J. M., 2022).

No bem viver, “a condição de pessoa, antecede a de ser humano, e a capacidade de ocupar um ponto de vista não é função de espécie, mas de posição, de contexto” (TIBLE, 2020, p.259). Sendo assim, e considerando que os “animais e outros componentes do cosmos são intensivamente pessoas, virtualmente pessoas [...]”, a natureza é percebida como uma totalidade cosmológica sociomórfica. Os yanomami, assim como os ameríndios em geral, recusam o dualismo natureza-cultura (TIBLE, 2020, p.243).

Segundo mestre Joelson Ferreira, no livro “*Por Terra e Território*”, os povos originários e os povos africanos na diáspora entendem isso melhor do que a média, porque consideram a natureza sagrada, divindade. Por exemplo: a água. Para os *maxakali*, um curso d’água é um espírito, e para o povo *Ketu*, trata-se de *Oxum*. Esta deferência e respeito à divindade colocaria freio às violências dos seres humanos contra o restante da natureza: “Veja, você não pode deixar represar a casa de um ser sagrado, tampouco você pode permitir que drenem tanta água, a ponto de o rio acabar” (FERREIRA, 2021, p.55).

Por esta razão, Acosta (2016, p.107) afirma que no cerne do bem viver “está implícito um grande passo revolucionário que nos leva a caminhar de visões antropocêntricas a visões sociobiocêntricas”, ou seja, visões que considerem todas as pessoas da natureza (biocêntrica) e suas relações (sócio). Neste sentido, ao tratar das ferramentas para se construir o novo, e após tecer críticas sobre a apropriação inadequada do termo (bem viver) pelo capitalismo, afirma que seria igualmente inútil “seguir falando do bem viver nas esferas públicas sem contar com mecanismos que nos permitam medir os avanços e retrocessos deste caminho” (ACOSTA, 2016, p.106). Para Acosta (2016, p.106), a fim de manter a coerência, esses possíveis indicadores deveriam “contemplar o mundo dos bons conviveres, ou seja, deveriam ser diversos e múltiplos, apropriados a cada realidade”, cada contexto.

O desafio proposto pela utopia do bem viver na construção de indicadores orientados por visões sociobiocêntricas, diversos e múltiplos, além de

apropriados para o contexto considerado, dialoga com a utopia experimental proposta por Lefebvre – que busca considerar a utopia experimentalmente – e com o comum, cujo conceito guia as lutas na construção de espaços públicos e comunitários, contexto destas utopias no presente.

Nas referências do bem viver (Acosta, 2016; Ferreira, 2021; Krenak, 2021; Babau, 2017), do direito à cidade (Lefebvre, 2001; Viveiros, 2020 e 2021; Fernandes; Figueiredo; Espinoza, 2021) e do comum (Dardot e Laval, 2015 e 2017; Babeuf, 1946), se apoiam o experimento empírico desta pesquisa, que buscou compreender e testar indicadores para a cidade de Salvador, a fim de detectar condições potencialmente favoráveis à felicidade e inspirar a construção de novos indicadores de felicidade para cidades, podendo contribuir metodologicamente para inferir o sucesso (felicidade) em outros contextos, além de orientar o planejamento urbano nesse sentido. Segundo Lefebvre (2001, p.110) em “*O direito à cidade*”, os locais “bem-sucedidos” seriam os espaços favoráveis à felicidade.

O Felicidade Interna Bruta (FIB) foi destacado por Acosta (2016) como índice inspirado em conceitos que poderíamos assumir como próprios do bem viver. O FIB é composto por indicadores de saúde física, saúde mental, satisfação no trabalho, felicidade social, bem-estar político, bem-estar econômico e bem-estar ambiental, e é considerado índice complexo de ser replicado fora de seu país de origem, vez que possui características territoriais e culturais muito próprias. Além disso, a felicidade é conceito complexo e distinto para cada ser, o que dificulta sua mensuração, apesar de se relacionar fortemente com o contexto da sua realização.

Para a pesquisa, foram apurados indicadores de satisfação com a vida e necessidades atendidas baseados nos indicadores componentes do índice Felicidade Interna Bruta (FIB), inicialmente desenvolvido no Butão, adaptados ao contexto de Salvador. Além destes, foram elaborados indicadores de suficiência e dimensão comunitária, baseados em práticas alinhadas ao bem viver.

O questionário foi respondido no ano de 2021, período singular, inclusive por evento da pandemia da covid-19, tendo sido respondido de forma *online* por residentes da cidade de Salvador – BA.

A amostra, composta por 252 formulários, possui confiabilidade<sup>3</sup> de 90% – com margem de erro de 5,17% – e as seguintes temáticas: satisfação com a vida, necessidades básicas, dimensão comunitária e suficiência. O público alcançado se mostrou bastante diverso em termos de classe social, gênero, cor ou raça e idade, abrangendo desde os sem renda aos que ganham mais de 10 salários mínimos. A pesquisa contou com a representação de outros gêneros, além do feminino e masculino, e com a participação da população branca, preta, parda, amarela e indígena, com respondentes desde a idade de 13 anos até os idosos com mais de 65 anos, apresentando ainda diversidade espacial, com representação tanto na Orla Atlântica como do espaço chamado “miolo” e do Subúrbio da cidade.

Na apresentação dos resultados da pesquisa são apresentadas a caracterização da diversidade amostral, bem como são expostas as limitações, trazendo-se os elementos que influenciam a felicidade das pessoas residentes em Salvador, cujos resultados são ilustrados e analisados a partir de gráficos radar e mapas de calor.

Por fim, muito embora Lefebvre (2001, p.57-58) tenha creditado a ação criadora da cidade aos agentes históricos e sociais, que formam os grupos, localizando o modo de viver como fator determinante, destacou os processos globais (econômicos, sociais, políticos, culturais), como condições que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, embora não sejam “suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas” (LEFEBVRE, p.52). Por esse motivo são trazidos esses processos globais e de formação histórica de Salvador, especialmente no último artigo, como condicionantes que interferem, mas não determinam a construção desses espaços favoráveis à felicidade. Ademais, o bem viver e o comum também guardam embates com estes processos globais, que acabam por entrelaçar-se

---

<sup>3</sup> Para calcular o número mínimo de população necessária, foi aplicada a seguinte fórmula:  $n = N Z^2 p (1-p) / e^2 + Z^2 p (1-p)$ , sendo  $n$  = o tamanho da amostra obtido por meio do cálculo;  $N$  = total da população pertencente a pesquisa;  $Z$  = desvio indicado ao valor médio aceitável para que o nível de confiança seja atingido;  $e$  = a margem de erro máxima que a pesquisa permite;  $e$ ,  $p$  = a proporção que desejamos encontrar no cálculo.

em suas lutas, motivando o estudo de estratégias de resistências e sua relação com a criação de espaços favoráveis à felicidade.

Para existir o *Teko Porã*, o bem viver dos Guaranis, necessita existir um *tekoha*, que é o “território do bem viver” (MELIÀ, 2013), o “lugar onde somos o que somos e queremos seguir sendo” (MELIÀ, 2015). A terra, na medida em que ganha “símbolos de pertencimento alicerçados na abundância” (FERREIRA, 2021, p.43) se transforma em território. Desta forma, “uma terra –yvy– então se torna espaço –tekoha– pelo trabalho cultural humano –teko–, que é o modo particular de ser vivido historicamente por um povo ou nação” (MELIÀ, 2015). No livro “*Por terra e território*”, mestre Joelson Ferreira (2021, p.44) afirma que “é fundamental que o próprio povo conquiste as terras porque é da luta que nasce todo o simbolismo que transformará a terra em território”.

O bem viver, para Acosta (2016), apesar de surgir de visões utópicas, está presente de diversas maneiras na realidade do sistema capitalista, não se restringindo, portanto, ao ambiente andino e amazônico. Celio Turino, em prefácio ao livro de Alberto Acosta (2016), afirma que o bem viver no Brasil está entre nós com o *teko porã* dos Guaranis e na ética e filosofia *ubuntu*, mas também no ecossocialismo, “no fazer solidário do povo, nos mutirões em vilas, favelas ou comunidades rurais (...) na roda de samba, na capoeira, no jongo, nas cirandas e no candomblé” (ACOSTA, 2016, p.22), práticas muito difundidas na cidade de Salvador.

Ailton Krenak (2021), liderança indígena, filósofo e escritor, em encontro virtual recente, observou que após tirar a ideia da cosmovisão ameríndia originária (*sumak kawsay*), traduzir para o espanhol ou castelhano (*buen vivir*) e depois para o português como “bem viver”, já foram feitas tantas “pontes” que nos afastamos da cosmovisão originária e nos aproximamos muito mais da visão ocidental do estado de bem-estar que teria sido, segundo Krenak, “a experiência mais avançada que a Europa conseguiu promover depois da segunda guerra mundial” (KRENAK, 2021). Krenak (2021) alerta, porém, que essa ideia de bem-estar apoiada na política como motor e na economia como distribuidora de riquezas, não teria se mostrado efetiva, resultando em efeito oposto que gerou desigualdade social, vista inclusive nos países mais ricos.

Nesta perspectiva e a partir destas noções – direito à cidade, bem viver e o comum – buscou-se refletir sobre os espaços do território de Salvador que seriam favoráveis à felicidade, e porquê; quais ritmos, estratégias e práticas se inserem nestes espaços convocando os valores associados a essas noções; quais características possuiriam estes habitantes potencialmente felizes; e, por fim, quais condições globais interferem, limitando e tensionando, mas não determinando, seus modos de vida?

A fim de discutir estas questões, no primeiro artigo são colocadas as bases teóricas para a formação dos indicadores de felicidade testados na pesquisa empírica, a partir de autores de referência, em diálogo com as respostas subjetivas dos questionários sobre os conceitos do direito à cidade, do bem viver e dos espaços públicos, na perspectiva dos moradores de Salvador, a fim de fundamentar os indicadores.

Diante das referências teóricas acerca da relação entre igualdade social e felicidade – seja através da cosmovisão tupinambá alinhada ao bem viver, em que felicidade precisa ser para toda a comunidade; seja lastreada na priorização do valor de uso e da participação e apropriação dos espaços, de que fala o direito à cidade; seja pelo entendimento do comum e do bem viver de que existem coisas, como a natureza, que não são passíveis de apropriação; ou, seja pela explicação do paradoxo de *Easterlin*, que sugere relação entre distribuição igualitária de renda e felicidade, – seria a desigualdade de renda uma condição a se observar no território.

A partir da análise dos questionários, foi possível observar os efeitos locais da desigualdade de renda na felicidade das pessoas, vez que, muito embora a expansão do capitalismo e da desigualdade social seja um movimento de caráter global, notadamente produz impactos locais distintos. Esta temática é trabalhada especialmente no segundo artigo, sendo a desigualdade considerada, conforme entende Lefebvre (2001), como elemento que influencia e limita, mas que não determinaria os modos de vida em Salvador. Como fator de influência e não determinação, são também considerados os elementos de formação do território, especialmente a fim de observar as estratégias de resistências que acontecem na cidade “obra” e cujo compromisso histórico é atribuído por Lefebvre (2001) aos agentes, grupos e movimentos que a

construíram através de suas práticas comunitárias, sobre os quais versa o terceiro e último artigo.

Assim, o trabalho está estruturado em três artigos. O primeiro artigo, “Felicidade como dimensão do direito à cidade, do bem viver e do comum”, discute os espaços favoráveis à felicidade a partir da vida coletiva, do encontro e da festa no exercício do direito à cidade, bem como sua relação com o comum e o bem viver, especialmente quanto aos sentidos de comunidade, de partilha e seus diálogos com a felicidade da natureza.

O segundo artigo, “Felicidade na perspectiva dos habitantes de Salvador”, discute os sistemas de apuração métrica da felicidade, bem como as possibilidades de construção de outras métricas que subvertem a ideia de felicidade como consumo. Neste artigo é apresentado o “Mapa da felicidade dos habitantes de Salvador”, sendo expostas as análises dos resultados da pesquisa online que refletem sobre os elementos que interferem na felicidade dos residentes em Salvador, como amor, identidade (cor ou raça), gênero e idade, bem como a relação entre dinheiro e felicidade.

E, por fim, o terceiro artigo, “Felicidade, resistências e modos de vida em Salvador”, que apresenta experiências de resistência que podemos ter como próprias do comum, do exercício do direito à cidade e do bem viver, desde quando o território era habitado pelos tupinambás, até as utopias no presente.

## **ARTIGO 1 - FELICIDADE COMO DIMENSÃO DO DIREITO À CIDADE, DO BEM VIVER E DO COMUM**

HAPPINESS AS A DIMENSION OF THE RIGHT TO THE CITY, THE BUEN VIVIR AND THE COMMON

### **RESUMO**

Este artigo discute os espaços favoráveis à felicidade a partir da vida coletiva, do encontro e da Festa no exercício do direito à cidade, bem como sua relação com o comum e o bem viver. A relação entre o bem viver e a felicidade a partir da interlocução entre a cosmovisão ameríndia em Acosta (2016) e Tible (2020), o direito à cidade (Lefebvre, 2001) e o conceito de comum (Dardot; Laval, 2017), permite reflexões acerca da felicidade da natureza, em superação ao paradigma dominante dualista natureza-cultura adotado na sociedade moderna e capitalista. Foi possível concluir que, na prática, a exploração predatória guarda relação direta com os interesses da classe dominante, o que é contestado pelo bem viver, vez que o capitalismo desconsidera as utopias dos movimentos sociais, especialmente a felicidade da coletividade humana e demais pessoas da natureza, ao priorizar o lucro, a acumulação e a centralização de riquezas na mão de um número extremamente inexpressivo de pessoas. A pesquisa identificou ainda que o acesso a espaços públicos na cidade e seu usufruto comunitário, são considerados territórios de interlocução das utopias da felicidade, do bem viver e do direito à cidade.

**Palavras-chave:** Felicidade; Direito à Cidade; Bem Viver; Comum; Festa; Espaços Públicos.

## **HAPPINESS AS A DIMENSION OF THE RIGHT TO THE CITY, THE BUEN VIVIR AND THE COMMON**

### **ABSTRACT**

This article discusses the spaces favorable to happiness from the point of view of collective life, the meeting and the party in the exercise of the right to the city, as well as its relation to the common and the buen vivir. The relation between buen vivir and happiness from the dialogue between the Amerindian cosmovision in Acosta (2016) and Tible (2020), the right to the city (Lefebvre, 2001) and the concept of the common (Dardot; Laval, 2017), allows reflections on the happiness of nature, overcoming the dominant dualistic nature-culture paradigm adopted by hegemonic capitalism. It was possible to conclude that, in practice, predatory exploitation is directly related to the interests of the ruling class, which is contested by the buen vivir, since capitalism disregards the utopias of social movements, especially the happiness of the human community and other people of nature, by prioritizing profit, accumulation and centralization of wealth in the hands of an extremely inexpressive number of people. The research also identified that access to public spaces in the city and their community enjoyment are considered territories of dialogue of the utopias of happiness, buen vivir and the right to the city.

**Keywords:** Happiness; Right to the City; Buen Vivir; Common; Party; Public spaces

## 1. INTRODUÇÃO

Lefebvre (2001, p.110) em “*O direito à cidade*”, questiona quais seriam os espaços favoráveis à felicidade, como detectá-los e segundo quais critérios, vez que estes seriam os locais “bem-sucedidos”. Dentre as possibilidades, um critério que parece ser determinante, ao menos para as filosofias que se alinham ao comum, é a comunidade. Dardot e Laval (2017) em “*Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI*”, associaram a felicidade à comunidade, ao lembrar que, segundo *Restif de La Bretonne*, é preciso valorizar a “excelência da comunidade” baseada na reciprocidade, que expressaria, na prática, a verdadeira moral e única fonte real de felicidade, que só poderia ser comum.

Ao afirmar que a utopia deve ser considerada experimentalmente e estudada na prática quanto às suas implicações e consequências, Lefebvre (2001, p.110), inverte a lógica do senso comum de que a utopia se situa no campo do futuro (ou do passado), no campo do imaterial, do imaginário, deslocando esta noção para o presente, para a *práxis*, para a comunidade.

O direito à cidade, que no seu exercício é também um direito ao comum, e que se materializa, por exemplo, na construção e uso dos espaços públicos, tem a cidade associada por Lefebvre a “obra de arte” (2001, p.52) de agentes históricos e sociais que modelam, no agora, através da realidade práctico-sensível, a matéria, um lugar, sua comunidade, “esculpindo o espaço (para empregar uma metáfora), atribuindo-se ritmos” (2001, p.57-58). A cidade é, por este motivo, descrita ao mesmo tempo como local e meio, teatro e arena dessas interações complexas.

Acosta (2016, p.35) afirma que, na ótica do bem viver, “o centro das atenções não deve ser apenas o ser humano, mas o ser humano vivendo em comunidade e em harmonia com a natureza”. Ou seja, essa felicidade que se alinha ao bem viver e com o direito à cidade, se relaciona com o coletivo, com o comum, e não apenas com o indivíduo humano, mas com tudo à sua volta, especialmente com a natureza em que se insere. “Comuns”, segundo Dardot e Laval (2017) é o “nome dos objetos de natureza muito diversa pelos quais as atividades coletivas se responsabiliza”. Neste aspecto, se difere do bem viver, na medida em que se opõe à ideia que possibilita a apropriação de coisa que,

pela sua natureza, não pertenceria a ninguém, e já o bem viver acredita que esta apropriação não poderia ser feita por ser a natureza fundamentalmente uma pessoa. Independente de diferenciações conceituais, é notadamente nas *práxis* da vivência coletiva que estas noções se alinham.

Neste sentido, Ana Esther Ceceña (2010, p.86), em “*Pensar a vida e o futuro de outra maneira*”, que integra a segunda edição do livro “*Sumak Kawsay/ Bem Viver e mudanças civilizatórias*”, ao tratar das múltiplas dimensões da opressão e da emancipação, afirmou que nosso horizonte tem que ir mais longe e transcender: “tem que criar condições favoráveis para a felicidade de todos, condições favoráveis para que recuperemos essa cumplicidade, essa capacidade de construir comunidade”.

Por esta razão, o olhar sobre o sentido comunitário, a partir do direito à cidade, do bem viver e do comum, especialmente quanto à afirmação do espaço público em sua função de promover a proteção, conservação e restauração da natureza, bem como encontros, festas e trocas coletivas, sociais e culturais, se mostra interessante objeto de estudo na sua relação com a felicidade.

## **2. VIDA COLETIVA, ENCONTRO E FESTA NO EXERCÍCIO DO DIREITO À CIDADE: OS ESPAÇOS FAVORÁVEIS À FELICIDADE**

Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços ‘bem-sucedidos’, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? (LEFEBVRE, 2001, p.110)

Para Lefebvre (2001, p.12), “o uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e monumentos, é a festa”. A festa, no sentido *lefebvriano*, não se relaciona apenas com as manifestações culturais, mas também com o sentimento de pertencimento e de gozo coletivo dos espaços públicos, que, no exercício do direito à cidade, conta com a participação comunitária na construção de espaços favoráveis à felicidade, através especialmente da vida coletiva, do encontro e da festa.

Segundo mestre Joelson Ferreira (2021), liderança alinhada com a concepção do bem viver, uma festa de candomblé ou uma farinhada tupinambá, por exemplo, permite aos povos a integração entre o trabalho coletivo, o universo simbólico-espiritual e a alegria de fazer parte daquele lugar. A festa inclusive é apresentada por Joelson no livro como um dos três pilares para a construção de um outro mundo (paradigma): “Nós queremos construir um mundo de festa, trabalho e pão” (FERREIRA, p.71).

A festa, comumente associada a eventos culturais como o carnaval, shows ou espetáculos, se manifesta ainda, no direito à cidade, em expressões culturais urbanas, também chamadas de cultura de rua. Por exemplo, no artigo “Direito à cidade e festa: ocupações festivas no e do urbano” (2014), o ato de pixar é considerado pelos pesquisadores uma festa e fazer parte de uma rede de pixadores proporciona aos seus membros diversos outros momentos de gozo coletivo no espaço urbano.

A cidade, que para Lefebvre (2001, p.54) é obra, e, portanto, necessita de uma matéria a ser modelada, uma realidade prático-sensível, um lugar, uma “natureza”, um campo e um meio, possui suas relações sociais atingidas a partir do sensível, mas não se reduz a este, vez que subsiste também através das ligações e do apego aos objetos e às coisas, notadamente as que são fruto da cidade-obra construídas de forma coletiva e comunitária.

Para Shirley Carvalho Dantas (2011), nestes lugares de construção comunitária – que na cidade se concentram, em sua maioria, nos espaços públicos – se destaca a importância da priorização do valor de uso como base desta ação (participação), sendo o referido entendimento oposto à filosofia hegemônica capitalista, que prioriza o valor de troca ao valor de uso, associando os espaços públicos a mercadorias. Neste sentido, Dantas (2011), ao refletir sobre o direito à cidade e sua relação com a violência urbana, afirmou que:

A participação ativa das comunidades, sem dúvida, também valorizada por Lefebvre, é essencial quando se deseja promover a vitalidade e a apropriação efetiva do espaço público, de forma que estes espaços tornem-se, de fato, “favoráveis à felicidade”, tendo como prioridade o valor de uso em sua base morfológica. (2011, p. 102)

Segundo resultados da análise dos questionários *online* aplicados por esta pesquisa, no ano de 2021, o direito à cidade é entendido por habitantes de Salvador como “lugar de trocas múltiplas, local de vida coletiva” (resposta 92), mas, especialmente, como o direito de usufruir da cidade, independente do seu recorte social. Este entendimento se relaciona com o direito à obra (à atividade participante) e com o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade), descritos por Lefebvre (2001) e que estão, segundo *Roberto Monte-Mór* (2006a), implicados no direito à cidade.

Este direito de se apropriar coletivamente, todos que quiserem, e construir espaços favoráveis à felicidade, foi expresso por habitantes de Salvador através dos retornos à pergunta “O que é Direito à Cidade para você?”, que resultou em respostas como “significa que temos direito ao acesso e disfrutar as diferentes localidades, independente de nossas condições sociais, físicas ou psicológicas” (resposta 202), “Direito de ir e vir independente da sua cor, crenças e condições financeiras. Direito à cidade é direito de moradores das comunidades terem o serviço público da mesma qualidade que bairros nobres” (resposta 130), “Direito de usufruir dos espaços públicos de maneira igualitária, com acesso a segurança e equipamentos de lazer, esporte, entretenimento, de maneira gratuita.” (resposta 10), e “oferecimento de meios que facilitem a presença nos diversos locais da cidade. Quer seja na Pituba ou em Paripe, boas condições de ir e vir e viver dentro da cidade.” (resposta 198).

Ou seja, o direito à cidade, no entendimento dos entrevistados, muitas vezes se relaciona com o direito de ir e vir, de transitar, de poder acessar “todos os espaços comunitários que a cidade tem a oferecer (...)” (resposta 153), bem como com a igualdade, tanto material, no sentido de dispor de infraestrutura pública de qualidade, como social, que se relaciona com a não opressão, com a possibilidade de encontro nos espaços comuns sem discriminação.

A constatação do *déficit* no acesso dos habitantes de Salvador aos espaços públicos, pode ser explicada a partir da reflexão de *Roberto Monte-Mór* (2006a) sobre a alienação da vida cotidiana, quando comenta que Lefebvre percebeu que existe “um processo de exclusão do poder, da cultura, da festa, da riqueza coletiva, do espaço público, da monumentalidade”, “uma estratégia da

burguesia para colocar o proletariado e as outras classes não dominantes para fora do espaço do poder, do excedente coletivo e da festa cultural”.

Na cidade de Salvador, a falta de acesso aos espaços públicos foi entendida por moradores de locais menos infraestruturados como a própria retirada do direito à cidade, tendo a resposta 216 afirmado, por exemplo, que “quem é originário do subúrbio ferroviário de Salvador não tem direito à cidade”. O respondente destacou ainda o transporte público de má qualidade, opções de lazer limitadas, violência desenfreada, educação negada e discriminação social em razão da sua origem.

É forçoso observar que estas violências são muitas vezes praticadas pelo próprio poder público, em espaços que são públicos; ou que estão em processo de privatização ou especulação; ou que já foram privatizados. Como afirmou Dardot e Laval (2017), ao analisar o Estado como recurso da sociedade contra “os efeitos desastrosos do capitalismo”, afirma que a propriedade pública transferida para a mão de grupos oligárquicos deixa de se mostrar como uma proteção do comum e passa a ser uma forma “coletiva” de propriedade privada reservada à classe dominante”. Processo que claramente pode ser identificado na cidade de Salvador, em todas as regiões, mas especialmente nas litorâneas.

Em sentido contrário, a fim de imaginar quais seriam as condições (ritmos) favoráveis à felicidade, Lefebvre (2001, p.110) utiliza um verbo interessante, o de prescrever, como se esses ritmos fossem “remédio”, e chave, destes locais. Ao questionar “Quais ritmos se prescrevem nesses espaços ‘bem-sucedidos’, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade?”, a palavra prescrição acaba por empregar sentido de saúde, de cura, que serviria tanto aos espaços públicos como às relações sociais que ali acontecem. De fato, segundo Dantas (2011), os investimentos na melhoria destes espaços têm se mostrado eficientes em diversas cidades do mundo.

Experiências de redesenho e valorização de espaços públicos em cidades do mundo e suas respectivas adequações às necessidades de seus usuários têm tido êxito na promoção da sociabilidade e no controle da criminalidade. (DANTAS, 2011, p.118).

Ainda com relação aos ritmos que se “prescrevem”, além das questões referentes aos espaços públicos, destacam-se aqui duas reflexões da Teia dos Povos, uma sobre juventude e outra sobre gênero. Segundo mestre Joelson (2021), a caminhada para a soberania pedagógica não se sustenta se não possuir forte lastro de apoio na juventude, o que passa por uma educação que “expandam a capacidade criativa por meio da arte, cultura, esportes e contato com a natureza” (FERREIRA, p.79). Ademais, uma das principais reflexões sobre o autocuidado diz respeito às violências de gênero e seus reflexos negativos nas lutas e caminhadas coletivas.

Que companheira ficará na organização ou no território quando ela está sendo assediada e inferiorizada por sua condição de mulher? Como as companheiras lésbicas vão atuar em nossa luta se os olhares que recebem demonstram ora desconforto, ora fetiche? Que mona engrossará as fileiras do bom combate se ela escuta piadas sobre sua roupa? Que companheira pode chegar à liderança, se tem a autoestima roubada a cada dia por um companheiro que a ameaça, grita e, por vezes, bate? Então, o machismo e toda a violência advinda do patriarcado precisam ser combatidos no cotidiano dos processos de organização. (FERREIRA, p.116-117)

A felicidade na dimensão do direito à cidade, portanto, se conecta diretamente com o poder comunitário, com a vida coletiva, com a festa promovida pelo encontro e com o pertencimento sentido no gozo coletivo dos espaços públicos, sendo a valorização destes locais uma tarefa necessária e ao mesmo tempo desafiadora, ante o contexto capitalista, que atua em contraposição a estes espaços favoráveis à felicidade, em regra enfrentando resistências de coletivos que defendem o direito à cidade.

O valor comunitário destes locais trata não só da felicidade humana, como das não humanas, vez que, em geral, os espaços públicos abrangem, nas cidades, grande parte da biodiversidade da natureza, promovendo relações desta (biodiversidade) com os humanos, que costumam possuir ainda, nestes espaços, relação com pessoas não visíveis, especialmente em suas interações com o sagrado. Estas cosmovisões podem ser melhor compreendidas a partir do bem viver, motivo pelo qual passa-se a apresentar a dimensão da felicidade também a partir desta utopia.

### 3. BEM VIVER: UM OLHAR PARA A FELICIDADE DA NATUREZA E AS SIMPLES COISAS

No ano de 2017, durante o Encontro Nacional de Formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que debateu o bem viver e o decolonialismo<sup>4</sup>, foi perguntado ao Cacique Babau o que significa o bem viver para os indígenas Tupinambá, primeiros habitantes de Salvador, ao que respondeu “O bem viver só existe quando não só você está feliz, mas tudo à sua volta está feliz. Eu falo sobre os animais, os pássaros, as pessoas que estão em volta da gente têm que estar felizes”.

O bem viver “questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar” (ACOSTA, p.42, 2016), se apresentando como “uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida” (ACOSTA, p.31, 2016). Isto é importante para distinguir bem-estar de *sumak kawsay*. O bem viver “pode ser a difícil experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver” (KRENAK, 2021). Já o bem-estar “está apoiado em uma ideia de que a natureza está aqui para nós consumirmos” (KRENAK, 2021).

A ideia de que a Terra é um organismo vivo, ela não é uma coisa. Isso fundamentalmente distingue o que é bem-estar do que é bem viver. Bem viver não é distribuição de riqueza, o bem viver é a abundância que a terra proporciona como expressão mesmo da vida. A gente não precisa ficar buscando uma vantagem em nada, porque a vida é tão próspera, que ela é suficiente para nós todos. (KRENAK, 2021).

Para muitos pensadores, no horizonte da utopia, no lugar onde se quer chegar, está a felicidade. Segundo Aristóteles (1991), em “*Ética a Nicômaco*” a felicidade é o “sumo bem”, o mais alto de todos os bens que se pode alcançar

---

<sup>4</sup>Não há consenso quanto ao uso do conceito decolonial/descolonial, ambas as formas se referem à dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao dismantelamento de seus principais dispositivos. Aníbal Quijano, entre outros, prefere referir-se à *descolonialidad*, enquanto a maior parte dos autores utiliza a ideia de *decolonialidad*. Segundo Catherine Walsh (WALSH, Catherine (org.). *Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar– Abya - Yala, 2009.), a supressão do “s” não significa a adoção de um anglicismo, mas a introdução de uma diferença no “des” castelhano, pois não se pretende apenas desarmar ou desfazer o colonial. (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p.4).

por meio da ação. Este seria, inclusive, o objetivo principal da ciência política, tendo Aristóteles identificado o bem viver e o bem agir como “o ser feliz”. Porém, importa ressaltar que, muito embora Aristóteles (1991) tenha utilizado expressão homônima, o sentido de “bem viver” nesta obra possui sentido antropocêntrico, que se relaciona com o alcance do bem através da ação, a fim de atingir virtudes como ética e honra; o que não traduz, nem se relaciona diretamente, com o sentido de bem viver das cosmovisões indígenas que são essencialmente sociobiocêntricas, ou seja, se relacionam com todas as pessoas da natureza.

Acosta (2016) elenca, além do *Buen Vivir* (Equador), *Vivir Bien* (Bolívia) e *Sumak Kawsay* (kíchwa), o *sumaqamana* (aymara) e o *nhandereko* (guarani). Da cultura ocidental cita os ecologistas, as feministas, os cooperativistas, os marxistas e os humanistas como vozes “que poderiam estar de alguma maneira em sintonia com essa visão”. De outras visões civilizatórias, humanistas e anti-utilitaristas, citou, enquanto “cultura da vida”, o *ubuntu*, na África do Sul, e o *svadeshi*, *swaraj* e *apargrama*, na Índia, esclarecendo que, “para prevenir a construção de um único e indiscutível conceito, também seria melhor falar em ‘bons viveres’ ou ‘bons conviveres’”.

Ailton Krenak (2021), buscando “alcançar o sentido” da pergunta que lhe havia sido feita acerca da ideia do bem viver, narra que ela chegou mediada por uma outra língua, o espanhol ou castelhano (*Buen Vivir* ou *Vivir Bien*), e que faz referência a uma prática ancestral dos povos que viviam na Cordilheira dos Andes, “os nossos parentes Maia, os Quéshua, Ayamara, uma constelação de povos que viveram séculos nessa cordilheira e que tinham em comum uma cosmovisão”. Explica que os Quéshua e Aymara têm em comum na sua língua, “com diferença pequena de expressão”, uma palavra, *SumakKawsay*, “que nomeia um modo de estar na Terra, um modo de estar no mundo”.

Esse modo de estar na Terra, ele tem a ver com a cosmovisão constituída pela vida das pessoas e de todos os outros seres que compartilham o ar, que respiram junto com a gente, que bebem água junto com a gente e que pisam nessa terra junto com a gente. Esses seres todos, essa constelação de seres é que significa a cosmovisão. (KRENAK, 2021).

Nas cosmovisões indígenas, dimensão em que se insere o bem viver, o território é usufruto coletivo da terra e a terra com tudo que agrega não é propriedade, na medida em que não compreendem a natureza como algo que se possa ter. Na concepção Yanomami, “os espíritos *xapiripês* são os verdadeiros possuidores da natureza e não os seres humanos” (TIBLE, 2020, p.245). Esse é também o pensamento de *Tuiávii*, da ilha de *Upolu*, arquipélago de Samoa. Conforme discursos contidos no livro “O *Papalagui*”<sup>6</sup> publicado originalmente em 1920, aqueles indígenas reconhecem a propriedade sobre o próprio corpo, mas não sobre outras pessoas.

Quem diz: "Minha cabeça é minha, não é de mais ninguém", está certo, está realmente certo, ninguém pode negar. Ninguém tem mais direito à sua própria mão do que aquele que tem a mão. Até aí dou razão ao Papalagui. Mas é que ele também diz: "A palmeira é minha", só porque ela está na frente da sua cabana. É como se ele próprio tivesse mandado a palmeira crescer. (SCHURMAN).

As sabedorias ancestrais, que poderíamos assumir como próprias do bem viver, segundo mestre Joelson (2021) não auxiliam apenas no aspecto de apaziguar dores internas, mas também para valorização das coisas simples, para congregar as pessoas em “experiências de valorização da alegria, da atividade física coletiva, da festividade, da homenagem a uma companheira, de um dia no rio, das simples coisas por fim” (FERREIRA, p.153). Afirma serem essas congregações o que mantém o povo unido no dia-a-dia, quando passam “as emergências das sobrevivências (...) Sem essa congregação, não há condições de lutar unido. Ou nas palavras de Cacique Babau: quem brinca junto, guerreia junto”. (FERREIRA, p.153).

Estas atividades e experiências relacionadas às simples coisas e à vida na cidade apareceram espontaneamente em algumas das respostas de residentes de Salvador, quando perguntados “O que te faz feliz?”. Neste sentido, foram dadas respostas como ir à praia, ao bar, a restaurantes, viajar,

---

<sup>5</sup> “Os *xapiripê* parecem humanos, mas são bem pequenos, como poeiras luminosas, e são cobertos de ornamentos coloridos com penas e plumas. Somente os xamãs podem vê-los e observá-los” (TIBLE, 2020, p.244).

<sup>6</sup> Papalagui significa homem branco.

um ônibus com lugar para sentar, moeda para comprar picolé, um bom acarajé, feriados prolongados, contemplar o mar de Salvador, comprar um livro novo, não ter aula numa sexta à noite, ver “meu” povo se divertindo nos finais de semana, encontrar amigos, ver um show de um artista que eu goste, “comer fora”, fazer carinho em animais aleatórios pela rua, ver o pôr-do-sol, tomar um banho de mar, estar em contato com a natureza. Foram citadas praias, praças, parques, mato, rio, mar, dança, esportes e a rua.

Já com relação ao resultado da análise da pergunta subjetiva “O que o bem viver significa para você?”, o entendimento das pessoas se aproximou bastante da noção de bem-estar social, no sentido de acesso a serviços, direitos e necessidades básicas. Dentre as palavras citadas espontaneamente, “saúde” ganha notável destaque, talvez em razão do momento de pandemia, seguida das palavras “segurança”, “alimentação” e “educação”. Outras palavras que possuem afinidade com o *Teko Porã* e *Ubuntu*, como “solidariedade”, “cooperação”, “comunidade”, “felicidade”, “convivência” e “práticas ecológicas”, também foram citadas espontaneamente nos questionários. Observou-se ainda que a palavra “acesso” foi a segunda mais citada. Isto é interessante porque quando se tem acesso, não é necessária a propriedade, ao menos não a propriedade individual, então este modo de usufruto e compartilhamento dialogaria com o bem viver. O trecho exposto a seguir expõe essa compreensão:

Acessibilidade a serviços de saúde; boa alimentação, educação, saneamento, segurança, privacidade, respeito aos limites cada um, regras de convivência social bem aceitas e cumpridas. Preservação da natureza. Zelo pelos bens naturais: a água, florestas, mares! Respeito às diferenças individuais. Muito amor, solidariedade e respeito à vida e à liberdade. (*sic*) (resposta à pergunta “O que bem viver significa para você”).

Na visão dos habitantes de Salvador do bem viver, que se relaciona com a noção europeia de bem-estar, é possível perceber preocupação com a natureza, porém ela é considerada um bem pertencente aos humanos, o que diverge da utopia do bem viver. Neste sentido, na pergunta: “O que o bem viver significa para você?”, surgiram respostas como: “(...) Preservação da natureza.

Zelo pelos bens naturais: a água, florestas, mares!”. Já outras respostas dialogam mais com a utopia originária ameríndia, como:

Bem Viver pra mim é uma filosofia de vida. É um ideal de vivência baseado em experiências que remontam práticas de compartilhamento e produção indígenas. É um modo de vida de respeito a natureza, em que nos sentimos parte dela, e não um elemento externo capazes de dominá-la. Somos um todo, vivendo em solidariedade. (*sic*) (resposta à pergunta “O que bem viver significa para você?”).

O final da última resposta comprova a aproximação das noções indígena e africana, através do trecho “Somos um todo (...)”, que dialoga perfeitamente com o “Eu sou porque nós somos” do *Ubuntu*.

Importa ressaltar que os entendimentos de utopia expressados nas respostas foram majoritariamente de respondentes situados em bairros historicamente mais privilegiados, como Barra, Graça, Pituba e Stella Maris, havendo grande abstenção dos respondentes do Cabula, Paripe, Periperi, Nordeste e Fazenda Coutos que, por exemplo, deixaram a questão sobre o significado do bem viver em branco, tendo o respondente de Mussurunga dito não conhecer o significado. Apesar destes territórios possuírem, historicamente, diálogo com as práticas de resistência do bem viver, ironicamente possuíam maior desconhecimento sobre o tema.

Nesta perspectiva, as políticas e ações nos espaços públicos, pautas do direito à cidade, podem ser pensadas a partir do bem viver, inspiradas materialmente inclusive nas constituições da Bolívia (2009) e especialmente do Equador (2008), que nos seus dispositivos constitucionais elegeu a natureza como sujeito de direito. Este campo do direito crítico, que propõe a construção de um “novo constitucionalismo”, pode abrir caminho à expansão do conceito de direito à cidade para as pessoas não humanas.

#### 4. FELICIDADE DO COMUM

À voz de *Igual*, organizem-se os elementos da justiça e da felicidade. Chegou a hora de fundar a República dos Iguais, esse grande asilo aberto a todos os homens. (BABEUF, 1796)

O encontro do comum, direito à cidade e do bem viver, parece ocorrer em território distópico, vez que, em semelhança, as utopias propõem alternativas à superação de paradigmas hegemônicos: Lefebvre, com o direito à cidade, vislumbra superar o duplo processo de industrialização e urbanização, que chamou de “ponto crítico” (2001, p.77-78); Acosta, com o bem viver, propõe alternativas à ideia de desenvolvimento, que considera de “raízes predatórias e concentradoras” (2016, p.68) e Dardot e Laval, reportam ao “comum” a aposta em um “novo nome de um sistema de práticas e de lutas” (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 271).

A abstração do valor, para Dardot e Laval (2015), em relação aos valores de uso, dialoga com a abstração da quantidade em relação à qualidade; da pessoa em relação ao grupo; e do gozo absoluto diante das necessidades sociais. Esta abstração faria parte de um único processo histórico, onde os cercamentos são o mais eficaz mecanismo de destruição do comum, vez que possibilitam apropriação de coisas que, pela sua natureza, não pertencem a ninguém, dando-lhe uso privativo.

Para Dardot e Christian Laval (2017), “[é] preferível promover o uso substantivo ao falar do comum a reduzir o termo a um qualificativo.”, vez que o comum exprimiria a dimensão do indisponível e do inapropriável, que choca com a expressão de “bem comum”, recorrentemente associada à natureza, como algo capaz de ser possuído. A crítica de Lefebvre sobre o direito à natureza, entendido nos anos 70 como o direito do homem ao campo, à “natureza pura”, ao lazer, dialoga com este entendimento de Dardot e Laval, vez que Lefebvre não concordava com a associação da natureza a mercadoria, tendo afirmado que a reivindicação da natureza e o desejo de aproveitar dela eram “desvios” do direito à cidade.

Muito estranhamente, o direito à natureza (ao campo e à “natureza pura”) entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres (...) a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria, é comprada e vendida. (...) Por eles colonizado, o campo perde as qualidades, propriedades e encantos da vida camponesa. (...) O direito à natureza e o direito ao campo não se destroem em si mesmos? (...) A reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios

do direito à cidade. (...) A necessidade e o “direito” à natureza contrariam o direito à cidade sem conseguir eludi-lo (Isto não significa que não se deva preservar amplos espaços “naturais” diante das proliferações da cidade que explodiu). (LEFEBVRE, 2001, p.117)

O paradigma dominante, de que a natureza é considerada bem possível e explorável se justificaria em função da acumulação de “riquezas” e do “desenvolvimento”, ao qual o bem viver se coloca como alternativa (ACOSTA, 2016, p.77). Na prática, esta noção pode se aliar ao comum, que afirma que não se trata mais de opor simplesmente a propriedade privada e a propriedade pública, “mas de questionar prática e teoricamente os fundamentos e os efeitos do direito de propriedade, opondo-lhes o imperativo social do uso comum” (LAVAL; DARDOT, 2015, p.262).

Nesse aspecto, a expressão “bem comum” – que podemos compreender perfeitamente que ainda sirva de palavra de ordem na luta – sofre de uma irredutível ambiguidade: um “bem” é alguma coisa que possuímos ou que aspiramos possuir diante de algumas qualidades que a tornam própria para satisfazer certas necessidades (apropriação-destinação e não apropriação-pertença). Ora, longe de se confundir com um objeto de propriedade, o comum exprime acima de tudo a dimensão do indisponível e do inapropriável. (DARDOT; LAVAL, 2017)

No “Manifesto dos Iguais”, publicado por *Babeuf* originalmente em 1796, e no Brasil em 1946, ele afirma que “os dias de restituição geral estão próximos”, convocando famílias desabrigadas a sentar “na mesa comum preparada pela natureza para todos os seus filhos”. Desta forma, explicitando a relação direta entre a natureza e o comum, como se a primeira autorizasse o segundo, dadas as características de sua própria natureza.

A “plenitude da felicidade” é intimamente relacionada por *Babeuf* (1946) com a revolução em torno da igualdade. Para o autor, basta que “sobre a terra um homem seja mais rico e mais poderoso do que os seus semelhantes, do que os seus iguais, para que o equilíbrio se quebre e o crime e a desgraça invadam o Mundo” (BABEU, 1946). Estas palavras, após mais de 220 anos, produzem eco com os tempos atuais, onde a desigualdade de renda, de fato, apresenta evidências de ser elemento de influência na infelicidade das pessoas (ver Oishi

e Kesebir, 2015) bem como motor propulsor de muitas violências (crimes) (ver Dantas, 2011).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O bem viver se relaciona diretamente com a felicidade da natureza, em superação ao paradigma dominante de que ela (natureza) é bem possível e explorável (Dardot e Laval, 2017). Este paradigma dualista natureza-cultura, adotado pelo capitalismo hegemônico, mostrou potencial de influenciar negativamente na felicidade das pessoas que integram as cosmovisões ameríndias, e que consideram todas as pessoas como sujeitos de direito, inclusive as não humanas.

Na prática, a exploração predatória guarda expectativa que se relaciona diretamente com a garantia de felicidade à classe dominante, sendo esta felicidade seletiva contestada pelo bem viver, na medida em que o capitalismo, que prioriza o lucro e a acumulação, não considera a felicidade da coletividade humana, quiçá das demais pessoas da natureza.

Por fim, a perspectiva sobre o direito à cidade mostrou guardar relação íntima com o acesso a espaços públicos e seu usufruto comunitário, indicando que a cidade, e notadamente seus espaços públicos, são território de interlocução das utopias da felicidade, do bem viver e do direito à cidade.

## **ARTIGO 2 - FELICIDADE NA PERSPECTIVA DOS HABITANTES DE SALVADOR**

HAPPINESS FROM THE PERSPECTIVE OF THE INHABITANTS OF SALVADOR

### **RESUMO**

O artigo discute os sistemas de apuração métrica da felicidade, bem como as possibilidades de construção de outras métricas que subvertem a ideia de felicidade como consumo, e apresenta o “Mapa da felicidade dos habitantes de Salvador”, sendo expostos também os elementos que interferem na felicidade, por recorte, como satisfação na vida e no amor, cor ou raça, gênero, idade e renda. Apesar das limitações inerentes ao processo de matematização científica de indicadores e índices, bem como da amostra, foi possível observar que para promover a felicidade dos habitantes de Salvador, se mostra necessário melhorar os indicadores de renda, segurança financeira e segurança pública. Com relação aos grupos de maior vulnerabilidade, a pesquisa concluiu pela necessidade de atenção especialmente à população preta, aos jovens, às mulheres, às pessoas de “outros gêneros” e aos espaços públicos. Foi possível observar ainda que os “infelizes no amor” registraram o menor índice de felicidade, enquanto os idosos com mais de 65 anos, grupo também mais satisfeito no amor, compõem o grupo mais feliz dentre todos os estudados.

**Palavras-chave:** Indicadores; Felicidade; Bem Viver; Salvador.

## HAPPINESS FROM THE PERSPECTIVE OF THE INHABITANTS OF SALVADOR

### ABSTRACT

The article discusses the metric calculation systems of happiness, as well as the possibilities of building other metrics that subvert the idea of happiness as consumption, and presents the “Map of happiness of Salvador's inhabitants”, also exposing the elements that interfere in the happiness, by clipping, as satisfaction in life and love, color or race, gender, age and income. Despite the limitations inherent to the process of scientific mathematization of indicators and indices, as well as the limitations of the sample, it was possible to observe that to promote the happiness of the inhabitants of Salvador, it is necessary to improve the indicators of income, financial security and public security. Regarding the most vulnerable groups, the research concluded that there is a need for attention, especially the black people, young people, women, people of “other genders” and public spaces. It was also possible to observe that the “unhappy in love” registered the lowest happiness index, while the elderly over 65 years old, a group also more satisfied in love, make up the happiest group among all those studied.

**Keywords:** Indicators; Happiness; Buen Viver; Salvador.

## 1. INTRODUÇÃO

Acosta (2016) destacou a Felicidade Interna Bruta como índice merecedor de ser adequadamente compreendido, posto que estaria inspirado em conceitos que poderíamos assumir como próprios do bem viver. O FIB é composto por indicadores de saúde física, saúde mental, satisfação no trabalho, felicidade social, bem-estar político, bem-estar econômico e bem-estar ambiental.

No FIB, índice criado em contrapartida ao PIB (produto interno bruto), os indicadores receberam percentual para efeito de ponderação atribuído pelos pesquisadores. No caso da presente pesquisa atribuiu-se os pesos conforme indicação dos próprios respondentes, através da pergunta: Quais destes elementos influenciam na sua felicidade? Ou seja, ponderou-se a partir da perspectiva dos residentes, apesar de apresentar também os resultados brutos.

Índices como o PIB, no período pós-Segunda Guerra Mundial, e o IDH (índice de desenvolvimento humano) a partir de 1990, consolidaram-se como referências para medir o desenvolvimento dos países, fazendo com que os financeiramente mais ricos estejam geralmente nos postos de “mais felizes”<sup>7</sup>. Neste sentido, recentemente, em 2021, pesquisa<sup>8</sup> realizada pelo economista Daniel Duque da Ibre/FGV, que utiliza dados de inflação e desemprego, apontou a Bahia como o Estado mais infeliz e Santa Catarina como o mais feliz. Será? Quais elementos são capazes de influenciar a nossa felicidade?

O Produto Interno Bruto (PIB) é uma medida do valor sobre os bens e serviços que o país produz, já o PIB *per capita* (por pessoa) mede quanto, do total produzido, caberia a cada brasileiro se todos tivessem partes iguais sobre o que foi produzido. Neste sentido, o PIB pode ser considerado índice mais eficiente em locais com menor desigualdade social, vez que, quando a pessoa recebe a parte justa que lhe cabe, em reciprocidade ao seu trabalho, tende à satisfação social e à felicidade, inclusive pela tranquilidade de ter garantido o

---

<sup>7</sup> Ver “O excepcionalismo nórdico: o que explica por que os países nórdicos estão constantemente entre os mais felizes do mundo”. Capítulo 7 do *World Happiness Report*. Publicado pela Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável em 20 de março de 2020. Disponível em: <https://worldhappiness.report>

<sup>8</sup> “Sul e Centro-Oeste são mais felizes; no Rio e Nordeste, bem-estar não avança - 05/07/2021 - Mercado - Folha. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/sul-e-centro-oeste-sao-mais-felizes-no-rio-e-nordeste-bem-estar-nao-avanca.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/sul-e-centro-oeste-sao-mais-felizes-no-rio-e-nordeste-bem-estar-nao-avanca.shtml).

acesso ao atendimento das necessidades básicas da família, que no sistema capitalista é permitido quase exclusivamente mediante o pagamento em moeda oficial dos países.

Já em locais de grande desigualdade social, o PIB não se mostra índice adequado, já que a parte que caberia a cada pessoa não chega integralmente ao trabalhador, o que, em muitos casos, os coloca longe da utopia do bem viver, no lugar de sobrevivência. Nessa condição, o trabalho não é visto como meio de autorrealização ou de felicidade, no máximo fornece condições mínimas de subsistência para que, além do trabalho, a pessoa tenha energia para as coisas e pessoas que lhes trazem felicidade. Indicadores como renda e inflação, que guardam relação direta com o poder de compra do trabalhador, podem ser considerados como aqueles de maior influência que o PIB sobre a felicidade das pessoas, não sendo, no entanto, dados definitivos.

Para Lefebvre, em *“Direito à Cidade”*, “a utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências” (LEFEBVRE, 2001, p.110), i.e., explora-se com a pesquisa um campo de possibilidades de pensar a cidade, o direito à cidade, o bem viver e o comum. Com essa referência foi proposta a experimentação de indicadores com vistas a uma reflexão para além dos índices econômicos que apuram e objetivam acumulação de capital, a fim de visualizar cenários não apocalípticos, em que seja possível a construção de “espaços favoráveis à felicidade” (LEFEBVRE, 2001, p.110). A experimentação de indicadores busca inspirar outros que possam convergir com o bem viver e para o ideário e projeto político do direito à cidade (VIVEIROS, 2020), instrumentando as comunidades nas lutas e resistências nas cidades, e especificamente nos territórios populares, na afirmação territorial e do seu legado cultural.

A despeito destes desafios, e de outros inerentes à matematização de questões sociais complexas, apresenta-se neste artigo a experimentação de indicadores construídos para a realidade de Salvador, a fim de pôr luz nos elementos que influenciam a felicidade das pessoas, inclusive aquelas que se amparam nas cosmovisões indígenas, como plantas, minerais, animais e seres invisíveis, sob as quais o humano não detém o direito de exploração, em oposição ao entendimento de que estas pessoas são “recursos naturais”.

Para a pesquisa, foram utilizados indicadores de satisfação com a vida e necessidades atendidas baseados nos indicadores do Felicidade Interna Bruta (FIB), inicialmente desenvolvido no Butão, adaptados ao contexto de Salvador. Além destes, foram elaborados indicadores de suficiência e dimensão comunitária, baseados em práticas alinhadas ao bem viver. O questionário foi respondido no ano de 2021, período singular, inclusive por evento da pandemia da covid-19, tendo sido respondido de forma *online* por residentes da cidade de Salvador - BA, excetuada a RMS.

Após as considerações e críticas sobre as formas de apuração métrica da felicidade, são discutidas as possibilidades de outras metodologias que subvertam a ideia de felicidade como consumo, bem como as limitações e a caracterização da diversidade amostral. Por fim, são apresentados os elementos que influenciam a felicidade das pessoas de Salvador, cujos resultados são ilustrados e analisados a partir de gráficos radares e mapas de calor.

## **2. CONSIDERAÇÕES SOBRE APURAÇÃO MÉTRICA DA FELICIDADE**

Embora indicadores econômicos de renda e segurança financeira possam guardar diálogo com a felicidade, na medida em que o atendimento das necessidades básicas da vida, no sistema capitalista, é realizado quase que exclusivamente através do dinheiro, é importante refletir sobre a felicidade fundada no consumismo insustentável – que objetiva acumular muito além do necessário para uma minoria humana – e seu resultado oposto, de infelicidade, para as pessoas humanas e não humanas.

Indicadores econômicos mais comuns, como o PIB, que mede o valor dos bens e serviços produzidos no país, não refletem necessariamente a renda da população. Já a taxa de desemprego, apesar de influenciar na renda, é um indicador impreciso se não combinado com outros que possam medir o poder de compra. De qualquer forma, estes indicadores econômicos que se propõem a medir a felicidade, ironicamente costumam apontar ações no sentido de aprofundar a chamada *economia radical*, que ocorre, segundo Rebecca D. Costa (2012, p.206), quando “princípios simples nos negócios, como risco/recompensa

e perda/ganho, tornam-se o fator decisivo para determinar o valor de pessoas e prioridades, iniciativas e instituições”.

Rebecca D. Costa considerou o que chamou de *economia radical* como um *supermeme*. *Meme* foi definido como “qualquer informação, pensamento, sentimento ou comportamento de ampla aceitação” (COSTA, 2012, p. 80), já o *supermeme* seria “qualquer crença ou comportamento que se torna tão dominante, tão difícil de erradicar, que contamina ou elimina todas as outras crenças e os comportamentos numa sociedade” (COSTA, 2012, p. 84). De fato, a economia, em sua concepção hegemônica, atualmente é considerada no voto político, na escolha da profissão e até para fins de casamento, o que se intensificou nos últimos 40 anos, sendo largamente utilizada como parâmetro para medir a felicidade da população, especialmente através da consideração do PIB como indicador.

Segundo Rebecca “hoje, as considerações econômicas superam outros valores a tal ponto que elas adquiriram o poder de decidir como e se as maiores ameaças da humanidade serão resolvidas” (COSTA, 2012, p. 214). Neste sentido, o crescimento sustentado, e não sustentável, segundo Lander (2010), teria atingido seus limites.

Essa concepção de vida que identifica a acumulação de bens materiais com a felicidade humana, essas noções que, de diferentes formas históricas, aludem a eixos de crescimento e progresso; essa forma de organização da vida que chamamos de capitalismo, que é um padrão de organização da vida coletiva cujo objetivo supremo, necessário e indispensável para sua própria existência é o crescimento sustentado –não sustentável, mas sustentado no tempo-; é tudo isso o que atingiu seus limites. (LANDER, 2010, p.31)

Seguir com a *economia radical*, considerando-a como fim a ser perseguido, já que compõe indicador de “desenvolvimento” e felicidade, é problemático no sentido de que esse modo de vida resulta em diversas distorções produtivas quando, ao invés de satisfazer as necessidades das pessoas e promover o equilíbrio ecológico, visa a acumulação de capital como

fim necessário. Por exemplo, o relatório *Bankrolling Extinction*<sup>9</sup> (2020) evidenciou que os 50 principais bancos do mundo, instituições que possuem potencial de realizar empréstimos e garantias para setores de promoção da felicidade e do equilíbrio ecológico, destinaram, somente em 2019, 2,6 trilhões de dólares, o que equivale ao PIB do Canadá, a setores identificados como causadores primários da destruição da biodiversidade, sendo a produção alimentícia (agricultura e pesca industrial) o setor considerado de maior impacto na biodiversidade global.

O modo de produção destrutivo, ao invés de ser evidenciado negativamente nos cenários, é distorcido nas pesquisas e análises, na medida em que o PIB é indicador utilizado como influência positiva em índices que se propõem a medir o desenvolvimento, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), ou até em pesquisas sobre o estado de felicidade global, como o *World Happiness Report*<sup>10</sup> (2020), que também utiliza o PIB como um de seus indicadores.

No estudo *Bankrolling Extinction* (2020), o sistema de produção mundial de alimentos, exploração florestal, mineração, combustíveis fósseis, infraestrutura, turismo, e a realocação de bens e pessoas foram todos identificados como impulsionadores primários da crise de extinção global. No entanto, o investimento feito nessas atividades despreza seu modo de produção, podendo resultar em incentivos a tecnologias ultrapassadas, como o uso de automóveis individuais movidos à petróleo, o uso de energias não renováveis e os cultivos monoculturais extensivos, não porque são mais eficientes, mas porque preenchem os critérios que visam a acumulação de capital.

Esta distorção, inerente ao choque de interesses entre a acumulação de capital e as necessidades biocêntricas, ocorre em diversos setores da economia, especialmente os essenciais, desde os historicamente rentáveis – como o da saúde –, até os menos rentáveis – como o saneamento básico, que possui debate mais recente – e reflete de forma distorcida nos resultados de índices

---

<sup>9</sup>**Bankrolling Extinction:** *The banking sector's role in the global biodiversity crisis*. Relatório “Financiando a extinção”, 2020. Disponível em: <https://portfolio.earth/>

<sup>10</sup>*World Happiness Report*. Publicado pela Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável em 20 de março de 2020. Disponível em: <https://worldhappiness.report>

que utilizam critérios de acumulação de capital como indicador de influência positiva.

Para ilustrar o fato, importa recordar a publicação da famosa entrevista de *Lluís Amiguet* com o Prêmio Nobel de Medicina de 1993, *Richard J. Roberts*, sob o título “A droga que cura não é lucrativa”<sup>11</sup>, na qual Richard afirma ter verificado alguns casos de pesquisadores dependentes de fundos privados que descobriram medicamentos capazes de curar completamente uma doença, mas que, por interesse das empresas farmacêuticas, tiveram a pesquisa desviada para a descoberta de medicamentos que não curam completamente, mas apenas cronificam a doença e fazem você experimentar uma melhora que desaparece quando se para de tomar o medicamento, ou seja, de uso – e compra – continuado.

O que deve fazer uma empresa com fins lucrativos se tiver de determinar se uma pessoa vai viver, morrer ou sofrer? Por um lado, a empresa é obrigada, pela ética comercial e por lei, a transferir o mais alto retorno possível aos seus acionistas. Por outro lado, a empresa tem a responsabilidade moral de salvar vidas. (COSTA, 2012, p. 235)

As distorções provocadas pela tomada de decisão a partir da *economia radical* são também de cunho cultural e subjetiva. A depressão e dismorfia corporal<sup>12</sup>, por exemplo, abrem a possibilidade de alta lucratividade na venda de medicamentos, intervenções cirúrgicas e tratamentos estéticos. A patologização de sentimentos, como dor e saudade, a fetichização de doenças ligadas à produtividade, como a ansiedade e a insônia, ou de hábitos viciantes, como o consumo de açúcar e café, se situam nesse lugar de lucro e distorção. Para Latouche (2018) uma pessoa feliz geralmente consome menos<sup>13</sup>, o que não é compatível com a meta de acumulação de capital e, portanto, não é objetivo perseguido pelo poder econômico.

---

<sup>11</sup>Entrevista de Lluís Amiguet com Richard J. Roberts. “A droga que cura não é lucrativa”. *La Vanguardia*, 31 de julho de 2007. Disponível em: <https://rebellion.org/el-farmaco-que-cura-del-todo-no-es-rentable/>

<sup>12</sup>Define-se Transtorno Dismórfico Corporal (TDC) como preocupação com “defeito” na aparência.

<sup>13</sup>Para o professor Latouche (2018) “pessoas felizes geralmente não consomem”. Fonte: “Pessoas felizes não precisam consumir”, a afirmação brutal do filósofo Serge Latouche. Disponível em: [pensarcontemporaneo.com](http://pensarcontemporaneo.com).

No entanto, indicadores e índices de desenvolvimento ou de felicidade medem esse modo produtivo e esse consumo como positivos, fazendo com que os países financeiramente mais ricos estejam geralmente nos postos de “mais felizes”<sup>14</sup>. Neste sentido, em 2021, uma pesquisa<sup>15</sup> realizada pelo economista Daniel Duque da Ibre/FGV, que utiliza dados de inflação e desemprego, apontou a Bahia como o Estado mais infeliz e Santa Catarina como o mais feliz. Será?

### **3. CRÍTICA AOS INDICADORES ECONÔMICOS QUE SE PROPÕEM A MEDIR A FELICIDADE**

O *Global Happiness 2020*, que se baseia no percentual de brasileiros que se disseram felizes (63%), fez a British Broadcasting Corporation (BBC)<sup>16</sup> concluir que a pandemia não abateu o humor do brasileiro, pois a felicidade teria oscilado positivamente, dentro da margem de erro, em relação a 2019. Apesar da queda da satisfação financeira, melhoras na satisfação com as relações teriam possibilitado esse aumento. Porém é interessante observar que isto pode ter acontecido porque não se estudou os grupos por renda, separadamente, podendo o índice de felicidade dos mais abastados ter invisibilizado a infelicidade do grupo mais vulnerável economicamente (pobres)<sup>17</sup>.

No mesmo ano do estudo citado da *Global Happiness*, uma outra pesquisa<sup>18</sup> resultou em oscilação negativa em relação a 2019, e fez com que a CNN Brasil concluísse que a felicidade média do brasileiro teria caído ao menor

---

<sup>14</sup> Ver “O excepcionalismo nórdico: o que explica por que os países nórdicos estão constantemente entre os mais felizes do mundo”. Capítulo 7 do *World Happiness Report*. Publicado pela Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável em 20 de março de 2020. Disponível em: <https://worldhappiness.report>

<sup>15</sup> “Sul e Centro-Oeste são mais felizes; no Rio e Nordeste, bem-estar não avança - 05/07/2021 - Mercado - Folha. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/sul-e-centro-oeste-sao-mais-felizes-no-rio-e-nordeste-bem-estar-nao-avanca.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/sul-e-centro-oeste-sao-mais-felizes-no-rio-e-nordeste-bem-estar-nao-avanca.shtml)

<sup>16</sup>BBC News Brasil “Pandemia não abateu humor do brasileiro, diz ranking da felicidade”. Publicado em outubro de 2020 (Reuters/ Ricardo Moraes).

<sup>17</sup>Esta invisibilidade é discutida no item “Elementos que influenciam a felicidade”, subitem “Renda”, com base nesta pesquisa, que experimentou indicadores em Salvador, no ano de 2021.

<sup>18</sup>CNN Brasil, 2021. Felicidade média do brasileiro cai ao menor nível em 15 anos em 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/felicidade-media-do-brasileiro-cai-ao-menor-nivel-em-15-anos-em-2020/>

nível em 15 anos. No entanto, a pesquisa considera o índice de Gini<sup>19</sup>, que visa medir a desigualdade, o índice de prosperidade que é baseado na renda e o bem-estar social trabalhista, bem como medidas subjetivas de bem-estar, comparações internacionais e emoções cotidianas, o que provavelmente contribuiu com as diferentes, e contraditórias, interpretações sobre a felicidade brasileira.

As pesquisas que utilizam indicadores econômicos como renda, desemprego e inflação, juntamente com critérios subjetivos como felicidade e emoções cotidianas, e que interpretam os dados considerando os diferentes grupos socioeconômicos, como a da Fundação Getúlio Vargas, “Bem-Estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia” (2021), conseguem identificar e analisar essas nuances. Nesta pesquisa, Marcelo Neri (2021) concluiu que “a felicidade foi embora” e que a queda se deu entre os mais pobres, enquanto os mais abastados mantiveram a satisfação com a vida.

O estudo apontou ainda que “todos os indicadores subjetivos de bem estar considerados pioraram mais no Brasil na pandemia que a média dos 40 demais países”, tendo o Brasil “uma queda de 0,4 pontos em 2020, chegando a 6,1 o menor ponto da série histórica desde 2006”.

A queda da felicidade se dá nos 40% mais pobres (-0,8%) e no grupo do meio (-0.2) situados entre 40% a 60% da renda. Já os grupos mais abastados mantiveram a satisfação com a vida. Ou seja, há aumento da desigualdade de felicidade na pandemia. A diferença de satisfação com a vida entre os extremos de renda que era de 7,9% em 2019 sobe para 25,5%. (NERI, 2021)

Dessa forma, pesquisas que se propõem a “medir” a felicidade, a depender da metodologia, indicadores e sua leitura, podem resultar em diferentes análises e conclusões para a mesma questão, especialmente considerando a complexidade dos indicadores econômicos e dos elementos que constituiriam a felicidade. Neste sentido, o Felicidade Interna Bruta (FIB), criado em oposição ao PIB, pelo rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck, em 1972,

---

<sup>19</sup> Também chamado Coeficiente Gini ou Razão Gini, foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, em 1912, para medir o grau de concentração de renda. O valor zero representa a situação de igualdade.

ampliou a leitura da felicidade com a adoção de multicritérios, o que inspirou a construção dos indicadores desta pesquisa.

É importante ressaltar que, embora o IDH tenha aberto espaço para proposições de índices de bem-estar e felicidade como alternativas para a mensuração do desenvolvimento, a exemplo do *Global Well-Being Index* (índice global do bem-estar) e *Happy Planet Index* (HPI), indicadores alinhados ao bem viver sugerem ir além, porque essa concepção de mundo (ou concepções que inscreve) propõe visão alternativa *ao desenvolvimento*, e não *de desenvolvimento*. (ACOSTA, 2016).

Lefebvre, em *“Direito à Cidade”*, afirma que “a utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências” (LEFEBVRE, 2001, p.110). Assim, a experimentação utópica aplicada à construção de indicadores e índices, poderia permitir visualização e reflexão sobre cenários não apocalípticos em que seja possível a construção de espaços sociobiocêntricos favoráveis à felicidade. Neste sentido, após discussão sobre a possibilidade de outras métricas que subvertam a ideia de felicidade como consumo, passa-se à apresentação dos indicadores construídos para a realidade de Salvador, a fim de expor suas limitações, bem como a caracterização da amostra e os resultados da pesquisa.

#### **4. POSSIBILIDADES DE OUTRAS MÉTRICAS**

Após o paradoxo de *Easterlin* indicar que os níveis médios de felicidade não aumentam com o crescimento da riqueza dos países, se tornou ainda mais urgente a subversão das métricas para entender a felicidade além do consumo. Neste sentido, Oishi e Kesebir (2015), a partir de dados de 34 países, concluíram que “o crescimento econômico não é associado à felicidade quando acompanhado de crescente desigualdade de renda”, tendo estas descobertas sugerido que na verdade é a distribuição de renda, e não o “crescimento” econômico, quem pode estar associada à felicidade.

Por esta razão, além do bem-estar subjetivo, que depende do íntimo de cada ser, a discussão acerca do bem-estar objetivo, que se relaciona com a vida política, pública e comunitária, tem encontrado relevância especialmente diante

da necessidade da construção de alternativas às métricas já conhecidas, a fim de encontrar indicadores que associem a felicidade para além da aquisição de coisas, em superação à naturalização deste padrão cultural.

Se os seres humanos são indivíduos egoístas, competitivos, sujeitos a que identifiquem sua própria realização e sua própria felicidade com a aquisição de coisas, então obviamente a sociedade capitalista é a sociedade que lhes dá a melhor resposta. Mas, na realidade, essa naturalização dessa ordem civilizadora é consequência desses 500 anos de um padrão de conhecimento, é uma consequência de padrões culturais que são reiteradas e reiteradas até parecerem tão inevitáveis, justamente porque parece naturais. (LANDER, 2010, p.27-28)

Nesta perspectiva, segundo Lander (2010, p.30), ao falar das condições para a realização da vida, destacou que “temos uma sociedade em que a condição de realização de vida, felicidade e progresso são baseados em destruição inexorável das condições que tornam a vida possível”, o que chamou de “situação patológica e insustentável”.

Por sua vez, segundo Leon (2010, p.7), o bem viver (*sumak kawsay*) é uma visão alternativa que abre possibilidades para repensar a economia política nestes aspectos que são considerados subjetivos e privados, como a felicidade, podendo ser este um bom caminho na construção de novos indicadores que subvertam a ideia de felicidade para além do consumo. Neste sentido, no Plano Nacional de bem viver do Equador, René Ramírez (2009, p.6) identifica como objetivos do bem viver, dentre outros, a “satisfação das necessidades”, a “qualidade de vida”, “amar e ser amado”, a “harmonia com a natureza” e a “emancipação”, tendo este entendimento, inclusive, influenciado diretamente na construção dos indicadores da pesquisa empírica que ora se apresenta.

Arriscamo-nos a sintetizar o que entendemos por Bem Viver como “a satisfação das necessidades, a conquista de uma qualidade de vida e de morte digna, o amar e ser amado, e o saudável florescimento de todos e todas em paz e harmonia com a natureza e a prolongação indefinida das culturas humanas. O Bem Viver pressupõe ter tempo livre para contemplação e emancipação, e que as liberdades, oportunidades, capacidades e potencialidades reais dos indivíduos se expandam e floresçam...” (RAMIREZ, 2009, p.6, tradução nossa)

Neste sentido, a pesquisa empírica foi composta por três índices: o primeiro, de “satisfação com a vida”, composto pelos indicadores de “felicidade manifesta”, “satisfação amorosa”, “satisfação social” e “satisfação no trabalho”, que dialoga especialmente com o objetivo de “amar e ser amado”; o segundo, de “necessidades atendidas”, composto pelos indicadores de “segurança em casa”, “segurança nos espaços públicos”, “segurança financeira”, “renda”, “alimentação”, “moradia”, “água”, “educação”, “saúde” e “internet”, que dialoga com o objetivo de “satisfação das necessidades”; e, por fim, o índice de “suficiência e dimensão comunitária”, que dialoga com o objetivo da “emancipação” e “harmonia com a natureza”, e é composto pelos indicadores de “mobilidade de baixo impacto”, “auto cultivo” de alimentos, “reutilização da água da chuva”, “participação em coletivos organizados”, “direitos das pessoas não humanas” e “produtos sustentáveis e de comércio justo”.

## **5. LIMITAÇÕES E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA**

Indicadores e índices em si possuem problemas e limitações, alguns inerentes ao próprio processo de matematização científica, porque sua construção busca simplificar e quantificar problemas socialmente complexos, outros referentes às limitações da amostra, como acesso à internet ou às informações que permitem a compreensão das questões. Ao buscar por propriedades essenciais definidoras, é capaz também de reproduzir identidades cristalizadas, que são naturalmente mutáveis, e cujo monopólio simbólico pode deslegitimar e invisibilizar diferentes existências, podendo ainda sofrer tensões de homogeneização global, o que leva à desintegração de identidades (CRUZ, 2010). Pode recair em simplificações e essencializações também. Para superação desta limitação foi feito esforço na identificação de grupos potencialmente invisibilizados por outros, a fim de realizar análise específica e não contaminar a amostra.

Apesar das limitações que se impõem, é possível fomentar a discussão acerca dos conceitos e metodologias de apuração métrica de dados e informações da realidade urbana, especialmente aquelas voltadas ao urbano, a partir da construção de índices e indicadores de caráter singularizado, orientados

por visões sociobiocêntricas, aqui elaborados a partir da análise de diferentes concepções e interpretações do bem viver, do direito à cidade, da felicidade e do comum como conceito, modo de vida e ação transformadora.

A fim de conhecer os dados e informações analisados, passa-se à caracterização dos respondentes. Para as leituras subjetiva e objetiva foram analisados 252 formulários, 100% respondidos por residentes em Salvador, excluídos os respondentes dos demais municípios da Região Metropolitana (RMS)<sup>20</sup>, tendo sido constatado, de início, que o instrumento de pesquisa possuiu maior receptividade entre os que apresentaram maior formação educacional, vez que os respondentes indicaram possuir, no mínimo, ensino médio (13,9%), em sua maioria graduação (44,8%) e pós-graduação (41,3%). Neste sentido, mesmo sendo adotadas estratégias de alcance de públicos com menor formação acadêmica, foi observada a dificuldade de compreensão das questões do formulário, bem como do uso da plataforma *online*, no caso o *Google Forms*, o que dificultou a participação dos segmentos de menor escolaridade.

A amostra possui confiabilidade<sup>21</sup> de 90% com margem de erro de 5,17%, sendo a população respondente totalmente urbana (100%) e composta 69% por mulheres, 29,4% por homens, mas também com representações do gênero neutro (0,4%) e outros gêneros (1,2%).

Com relação à idade, é composta em sua maioria por adultos de 25-34 anos (25,9%) e de 34-45 anos (27,1%), seguidos dos jovens de 18-24 (19,5%) e adultos de meia idade, entre 45-54 (10%) e 55-64 (12%), tendo sido menos popular entre os mais jovens de 13-17 anos (1,2%) e maiores de 65 anos (4,4%).

Com relação ao rendimento mensal, 11,6% declaram não possuir renda e 10,4% disseram receber menos de um salário mínimo por mês. Cerca de 30,3%

---

<sup>20</sup> Foram recebidas respostas de 22 pessoas residentes na Região Metropolitana de Salvador (RMS), que não puderam ser consideradas para fins estatísticos devido à baixa representatividade numérica. No entanto a representação destas pessoas aparece em alguns mapas de calor desta pesquisa.

<sup>21</sup> Para calcular o número mínimo de população necessária, foi aplicada a seguinte fórmula:  $n = N Z^2 p (1-p) / e^2 + Z^2 p (1-p)$ , sendo  $n$  = o tamanho da amostra obtido por meio do cálculo;  $N$  = total da população pertencente a pesquisa;  $Z$  = desvio indicado ao valor médio aceitável para que o nível de confiança seja atingido;  $e$  = a margem de erro máxima que a pesquisa permite; e  $p$  = a proporção que desejamos encontrar no cálculo.

afirmaram receber de 1 a 3 salários mínimos, 18,7% declaram receber entre 3 e 5 salários mínimos, 17,1% entre 5 e 10 salários mínimos e apenas 12% declararam receber acima de 10 salários. Muitos dos que declararam não ter renda são jovens até 24 anos.

No concernente à identidade racial, a metade dos respondentes se identificou como parda (47%), seguido pela branca (33,9%) e preta (16,3%). As menores representatividades foram a amarela (1,6%) e indígena (1,2%), percentuais que, apesar de baixos, são compatíveis com os do IBGE. Apenas 0,4% não se identificou.

A espacialização dos dados evidenciou que a população branca continua se concentrando especialmente na faixa litorânea da cidade, sendo possível observar (figura 1) que bairros como Rio Vermelho, Pituba, Piatã, Jaguaribe, Stella Maris e bairros próximos e infraestruturados como Jardim Apipema, Alphaville, Caminho das Árvores, Candeal e Imbuí, são habitados majoritariamente por pessoas brancas e pardas, estando a população negra (preta e parda) mais concentrada nos bairros menos estruturados como Brotas, Cabula, Cajazeiras, Caminho de Areia, Canabrava, Castelo Branco, Mussurunga, Nazaré, Periperi, 7 de Abril, Águas Claras e Bonfim.



Boaventura de Souza Santos (1987; edição 1995) em “Um discurso sobre as ciências”, que considera todo o conhecimento local e total. Esta perspectiva associada à visão rizomática (DELEUZE e GUATTARI, 1995), por meio da qual, em respeito aos princípios de conexão e de heterogeneidade, qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo, permite tentativas de análise na determinação de influências entre indicadores, bem como torna possível admitir que o contexto interfere no aspecto da realidade representado pelo indicador, e não apenas o inverso.

Em termos práticos, por exemplo, tanto a renda (local) como a crise social, política, econômica, ambiental e pandêmica (total), podem influenciar o indicador de “satisfação no trabalho”. Isto porque se você é uma das poucas pessoas do bairro que conseguiu emprego em uma época difícil, tende a se considerar abastado. Em outro contexto, caso fosse uma das poucas pessoas da vizinhança que necessita trabalhar para viver, poderia sentir-se menos satisfeita, ou seja, a percepção admite variar conforme o contexto.

É muito diferente perguntar pela utilidade ou pela felicidade que o automóvel me pode proporcionar se a pergunta é feita quando ninguém na minha vizinhança tem automóvel, quando toda a gente tem exceto eu ou quando eu próprio tenho carro há mais de vinte anos. (SANTOS, 2008, p.19).

Neste sentido, a resposta 10, primeiramente destaca o contexto total para, em seguida, dizer que se sente “contente”, mesmo que a pergunta tenha sido “O que te faz feliz?”. Isto é interessante na medida que o contentamento tem essência passageira, é um estado de aceitação, mas não de felicidade. Um estágio intermediário que não permite ser feliz, pois não satisfeito, nem infeliz, pois contente.

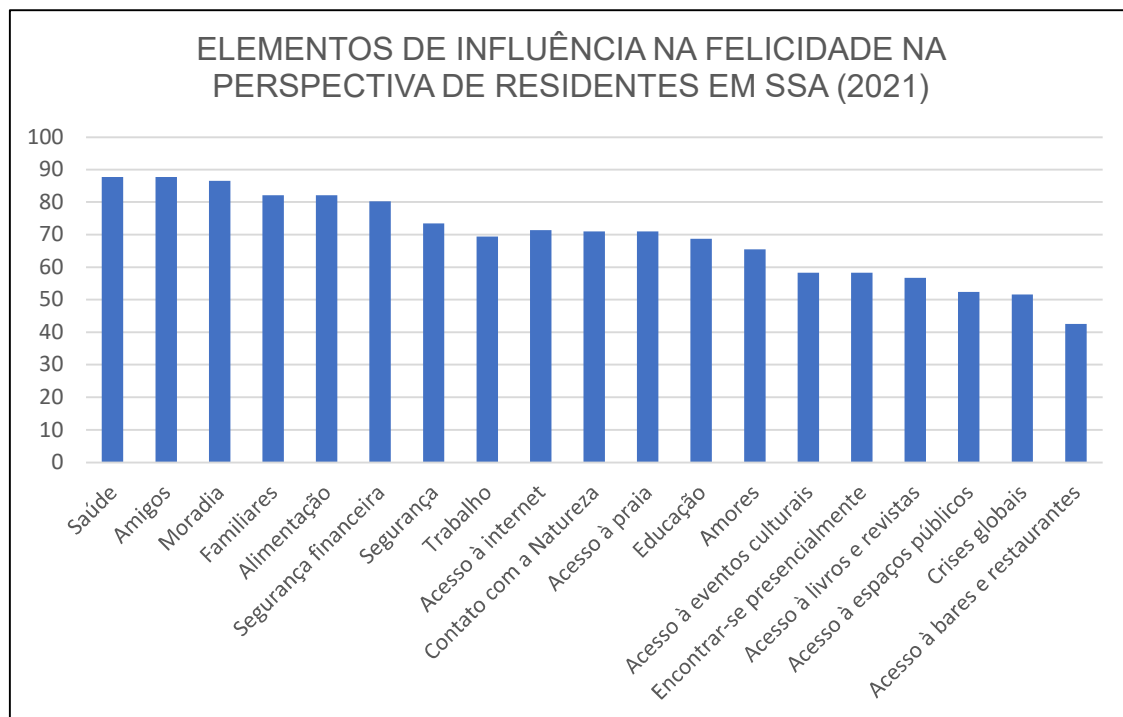
Atualmente acredito que a resposta mais apropriada seria o que me deixa menos desesperada. Considerando o cenário social e político atual do país estar feliz mesmo só pode emanar da alienação. No entanto, diante das circunstâncias, me sinto contente em ter acesso a emprego, renda, moradia e alimentação e em ter condições de garantir isolamento durante a pandemia. Num cenário pré pandêmico, minha felicidade vinha das minhas relações pessoais amorosa, familiar e de amigos, de conquistas pessoais no campo profissional e estudo pessoal na perspectiva de melhora social e política no país (até 2018). (Resposta 10) (*sic*)

O cenário do ano de 2021, de crise e emergência sanitária, pode ter influenciado muitas pessoas em sua capacidade de desfrutar o momento presente e ser feliz. Neste sentido, a resposta 211 afirmou que “no momento, nada (a faz feliz)”, mas que, em outros momentos, o que a fazia feliz era poder fazer coisas que curte. Ou seja, é um período em que muitas pessoas parecem estar esperando chegar a hora para serem felizes novamente.

Já na leitura objetiva, foram observadas as respostas à pergunta “Quais destes elementos influenciam na sua felicidade?”, onde foram expostos elementos para que a pessoa respondente pudesse marcar quantas alternativas desejasse, sendo disponibilizado também campo para indicação de outros elementos, que, por ventura, influenciassem na sua felicidade. Neste sentido, foram apontados no campo “outros” os seguintes elementos: convivência com cães e gatos; produzir e consumir arte; exercício da espiritualidade; atividade física; tempo; Bolsonaro; privacidade; viagens; respeito; futebol; política nacional; economia; velejar; humor; dinheiro; e, paz espiritual.

Quando perguntadas sobre os elementos de influência na sua felicidade, as pessoas residentes em Salvador colocaram a saúde (87%), os amigos (87%) e a moradia (86%) em primeiro lugar, seguida por familiares (82%), alimentação (82%) e segurança financeira (80%). Na sequência vieram a segurança (73%), acesso à internet (71%), contato com a natureza (71%), trabalho (69%) e educação (68%). Os amores (65%) vieram logo depois, seguidos de acesso a eventos culturais (58%), encontrar-se presencialmente (58%), acesso a livros e revistas (56%), acesso aos espaços públicos (52%), crises globais (52%), e, por último foi apontado o acesso a bares e restaurantes, com 42%. Foi possível observar que as pessoas associaram a felicidade mais aos elementos que se relacionam com a satisfação com a vida e com as necessidades básicas, deixando aqueles que se relacionam com a dimensão comunitária nas últimas colocações, exceto pelo contato com a natureza e o acesso à praia, que foram melhor ranqueadas, estando inclusive acima dos elementos “trabalho”, “educação” e “amores”.

Figura 2 - Elementos de influência na felicidade



FONTE: Elaborado pela autora, 2022.

Tabela 1 - Influência dos elementos nos indicadores.

ELEMENTO	PONTOS	CAMPO	INDICADOR
Saúde	87,7	Necessidades básicas	Saúde
Amigos	87,7	Satisfação com a vida	Satisfação social
Moradia	86,5	Necessidades básicas	Moradia
Familiares	82,1	Satisfação com a vida	Satisfação social
Alimentação	82,1	Necessidades básicas	Alimentação
Segurança financeira	80,2	Necessidades básicas	Segurança financeira
Segurança	73,4	Necessidades básicas	Segurança em casa Segurança nos espaços públicos
Acesso à internet	71,4	Necessidades básicas	Internet
Contato com a natureza	71	Dimensão comunitária	-
Acesso à praia	71	Dimensão comunitária	-
Trabalho	69,4	Satisfação com a vida	Satisfação no trabalho
Educação	68,7	Necessidades básicas	Educação
Amores	65,5	Satisfação com a vida	Satisfação amorosa
Acesso à eventos culturais	58,3	Dimensão comunitária	-
Encontrar-se presencialmente	58,3	Dimensão comunitária	-
Acesso à livros e revistas	56,7	Dimensão comunitária	-
Acesso à espaços públicos	52,4	Dimensão comunitária	-
Crises globais	51,6	Dimensão comunitária	-
Acesso à bares e restaurantes	42,5	Dimensão comunitária	-

Fonte: DELL'ORTO, 2021.

A pontuação dos elementos permitiu a ponderação dos índices, porém foi observada oscilação muito sutil, dentro da margem de erro, com relação aos valores brutos. As limitações referentes à amostra da pesquisa podem ter influenciado os índices de necessidades básicas, especialmente os indicadores de educação e acesso à internet, vez que o instrumento de pesquisa, questionário *online*, foi, por sua natureza, majoritariamente respondido por pessoas de boa escolaridade e com acesso à *internet*, mesmo que apenas do celular (dados limitados).

Foi observado ainda um baixo índice nos aspectos da suficiência e dimensão comunitária, que atingiu apenas 39,2 pontos de 100. O índice de satisfação com a vida atingiu 72,2 pontos (74,4 no índice ponderado) de 100, e o índice de necessidade básicas atendidas atingiu 80,5 pontos (80,8 no índice ponderado). A média destes três índices compõe o índice de felicidade da cidade

de Salvador, estabelecido em 64 pontos (64,8 no índice ponderado), conforme apresentado na tabela abaixo.

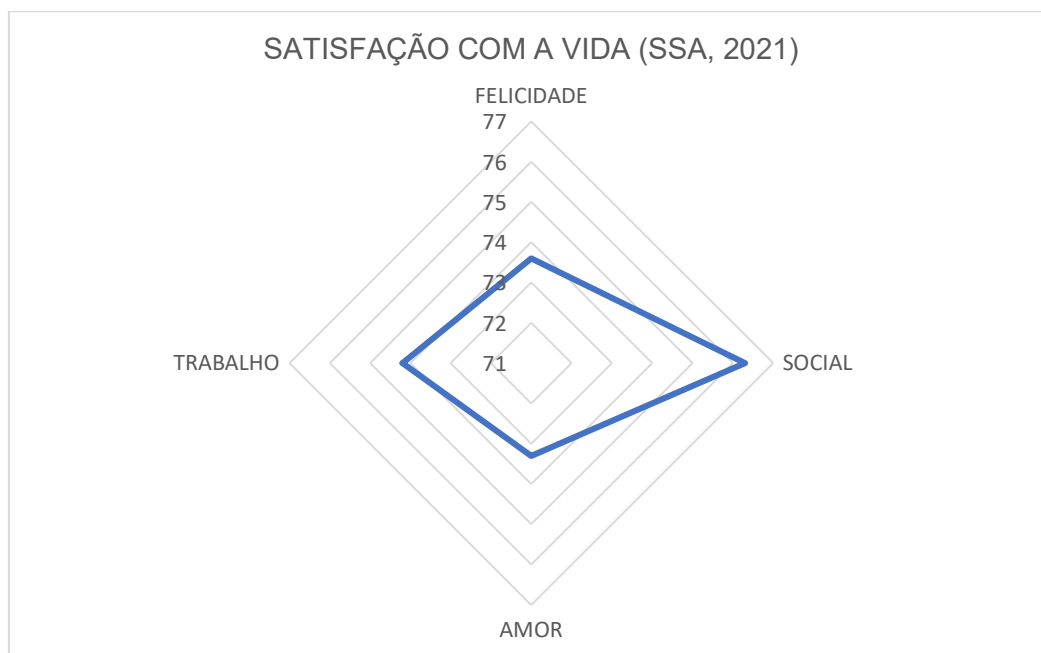
Tabela 2 - Indicadores de felicidade para a Salvador de 2021.

DOMÍNIO	INDICADORES	ÍNDICE BRUTO	PESOS (%)	ÍNDICE PONDERADO
<b>SATISFAÇÃO COM A VIDA</b>	1. Felicidade manifesta	73,6 (25%)	100 (30%)	22,1
	2. Satisfação social	76,3 (25%)	84,9 (27%)	20,6
	3. Satisfação amorosa	73,3 (25%)	65,5 (21%)	15,4
	4. Satisfação no trabalho	74,2 (25%)	69,4 (22%)	16,3
<b>TOTAL</b>		<b>72,2</b>	<b>100%</b>	<b>74,4</b>
<b>NECESSIDADES BÁSICAS</b>	5. Segurança em casa	82,2 (10%)	73,4 (9%)	7,4
	6. Segurança nos espaços públicos	45,0 (10%)	73,4 (9%)	4
	7. Segurança Financeira	62,4 (10%)	80,2 (10%)	6,2
	8. Trabalho (renda)	55,6 (10%)	80,2 (10%)	5,6
	9. Alimentação	94,0(10%)	82,1 (11%)	10,3
	10. Moradia	94,5 (10%)	86,5 (12%)	11,3
	11. Água	95,8 (10%)	82,1 (11%)	10,5
	12.1. Educação formal	85,5 (5%)	68,7 (4%)	3,4
	12.2. Educação acesso	95,9 (5%)	68,7 (4%)	3,8
	13. Saúde	85,5 (10%)	87,7 (12%)	10,3
	14. Internet	99,5 (10%)	71,4 (8%)	8
<b>TOTAL</b>		<b>80,5</b>	<b>100%</b>	<b>80,8</b>
<b>SUFICIÊNCIA E DIMENSÃO COMUNITÁRIA</b>	15. Mobilidade de baixo impacto	49,6	-	-
	16. Auto cultivo	36,2	-	-
	17. Reutilização da água de chuva	29,6	-	-
	18. Participação em coletivos organizados	5,2	-	-
	19. Direitos das pessoas não humanas	63,3	-	-
	20. Produtos sustentáveis e de comércio justo	54,3	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>39,2</b>		<b>39,2</b>
<b>ÍNDICE FELICIDADE SSA</b>		<b>64,0</b>		<b>64,8</b>

A fim de tentar identificar fatores que representem obstáculos à felicidade, optou-se por analisar os indicadores também a partir de gráfico radar, o que permite melhor visualização dos indicadores medidos.

Em uma primeira visão geral do gráfico da satisfação com a vida, é possível perceber que os níveis de “felicidade” manifesta são semelhantes aos de satisfação com as relações amorosas e com o trabalho, apresentando leve oscilação positiva em relação à satisfação com as relações sociais, indicador que recebeu maior pontuação.

Figura 3 - Indicadores de satisfação com a vida.

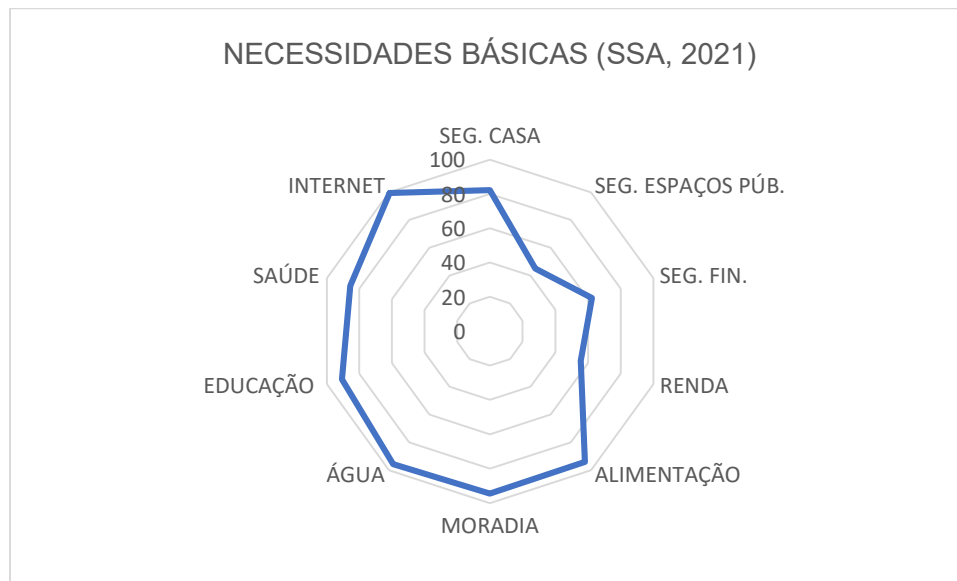


INDICADOR	FELIZ	SOCIAL	AMOR	TRAB
PONTOS	73,6	76,3	73,3	74,2

Fonte: DELL'ORTO, 2022.

Com relação às necessidades básicas é possível perceber a inflexão do círculo no item segurança nos espaços públicos, segurança financeira e renda, indicando que melhoras nestes quesitos podem ser fundamentais para fazer com que a cidade de Salvador seja território mais favorável à felicidade.

Figura 4 - Indicadores de necessidades básicas.

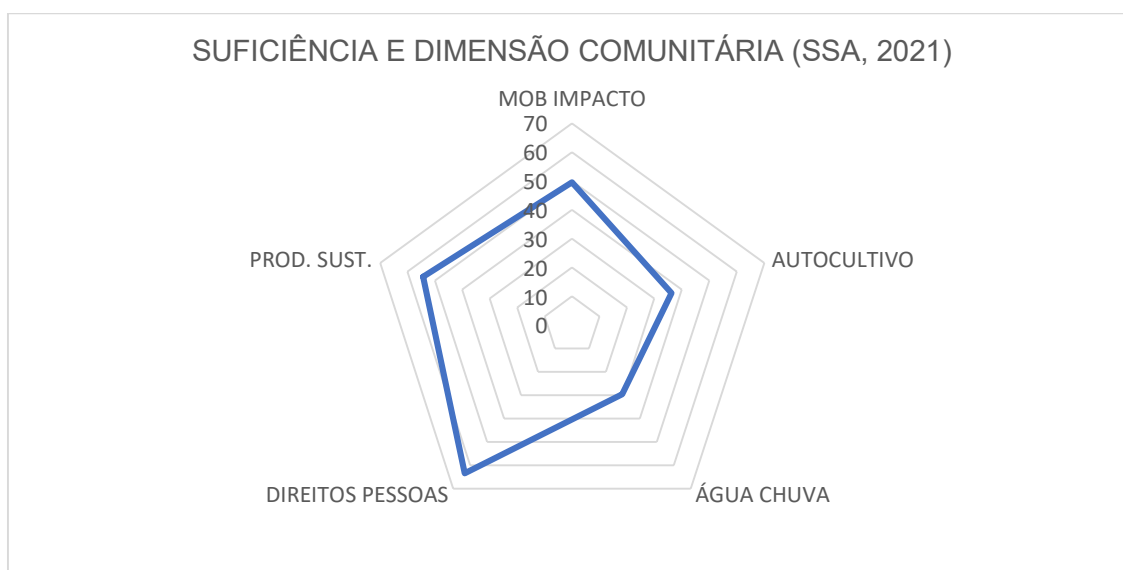


INDICADOR	SAÚDE	EDU	ÁGUA	MORADIA	ALIMENTO	RENDA	SEG. FIN.	SEG. PÚBL.	SEG. CASA	INTERNET.
PONTOS	85,5	90,7	95,8	74,2	94,0	55,6	62,4	45,0	82,2	99,5

Fonte: DELL'ORTO, 2022.

Por fim, com relação ao índice de suficiência e dimensão comunitária, este foi composto por indicadores cuja prática respeita as pessoas não humanas, sendo a mobilidade de baixo impacto, o auto cultivo de alimentos, o consumo de produtos sustentáveis e de comércio justo, o reaproveitamento da água de chuva e os direitos das pessoas não humanas, neste caso, dos animais, plantas e minerais. Chama atenção a baixíssima quantidade de pessoas que fazem parte de algum coletivo organizado, bem como os baixos índices de autocultivo e reaproveitamento de água de chuva.

Figura 5 - Indicadores de suficiência e dimensão comunitária.



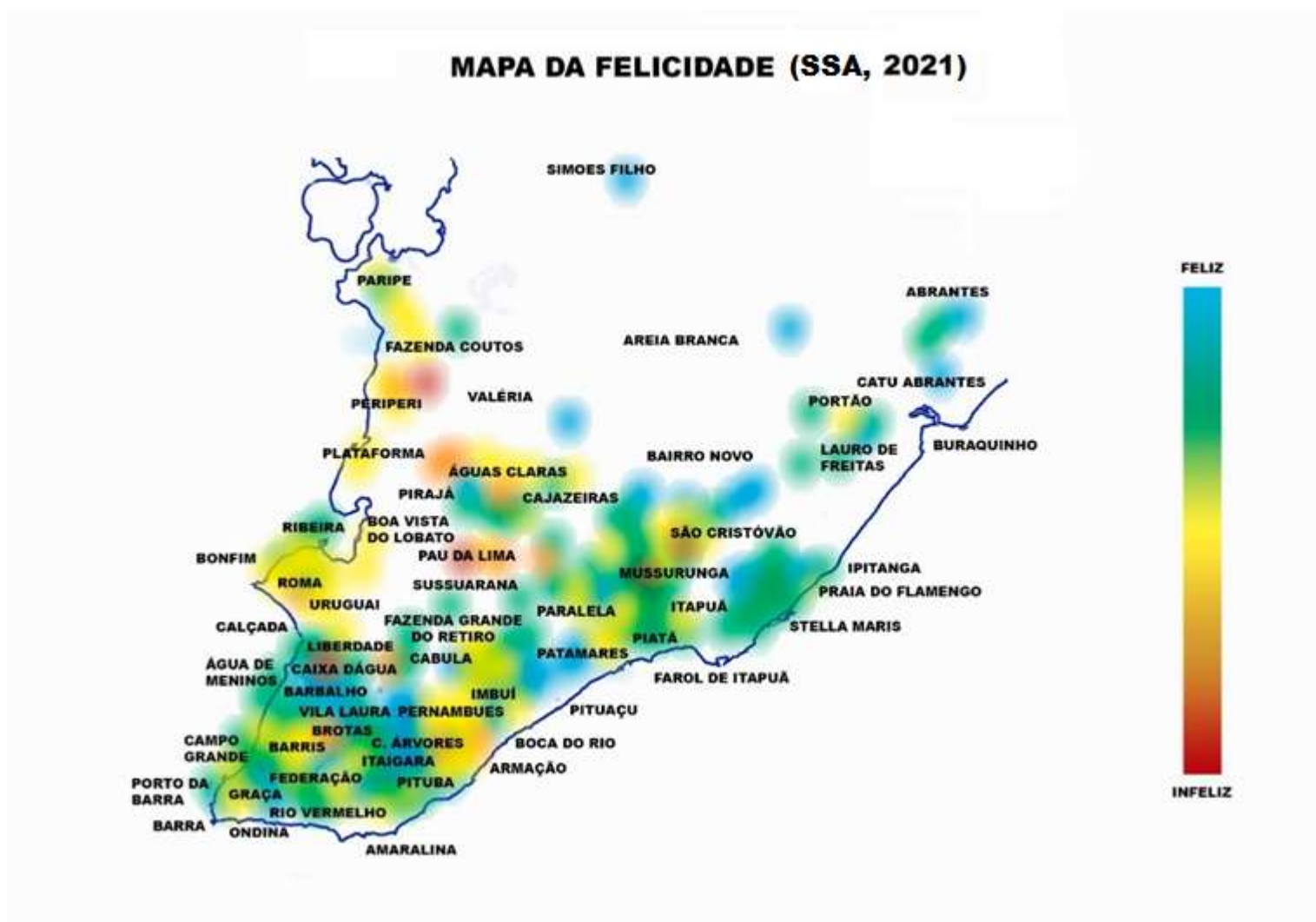
INDICADOR	MOB IMPACTO	AUTOCULTIVO	ÁGUA CHUVA	DIREITOS PESSOAS	PROD. SUST.	COLETIVOS
PONTOS	49,6	36,2	29,6	63,3	54,3	5,2

Fonte: DELL'ORTO, 2022.

## 7. MAPA DA FELICIDADE DOS HABITANTES DE SALVADOR

Foram identificadas pessoas que se declararam muito felizes tanto em bairros da orla, como do “miolo” de Salvador, tendo sido citados bairros com infraestrutura urbana ou não. Na orla, foram identificadas pessoas muito felizes na Barra, Ondina, Rio Vermelho, Patamares, Piatã e Stella Maris, mas também em bairros como Caminho das Árvores, Imbuí, Itaigara, Pituba, Jardim Apipema e Bonfim, assim como em bairros mais ao “miolo” como Brotas, Mussurunga e Vila Laura, inclusive em bairros menos estruturados e com menor acesso a serviços, como Águas Claras, Boca da Mata, Fazenda Coutos, Saboeiro, São Cristóvão, Saúde e Cajazeiras.

Figura 6 - Mapa da felicidade.



Fonte: DELL'ORTO, 2021.

## 8. MAPAS DE MORADIA E ALIMENTAÇÃO

O território de Salvador, originalmente tupinambá, atualmente conta com baixíssima representatividade indígena na composição de sua população (0,3%). Já os pretos e pardos, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) (IBGE), em 2017, somavam 2,425 milhões, ou 82,1% da população, justificando o posto de Salvador como cidade mais negra do país, o que pode ser explicado pelo histórico secular de escravização e a persistência dessa prática mesmo após a abolição, em 1888.

A análise dos resultados da pesquisa empírica, na dimensão de necessidades atendidas, mostrou uma menor qualidade na moradia (figura 7) e na alimentação (figura 8) dos residentes do “miolo”, onde mora grande parte da população negra (parda e preta), que pode ser compreendido pelo processo histórico de formação da cidade.





A qualidade da alimentação pontuou um pouco abaixo do indicador de moradia, sendo importante observar que grande parte dos que responderam ter moradia de baixa/razoável qualidade, disseram também ter alimentação de baixa/razoável qualidade. Notadamente os que responderam ter moradia e alimentação de boa qualidade se distribuem na orla e bairros mais estruturados da cidade.

## **9. MAPAS DE SUFICIÊNCIA E DIMENSÃO COMUNITÁRIA DE SALVADOR**

A fim de experimentar indicadores de suficiência, como o cultivo de alimentos em casa e o de aproveitamento das águas de chuva, bem como indicadores de dimensão comunitária, como a participação em coletivos organizados, o consumo de produtos sustentáveis e de comércio justo e o direito de plantas, animais, minerais e pessoas (visíveis e invisíveis) – vez que todas estas são consideradas pelo bem viver como pessoas detentoras de direitos – foram espacializadas e analisadas as respostas ao questionário aplicado.

A pesquisa revelou um baixo nível de autonomia e suficiência, vez que mais de 90% das águas de chuva não são reaproveitadas<sup>22</sup> e que 61% dos residentes em Salvador não cultivam alimentos em casa, sendo que 31% cultivam apenas ervas ou temperos e apenas 7% cultivam horta ou canteiro. O cultivo biodiverso não foi citado.

---

<sup>22</sup>Apenas 1,2% dos residentes em Salvador respondeu que reaproveita a água de chuva, sendo que 89,7% não reaproveita, 5,6% reaproveita apenas uma parte e 3,6% coleta, mas apenas para fins de drenagem.



A análise apontou ainda para o baixo índice de práticas ecológicas que, além do cultivo de alimentos, foi composto por indicadores de mobilidade de baixo impacto (bicicleta, skate, patins etc.), reutilização das águas de chuva, uso de energias renováveis, direitos de pessoas não humanas e disponibilidade e consumo de produtos sustentáveis e de comércio justo. Estas práticas são consideradas sociobiocêntricas pela ética de se pensar na felicidade de todas as pessoas que integram cosmovisões associadas ao bem viver, como plantas, minerais e seres invisíveis, a partir das suas relações e, portanto, das nossas práticas.

A percepção dos habitantes de Salvador sobre o direito de pessoas não humanas obteve alta pontuação, quase 40%, e está alinhada à utopia do bem viver amazônico e andino. Esses povos acreditam que plantas, minerais, animais e pessoas (visíveis e invisíveis) devem ser detentores de direitos. Entretanto, o desejo de um outro modo de vida parece muitas vezes impossibilitado pela infraestrutura da cidade, vez que, embora 11% afirmem sempre consumir produtos sustentáveis e de comércio justo, 42% afirmam sequer existir este tipo de produto na sua localidade, e quando existem, nem sempre são financeiramente acessíveis. A pesquisa mostrou também uma população extremamente dependente dos sistemas públicos de energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Por fim, em relação à dimensão comunitária, 38% disseram participar de algum coletivo organizado, tendo sido citadas diversas organizações que se relacionam com o direito à cidade como o IDEAS assessoria popular, ConCidades, Tororó Resiste!, Comitê Popular Salvador de Luta, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Torcida Antifascista do Esporte Clube Bahia, União por Moradia Popular e SOS Stella Maris. Foram citados também coletivos de negros, indígenas e de mulheres, como Enegrecer, Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA), Coletivo Maria Felipa, Levante das mulheres, ONG KUÑA, Coletivo percussivo de mulheres TamborAyo, Mães Autismo e Marcha Mundial de Mulheres.

Ademais, foram citados coletivos ambientalistas e de busca pela autonomia alimentar como o Instituto de Permacultura da Bahia (IPB), Instituto de Pesquisas Ambientais e Humanidades (IPAH), Anahata Bahia, Coletivo lixo

zero 71, Horta comunitária Viver no Bosque, Banquetaço, Rede CSA Bahia e Comunidade Slow Food Alguidá Salvador. Foram citadas ainda organizações internacionais como Children's International Summer Village (CISV); coletivos religiosos como a igreja, o Centro Espírita Casa de Redenção Joana Diangelis e Coletivo Espírita Maria Felipa, e associações profissionais, como Associação Profissional dos Geógrafos da Bahia (Aprogeo-BA), além de partidos políticos como PT e PCB.

A participação em coletivos organizados foi observada especialmente em relação às práticas na cidade, em defesa da natureza, das mulheres e da espiritualidade, dimensões que dialogam com as utopias do bem viver e do direito à cidade, permitindo concluir que a participação em coletivos organizados, de fato, pode ser considerada possível prática sociobiocêntrica favorável à felicidade.

## **10. RENDA E FELICIDADE**

Em resposta à pergunta “O que te faz feliz?”, ao contrário do que muitos possam esperar, o dinheiro foi citado em apenas 1,5% dos formulários de Salvador, e como fator exclusivo em apenas 0,75% das respostas. No entanto, é interessante observar que diversas pessoas associam felicidade a “boletos pagos”, o que permite concluir que a utopia dos habitantes de Salvador percebe o dinheiro como meio (preciso de dinheiro para pagar contas e fazer o que gosto) e não necessariamente como fim (preciso acumular dinheiro).

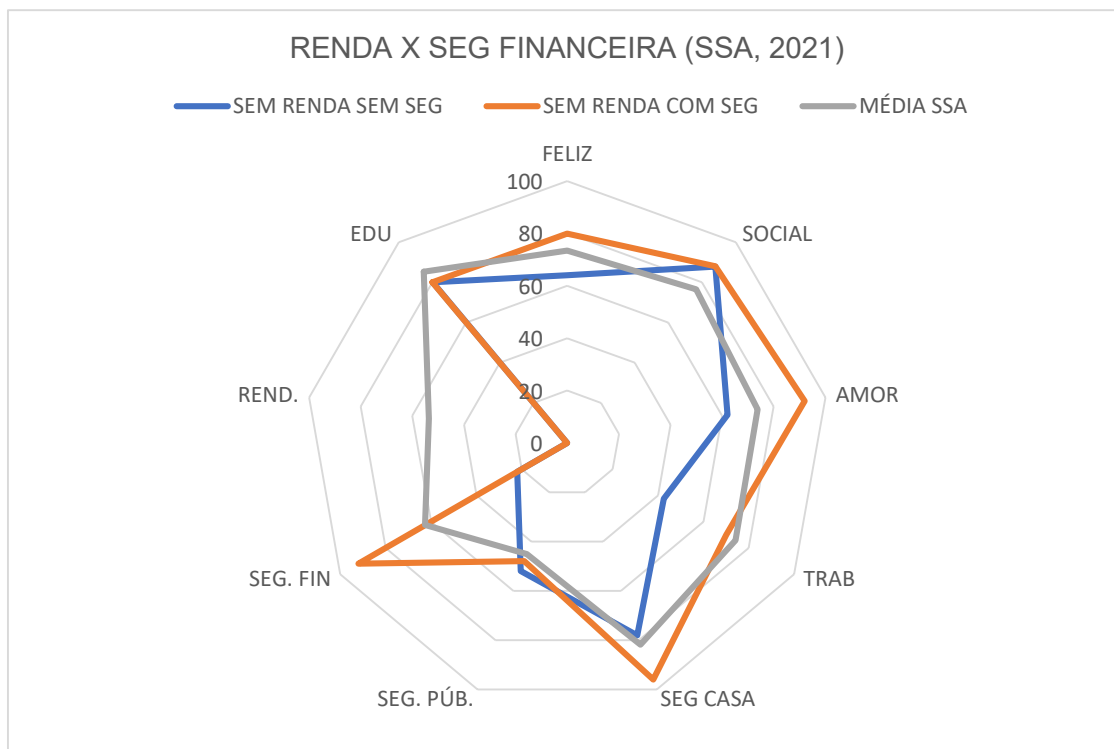
Nesse sentido se situam as respostas “Estar com meus amigos sem estar preocupada com o final do mês.” (resposta 85); “Não me preocupar se poderei pagar minhas contas ou não e poder ajudar meus pais” (resposta 88); “Estar com amigos, família e pagar as contas” (resposta 94); “Trabalhar e no fim do dia ninguém me perturbando nem me cobrando as coisas.” (resposta 217); “Contas pagas, minha casa limpa, poder ajudar minha mãe financeiramente” (resposta 192); “Conseguir pagar as contas e dividir a vida com quem eu amo” (resposta 180); e “Não ter que me preocupar com as dívidas” (resposta 244). Ou seja, as respostas nos permitem concluir que

boletos pagos e a ausência de dívidas faz feliz aos habitantes de Salvador, o que demonstra como as práticas de cobrança trazem infelicidade às pessoas.

Na análise dos indicadores objetivos, o indicador de renda foi medido a partir da quantidade de salários mínimos declarada, já o indicador de segurança financeira resultou da pergunta do questionário: “Você possui segurança financeira?” Com opções de respostas que variavam de 1 (um) a 5 (cinco), em que 1 significava “nenhuma” e 5 significava “sim”, que a pessoa possuía segurança financeira.

O resultado desta análise objetiva mostrou que a renda (dinheiro) quando considerada isoladamente, pode invisibilizar os indicadores da população pobre. Na amostra analisada, por exemplo, os jovens que ainda não trabalham e, portanto, não têm renda, têm, em geral, boa segurança financeira e alta pontuação nos indicadores medidos. Por este motivo os “sem renda” foram separados em dois grupos, os que têm segurança financeira e os que não têm, a fim de visualizar os reais indicadores do grupo de vulnerabilidade social, apresentados no gráfico radar a seguir:

Figura 10 - Indicadores de satisfação com a vida: Renda x Segurança financeira.



GRUPO	FELIZ	SOCIAL	AMOR	TRAB	SEG CASA	SEG. PÚB.	SEG. FIN	REND.	EDU
SEM RENDA SEM SEG	64	88	62	42,5	78	52	22	0	80
SEM RENDA COM SEG	80	88	92	70	96	48	92	0	80
MÉDIA SSA	73,5	76,5	73,7	74,2	81,8	45,1	62,6	53,6	85,3

Fonte: DELL'ORTO, 2021.

Ao comparar os indicadores dos dois grupos foi possível observar ainda que, embora ambos tenham exatamente o mesmo nível educacional e mesma satisfação social, o grupo sem renda que não tem segurança financeira, apresentou pontuação inferior ao grupo com segurança financeira em todos os indicadores medidos.

Além da renda e segurança financeira, foram analisados indicadores de felicidade, satisfação no amor, satisfação no trabalho e segurança em casa e nos espaços públicos, sendo esta última a única exceção do comparativo, pois embora esteja dentro da margem de erro, no indicador de segurança pública os mais abastados disseram se sentir mais inseguros, quando perguntados acerca dos espaços públicos de Salvador. Esse sentimento, no entanto, pode se relacionar com o fato de que pessoas com maior poder aquisitivo portam uma quantidade maior de bens materiais nos espaços públicos, sendo, portanto, mais visados pelos que praticam de furtos, assaltos etc.

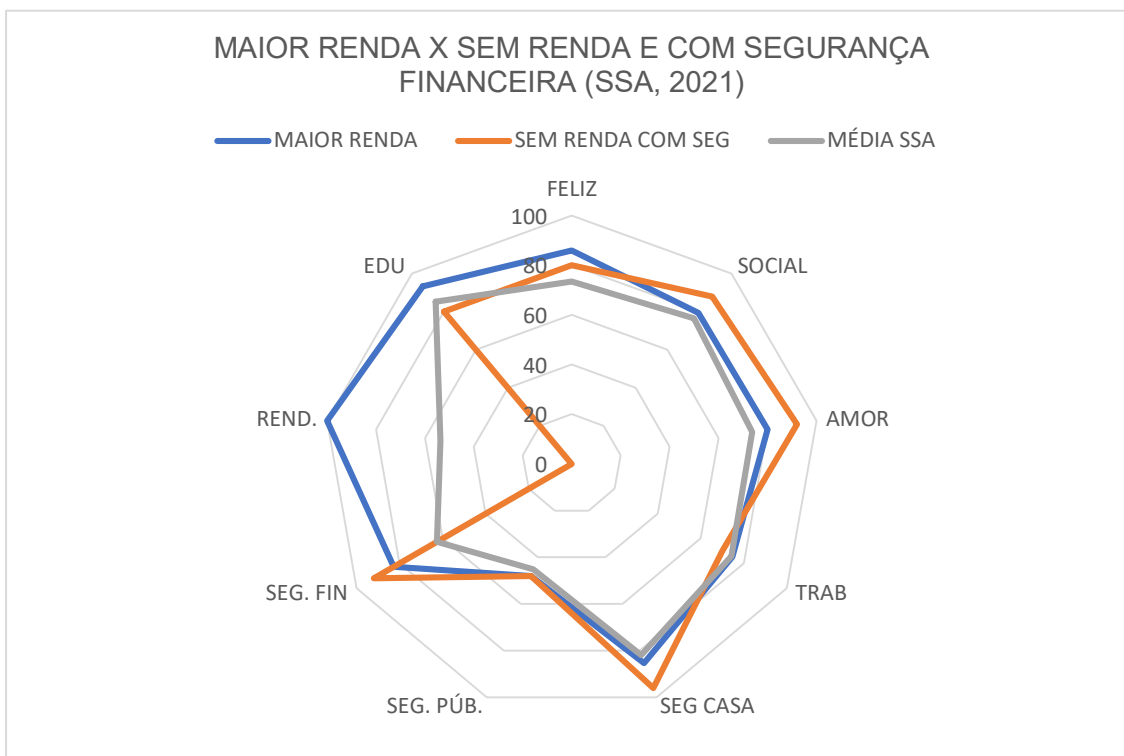
Na comparação, o indicador mais discrepante entre os dois grupos foi o da satisfação no amor, que teve significativos 30 pontos de diferença, e o de satisfação no trabalho, com 27,5 pontos. Estes indicadores, juntamente com os de renda e insegurança financeira, provavelmente influenciaram a felicidade manifesta, cuja discrepância atingiu 16 pontos, o que também é bastante significativo.

O grupo sem renda e com segurança financeira pontuou tão bem que resolveu-se comparar com o grupo de maior renda. Esta comparação permitiu observar que, muito embora o grupo de maior renda, que declarou receber mais de 10 salários mínimos por mês, tenha apresentado o maior nível de felicidade geral, dentre todos os grupos observados, o primeiro grupo (sem renda e com segurança financeira) apresentou maior felicidade em relação à média dos

habitantes de Salvador, além de níveis superiores ao grupo de maior renda nos indicadores satisfação no amor, satisfação social, segurança financeira e segurança em casa.

Os grupos apresentaram os mesmos níveis de (in)segurança pública, tendo o grupo dos sem renda e com segurança financeira pontuado abaixo do grupo de maior renda apenas nos indicadores de felicidade, satisfação no trabalho e educação, sendo que os dois últimos podem ser explicados pela ausência de renda e pela idade que se revelou na amostra (jovens), respectivamente. A seguir apresenta-se gráfico radar, a fim de facilitar a visualização e comparação dos indicadores:

Figura 11 - Indicadores de satisfação com a vida: Maior renda x sem renda e com segurança financeira.

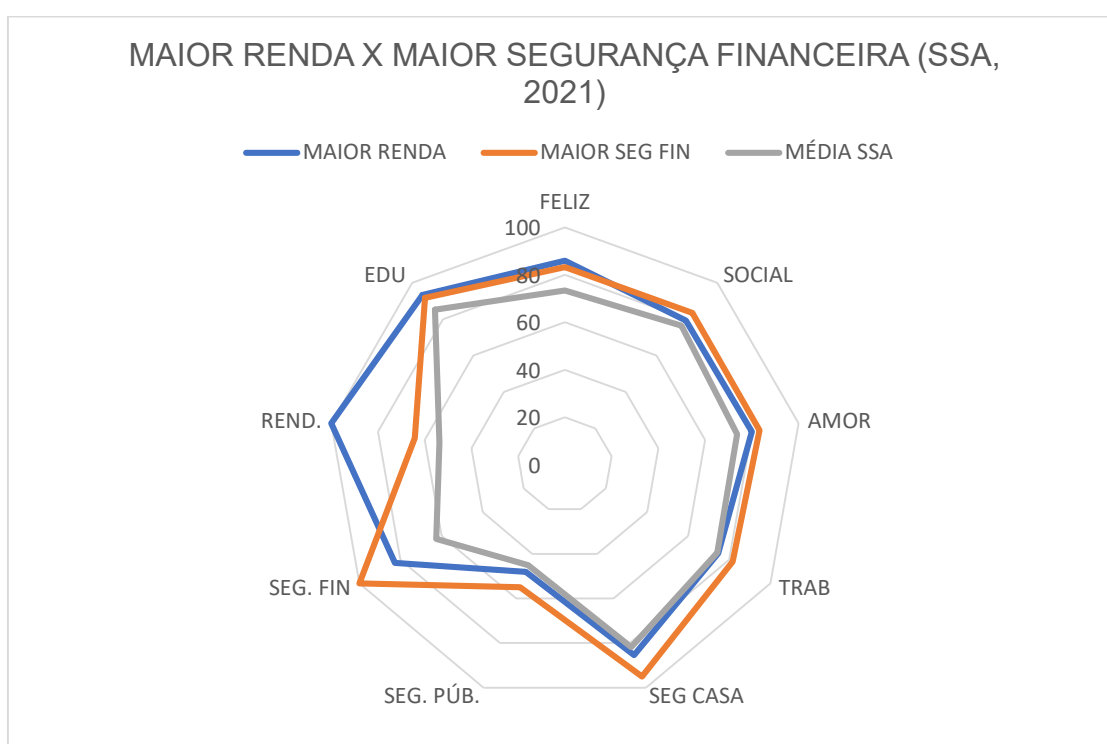


GRUPO	FELIZ	SOCIAL	AMOR	TRAB	SEG CASA	SEG. PÚB.	SEG. FIN	REND.	EDU
MAIOR RENDA	86	79,3	80	74,7	85,3	48	82,7	100	93,3
SEM RENDA COM SEG	80	88	92	70	96	48	92	0	80
MÉDIA SSA	73,5	76,5	73,7	74,2	81,8	45,1	62,6	53,6	85,3

Fonte: DELL'ORTO, 2021.

A fim de visualizar qual dos indicadores econômicos medidos mais influencia a felicidade, se a renda ou a segurança financeira, foram comparados estes dois grupos (maior renda x maior segurança financeira), revelando que, embora o grupo com maior renda tenha pontuado um pouco melhor (dentro da margem de erro) nos indicadores de felicidade e educação, as pessoas com maior segurança financeira apresentaram maiores níveis de satisfação em todos os outros indicadores medidos (satisfação social, no amor e no trabalho, além de segurança em casa e nos espaços públicos).

Figura 12 - Indicadores de satisfação com a vida: Maior renda x maior segurança financeira.



GRUPO	FELIZ	SOCIAL	AMOR	TRAB	SEG CASA	SEG. PÚBL.	SEG. FIN	REND.	EDU
MAIOR RENDA	86	79,3	80	74,7	85,3	48	82,7	100	93,3
MAIOR SEG FIN	83,3	83,5	83,3	81,7	95	55	100	64,2	91,7
MÉDIA SSA	73,5	76,5	73,7	74,2	81,8	45,1	62,6	53,6	85,3

Fonte: DELL'ORTO, 2021.

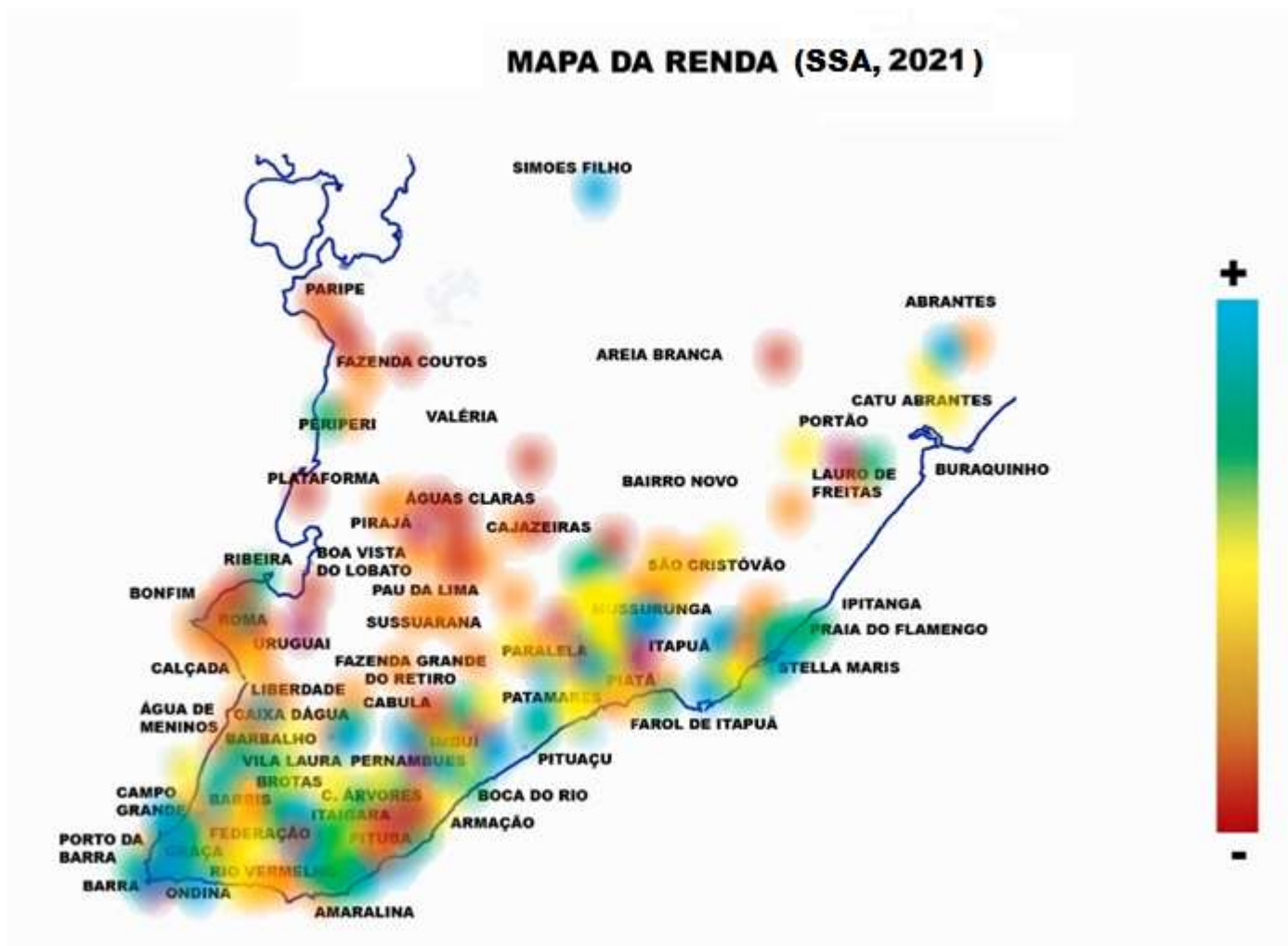
Da amostra analisada, portanto, é possível concluir que a renda não é diretamente proporcional à felicidade, tendo em vista que, muito embora o dinheiro seja meio quase exclusivo no sistema capitalista para a obtenção do

que se precisa, se estas necessidades forem supridas de outras maneiras, como através da segurança financeira proporcionada, por exemplo, pela família, é possível obter satisfação com a vida até maior do que aqueles que possuem maior renda.

Dentre os grupos com maior segurança financeira, aqueles que não geram a própria renda apresentaram nível um pouco menor de felicidade (dentro da margem de erro) daqueles que, além de possuir segurança financeira, geram a própria renda. Ainda assim, a segurança financeira provavelmente influenciou o desempenho do grupo, tanto que os sem renda e com segurança financeira apresentaram índice de felicidade acima da média dos habitantes de Salvador, tendo demonstrado ainda maior satisfação com a vida, especialmente na satisfação social e no amor, atingindo os maiores índices entre todos os grupos estudados.

É importante ressaltar que também foram identificadas pessoas sem renda e sem segurança financeira que se declararam muito felizes.

Figura 13 - Mapa da renda dos habitantes de Salvador.

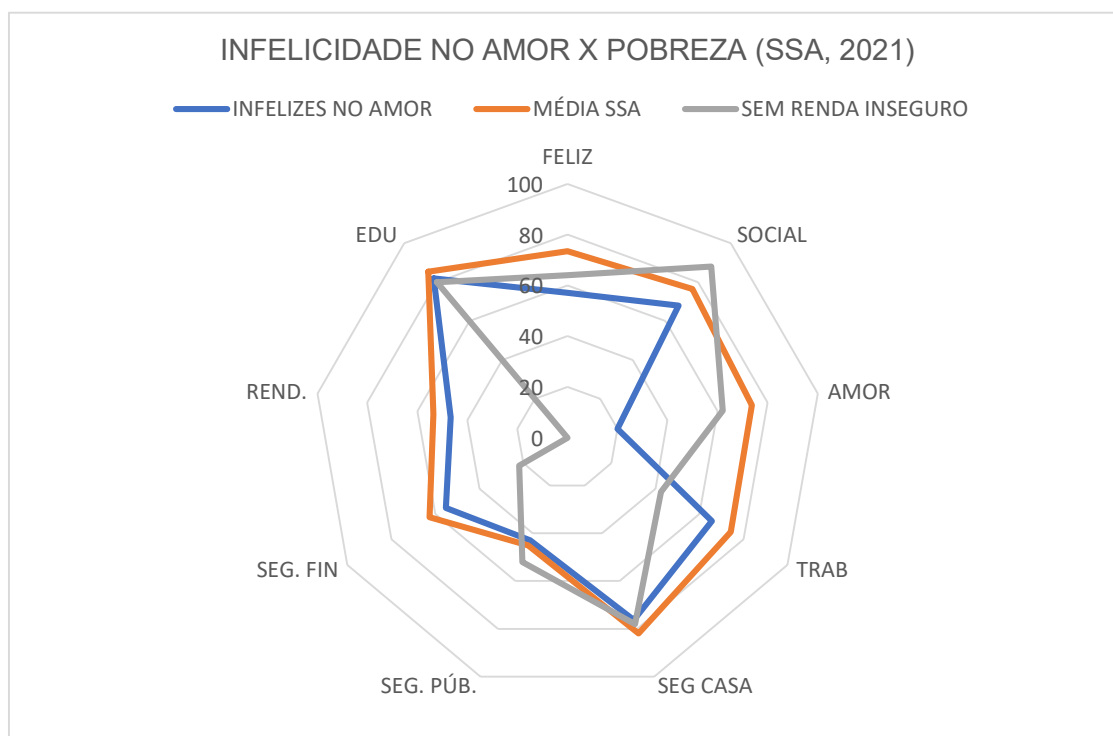


Fonte: DELL'ORTO, 2021.

## 11. AMOR E FELICIDADE

As pessoas infelizes no amor tiveram a menor pontuação dentre todos os grupos analisados, em quase todos os indicadores medidos, apresentando menor felicidade e menor satisfação com a vida, inclusive quando comparado ao grupo dos sem renda e sem segurança financeira, que ficou abaixo dos infelizes no amor apenas nos indicadores já esperados, de renda, segurança financeira e trabalho. Embora o elemento “amores” não tenha sido destacado dentre os que mais influenciam a felicidade dos habitantes de Salvador, quando perguntados acerca dos elementos de sua felicidade, foi a “satisfação amorosa” o indicador que mais afetou a felicidade manifesta.

Figura 14 - Indicadores de satisfação com a vida: Infelicidade no amor x pobreza.

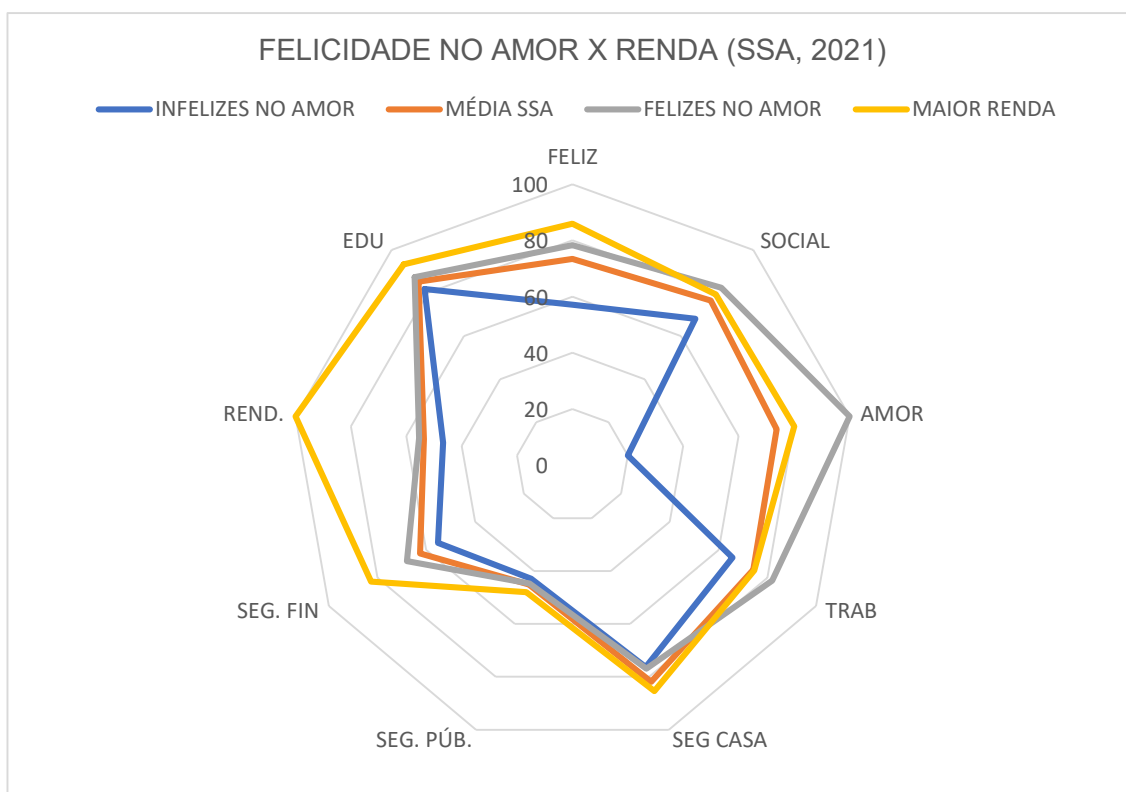


GRUPO	FELIZ	SOCIAL	AMOR	TRAB	SEG CASA	SEG. PÚB.	SEG. FIN	REND.	EDU
INFELIZES NO AMOR	57,1	68	20	65,6	76,2	42,9	55,2	46,7	81,9
SEM RENDA INSEGURO	64	88	62	42,5	78	52	22	0	80
MÉDIA SSA	73,5	76,5	73,7	74,2	81,8	45,1	62,6	53,6	85,3

Fonte: DELL'ORTO, 2021.

As pessoas que se declararam mais felizes no amor, quando comparadas ao grupo dos que se declararam infelizes no amor, demonstraram maior pontuação em absolutamente todos os indicadores medidos. O grupo mais feliz no amor apresentou maior satisfação social, no amor e no trabalho, inclusive em relação ao grupo de maior renda. Com relação à renda, os mais felizes no amor possuem ainda pontuação um pouco acima da média dos habitantes de Salvador (dentro da margem de erro).

Figura 15 - Indicadores de satisfação com a vida: Felicidade no amor x renda.



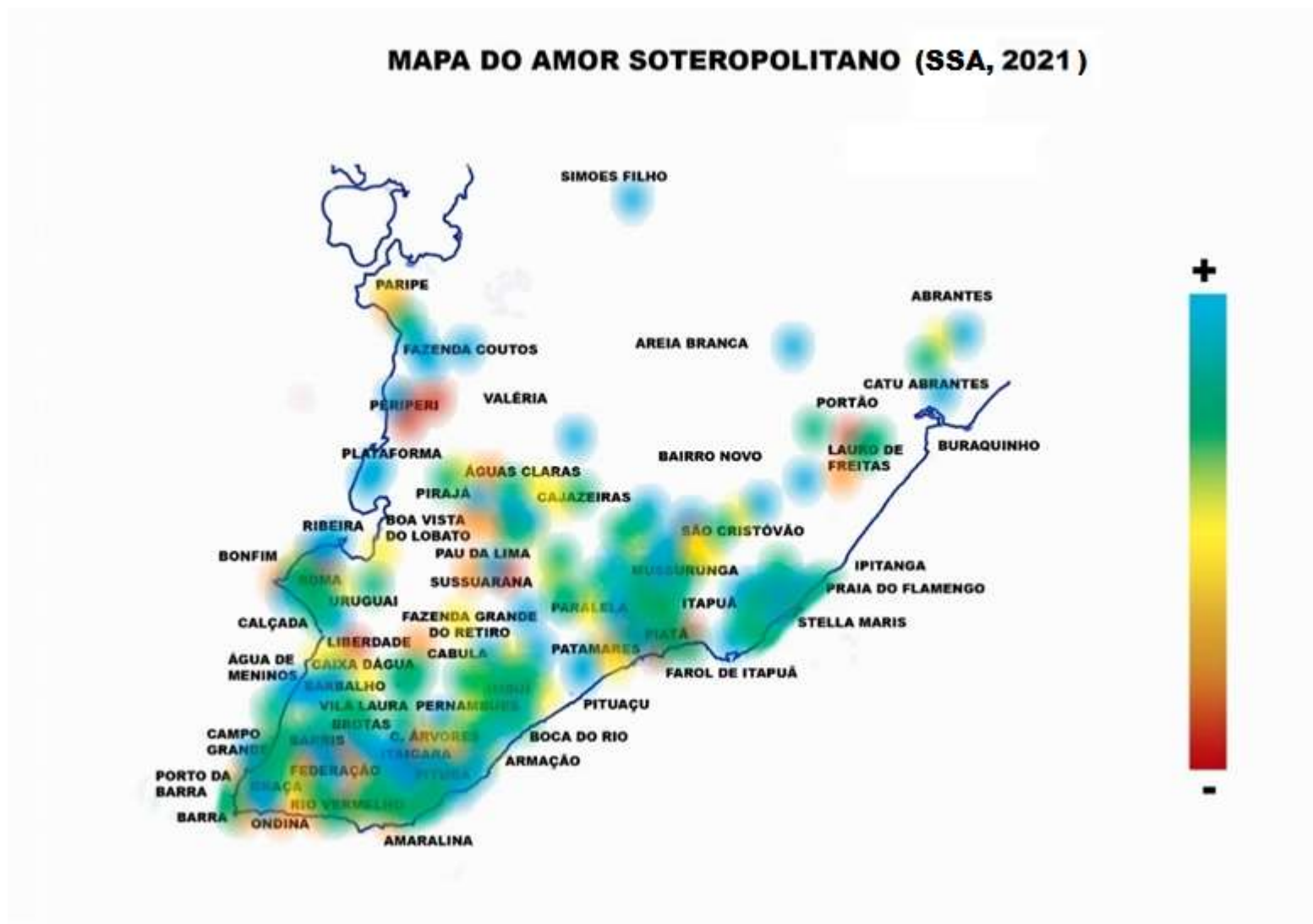
GRUPO	FELIZ	SOCIAL	AMOR	TRAB	SEG. CASA	SEG. PÚB.	SEG. FIN	REND.	EDU
INFELIZES NO AMOR	57,1	68	20	65,6	76,2	42,9	55,2	46,7	81,9
FELIZES NO AMOR	78,3	82,4	100	82	76,8	44,7	68	55,4	87,3
MAIOR RENDA	86	79,3	80	74,7	85,3	48	82,7	100	93,3
MÉDIA SSA	73,5	76,5	73,7	74,2	81,8	45,1	62,6	53,6	85,3

Fonte: DELL'ORTO, 2021.

As pessoas do grupo que declararam ser muito satisfeitas no amor residem em bairros diversos, não parecendo, novamente, ser o local de moradia fator determinante na satisfação amorosa dos habitantes de Salvador, já que existem pessoas satisfeitas nesse quesito tanto em bairros da orla quanto do “miolo” de Salvador, tendo sido citados bairros com infraestrutura urbana boa e ruim.

Na orla foram identificadas pessoas com maior satisfação no amor nos bairros da Barra, Rio Vermelho, Armação, Patamares, Piatã, Itapuã e Stella Maris, bem como em locais de melhor infraestrutura urbana e conexão com a orla, como Barris, Caminho das árvores, Costa Azul, Graça, Imbuí, Itaigara, Jardim Apipema, Pituba, Santo Antônio e Vitória, ou ainda bairros intermediários em termos de infraestrutura como Brotas, Paralela e Trobogy. No entanto, identificou-se também pessoas muito satisfeitas no amor em diversos bairros menos estruturados e com menor acesso a serviços, como Águas Claras, Boca da Mata, Cabula VI, Caixa d'Água, Cajazeiras, Caminho de Areia, Castelo Branco, Fazenda Coutos, Itacaranha, Mussurunga II, Nova Brasília, Nova Brasília de Valéria, Paripe, Pau da Lima, Periperi, Plataforma, Ribeira, Saúde, São Cristóvão, Vista Alegre e Vale dos Lagos.

Figura 16 - Mapa da satisfação no amor.

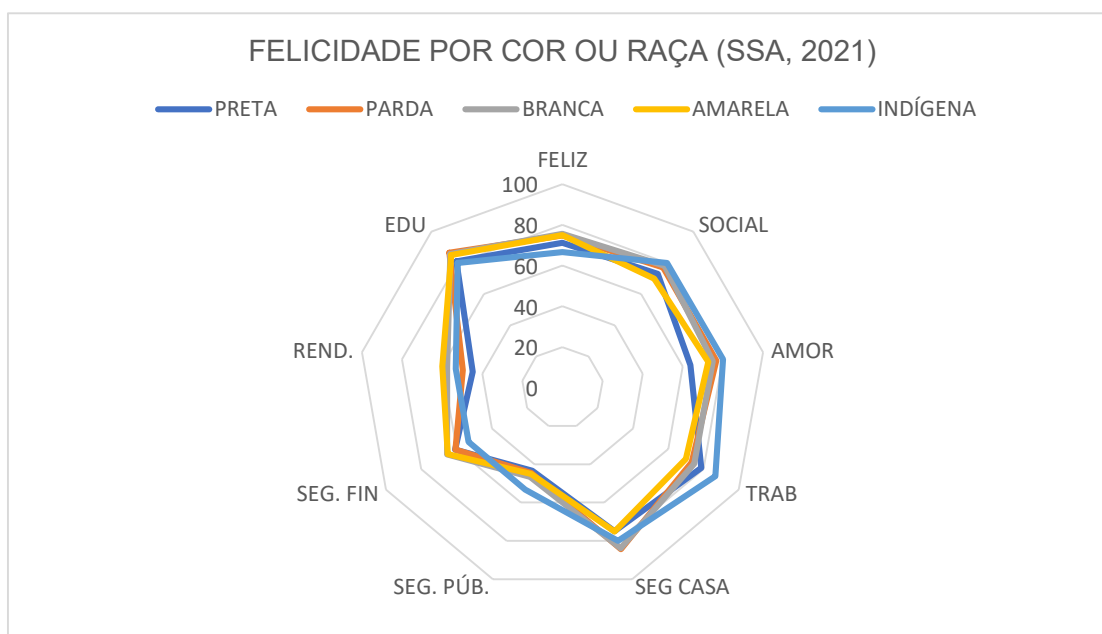


Fonte: DELL'ORTO, 2021.

## 12. COR OU RAÇA E FELICIDADE

Após a separação da amostra por grupos, foi observado que as pessoas que se declararam pretas informaram ser significativamente menos felizes em suas relações amorosas. Os resultados mostram essas pessoas muito satisfeitas com o trabalho, mesmo possuindo menor renda e menor nível de formação acadêmica. Os indígenas, ao contrário, se mostraram os mais satisfeitos no amor, no trabalho e na sensação de segurança pública, enquanto os brancos e amarelos apresentaram maior renda e segurança financeira. A população branca apresentou maior pontuação na felicidade e satisfação social, enquanto os pardos apresentaram os maiores níveis de sensação de segurança em casa e educação formal.

Figura 17 - Indicadores de satisfação com a vida: Felicidade por cor ou raça.

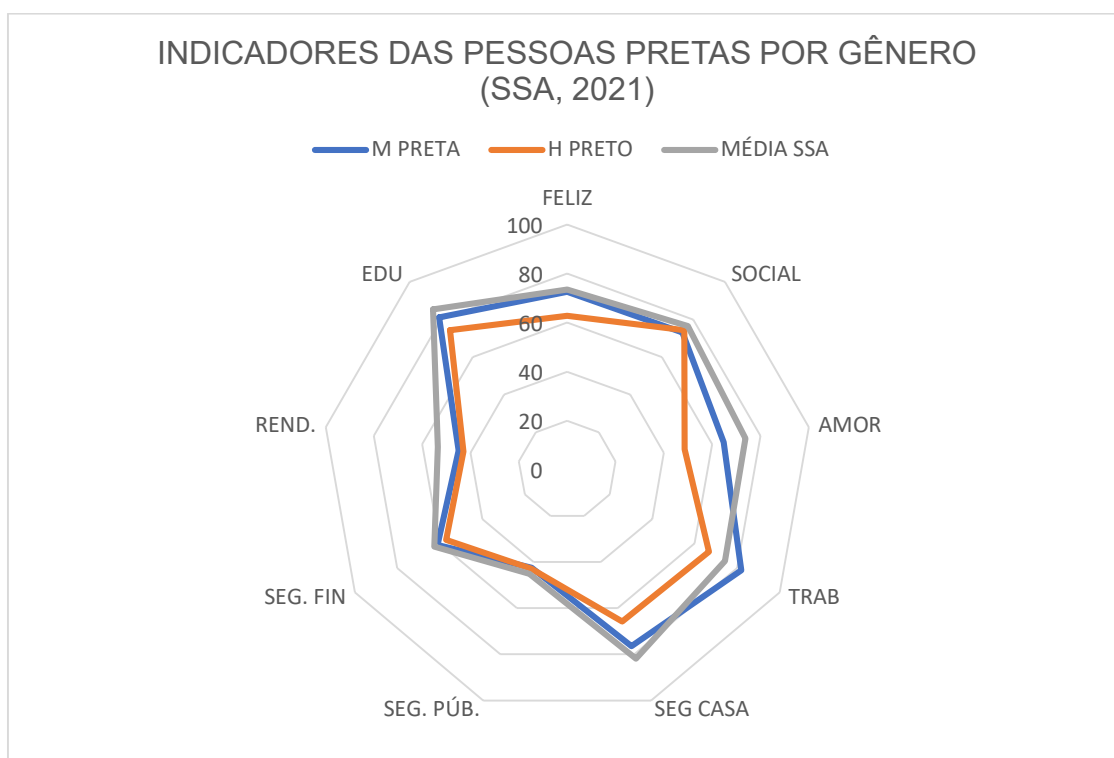


GRUPO	FELIZ	SOCIAL	AMOR	TRAB	SEG. CASA	SEG. PÚB.	SEG. FIN	REND.	EDU
PRETA	71,2	72,9	63,8	78,6	74,9	43,3	60,9	44,8	80,9
PARDA	74,8	77	76,6	73,2	84,2	44,5	60,6	49,7	86,6
BRANCA	75,7	78,1	74,9	74,7	83,7	46,5	65,4	57,5	85,7
AMARELA	75	70	72,7	70	75	45	65	60	85
INDÍGENA	66,7	80	80	86,7	80	53,3	53,3	53,3	80

Fonte: DELL'ORTO, 2021.

Ao separar as pessoas pretas por gênero, é possível observar que os homens declarados pretos são significativamente menos felizes e satisfeitos no amor e no trabalho, possuindo ainda menor pontuação nos indicadores de renda e segurança financeira (dentro da margem de erro), nível de educação formal e segurança em casa, tendo apenas dois indicadores ligeiramente superiores (dentro da margem de erro): a satisfação social e a segurança pública.

Figura 18 - Indicadores de satisfação com a vida: Pessoas pretas por gênero.



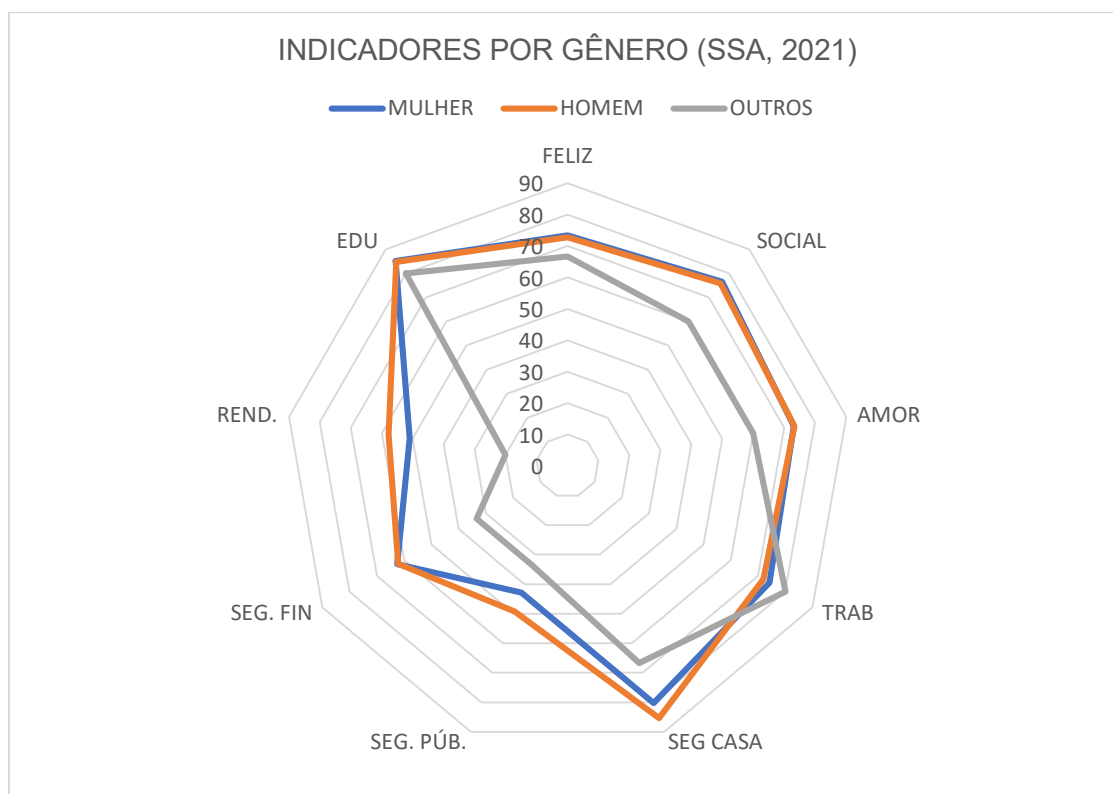
GRUPO	FELIZ	SOCIAL	AMOR	TRAB	SEG. CASA	SEG. PÚBL.	SEG. FIN	REND.	EDU
M PRETA	72,7	73,1	64,8	81,9	76,4	42,4	61,2	45	81,2
H PRETO	62,9	74,3	48,6	66,7	65,7	42,9	57,1	42,9	74,3
MÉDIA SSA	73,5	76,5	73,7	74,2	81,8	45,1	62,6	53,6	85,3

Fonte: DELL'ORTO, 2021.

### 13. GÊNERO E FELICIDADE

As mulheres, em relação aos homens, possuem praticamente a mesma satisfação no amor. Elas, diferentemente do grupo de pessoas pretas, possuem menor renda e, como era de se esperar, se sentem menos seguras em casa e nos espaços públicos, porém registraram maior índice de felicidade, de satisfação social e no trabalho, além de maior escolaridade e sensação de segurança financeira. As pessoas que se declararam de outros gêneros apresentaram pontuação menor que os demais grupos (homens e mulheres) em todos os indicadores medidos, exceto na satisfação com o trabalho, no qual obteve a maior pontuação, comparativamente.

Figura 19 - Indicadores de satisfação com a vida: Por gênero.



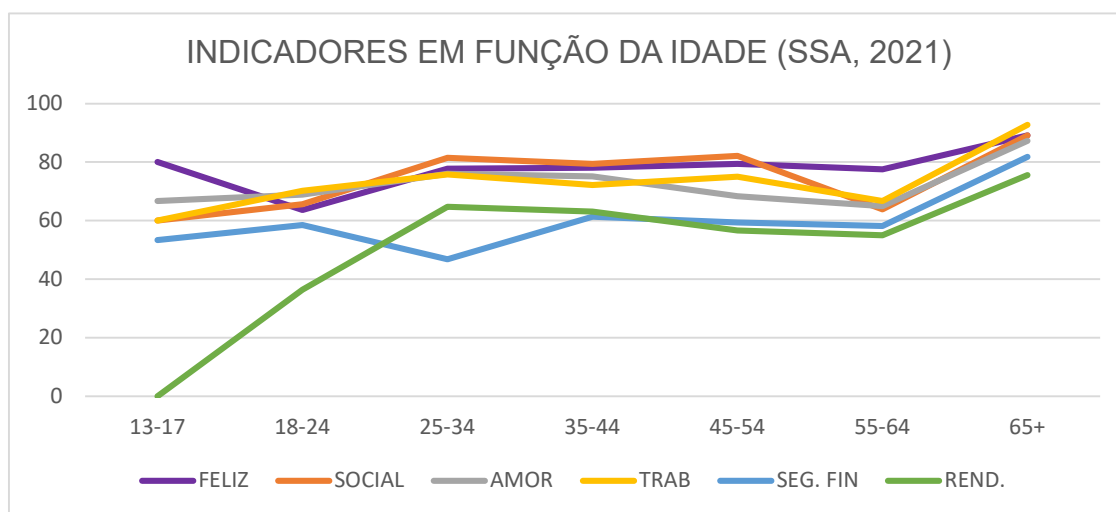
GÊNERO	FELIZ	SOCIAL	AMOR	TRAB	SEG. CASA	SEG. PÚB.	SEG. FIN	REND.	EDU
MULHER	73,4	76,5	73,1	74,2	80,2	42,9	62,5	51	85,1
HOMEM	72,8	75,8	73,3	72	85,3	49,2	62,2	57,8	84,7
OUTROS	66,7	60	60	80	66,7	33,4	33,4	20	80

Fonte: DELL'ORTO, 2021.

## 14. IDADE E FELICIDADE

Os jovens entre 18 e 24 anos registraram os menores índices de felicidade, enquanto as pessoas com mais de 65 anos registraram os maiores índices de felicidade e satisfação com a vida, dentre todos os grupos estudados. Isso pode ser resultado de uma maior segurança financeira, já que é a faixa etária na qual se situam os aposentados.

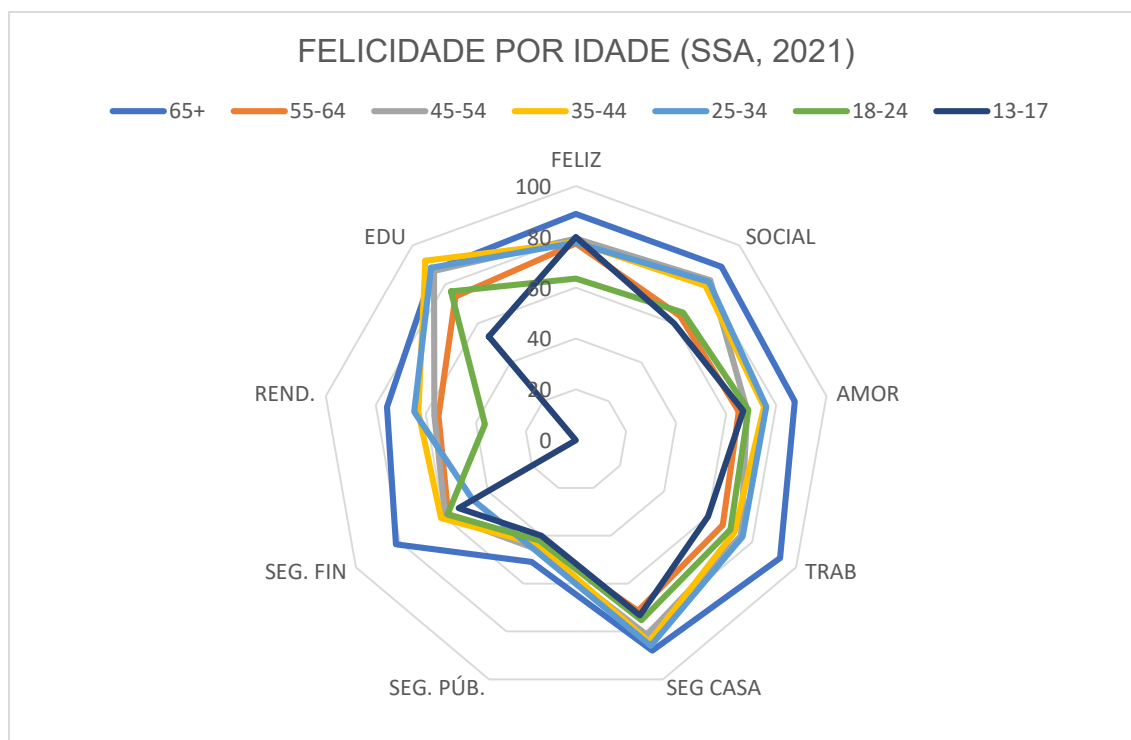
Figura 20 - Indicadores de satisfação com a vida em função da idade.



Fonte: DELL'ORTO, 2021.

As pessoas parecem felizes na adolescência (13-18), embora com pouca satisfação social e amorosa. Já os jovens entre 18-24 anos experimentam os piores índices de felicidade e satisfação da vida, que vão aumentando com o passar da idade, até os 54 anos, quando parece ocorrer um leve declínio nos indicadores, especialmente no de satisfação social, antes de subir novamente, alcançado os maiores níveis de felicidade e satisfação da vida no grupo acima de 65 anos. É interessante observar também que atualmente o jovem adulto de 25-34 anos ganha um pouco mais que os adultos entre 35-44 anos, e consideravelmente mais que as pessoas com idade entre 45-64, perdendo apenas para os idosos, acima de 65 anos.

Figura 21 - Indicadores de satisfação com a vida: Por idade.



IDADE	FELIZ	SOCIAL	AMOR	TRAB	SEG CASA	SEG. PÚBL.	SEG. FIN	REND.	EDU
13-17	80	60	66,7	60	73,3	40	53,3	0	53,3
18-24	63,6	65,6	68,8	70,2	75,2	42	58,4	36,4	76,4
25-34	77,7	81,4	75,9	75,7	85,9	46,2	46,8	64,7	88,6
35-44	78	79,3	75,1	72,1	84,3	43,6	61,3	63	92,1
45-54	79,3	82,1	68,3	75	81,4	45,5	59,3	56,6	86,9
55-64	77,5	63,8	65	66,7	71,3	42,6	58,1	55	73,8
65+	89,1	89,1	87,3	92,7	88	50,9	81,8	75,6	87,3

Fonte: DELL'ORTO, 2021.

Em seus motivos de felicidade, os idosos demonstraram um maior apreço pelas coisas simples, como a vida, a saúde e a família. As pessoas acima de 65 anos, teoricamente mais felizes, identificaram a felicidade, assim como a maioria dos habitantes de Salvador, em fatos simples, porém essenciais, como viver (resposta 143), estar em paz e com saúde (resposta 144), estar junto da família (resposta 149), estar ao lado de quem ama (resposta 148), sabendo que é “amada pela família e amigos” (resposta 37) e “está bem com todos” (resposta

73). Na dimensão política e social, busca um “convívio com pessoas solidárias” (resposta 105), além de manter “convivência harmoniosa com familiares e vizinhos” (resposta 119), além de “viajar” (resposta 87).

Já os motivos de infelicidade dos jovens de 18-24 anos parecem estar nos níveis de satisfação no amor, segurança financeira e capacidade de atendimento de necessidades básicas. Nesse sentido se situam as respostas dos jovens à pergunta “O que te faz feliz?”, para a qual deram respostas como “amor e estabilidade financeira” (resposta 212), “estabilidade” (resposta 220), “segurança financeira e amor” (resposta 168), “ter uma vida independente” (resposta 163), “estar bem com as minhas escolhas, ter liberdade financeira, estar rodeada das pessoas que amo e ter acesso aos recursos básicos na minha casa (água, luz e alimentação)”, “dinheiro faz 80% desse trabalho” (resposta 166) e “dinheiro” (resposta 178). Os motivos de felicidade demonstram a importância das relações pessoais, bem como a pressão do capitalismo sobre os jovens, que se preocupam excessivamente com sua subsistência.

## **15. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As diferentes concepções e interpretações do bem viver, do direito à cidade, do comum e da felicidade, permitiram discutir conceitos e metodologias de apuração métrica de dados e informações da realidade urbana, a fim de propor indicadores alternativos àqueles adotados pela economia radical da lógica capitalista, que visa o lucro e a acumulação como único fim.

Apesar das limitações inerentes ao processo de matematização científica de indicadores e índices, bem como dos limitantes da amostra, foi possível observar que para promover a felicidade dos habitantes de Salvador, se mostra necessário melhorar os indicadores de renda, segurança financeira e segurança pública. De acordo com a pesquisa, o aumento da renda se mostrou importante para permitir autonomia trabalhadora às pessoas e menos sujeição às oscilações do mercado e crises do capitalismo. No entanto, foi interessante observar que o amor foi o indicador que mais mostrou potencial para influenciar a felicidade dos habitantes de Salvador. Os “infelizes no amor” registraram o

menor índice de felicidade, enquanto os idosos com mais de 65 anos, grupo também mais satisfeito no amor, compõem o grupo mais feliz dentre todos os estudados.

Com relação aos grupos de maior vulnerabilidade, chama atenção a população preta, os jovens, as mulheres, as pessoas de “outros gêneros” e os espaços públicos, sendo o contato com a natureza um aspecto que obteve o pior desempenho entre os indicadores de suficiência e dimensão comunitária. O desempenho observado em relação aos espaços públicos e ao contato com a natureza se deu especialmente em razão da pandemia do covid-19, que fez com que as pessoas deixassem de utilizar estes locais. Esse retorno, em condições de segurança sanitária, é indispensável ao exercício do direito à cidade, do comum e do bem viver, e estratégico, já que a não utilização destes espaços favorece o sucateamento e venda à iniciativa privada.

Em verdade, o aumento de todos os indicadores de suficiência e dimensão comunitária que possuem diálogo mais próximo com o bem viver necessitam de atenção, já que, caso a escalada dos indicadores de satisfação da vida e necessidades atendidas se dê por meio das estratégias da economia radical – ou de situação mais moderada – baseada no padrão progressista ocidental antropocêntrico, não estará resguardada a natureza, pondo em risco a nossa própria sobrevivência na Terra e a felicidade das pessoas humanas e não humanas, ideal do bem viver.

**ARTIGO 3 - FELICIDADE, RESISTÊNCIAS E MODOS DE VIDA EM SALVADOR**  
HAPPINESS, RESISTANCE AND LIFESTYLE IN SALVADOR

**RESUMO**

Este artigo apresenta experiências de resistência no município de Salvador, desde quando o território era habitado pelos tupinambás, até os dias atuais. A pesquisa buscou compreender elementos da constituição do território de Salvador no diálogo entre a sua paisagem histórica de resistência e os modos de vida dos povos originários do território, os tupinambás, a partir de utopias da sua etnia tupi-guarani, o *Teko Porã*, expressado especialmente pela *tekoha*, que significa o “território do bem viver”, e pelo *jopói*, traduzido por “economia da reciprocidade”. A pesquisa observou que as manifestações destas utopias nas práticas dos territórios em resistência possuem estreito diálogo com o comum, o exercício do direito à cidade e o bem viver. Ao buscar compreensão nas motivações dos agentes, concluiu-se ainda que a felicidade coletiva experimentada e promovida pelos movimentos sociais dos territórios, possui importância fundamental na formação da cidade. A partir das reflexões acerca dos fatores externos que limitam e influenciam, mas não determinam os modos de vida das comunidades em resistência, a pesquisa concluiu ainda como principal fator de dificuldade de formação dos territórios, o acesso e permanência na terra.

**Palavras-chave:** Salvador; Territórios em resistência; Jopói; Terra; Movimentos Sociais; Felicidade coletiva.

## ABSTRACT

This article presents experiences of resistance in the city of Salvador, since when the territory was inhabited by the *Tupinambás*, until the present day. The research sought to understand the construction of the territory of Salvador in the dialogue between its historical landscape of resistance and the way of life of the native peoples of the territory, the *Tupinambás*, from the utopias of their Tupi-Guarani ethnic group, the *Teko Porã*, expressed especially by *tekoha*, which means the “territory of good living”, and by *jopói*, translated by “economy of reciprocity”. The research observed that the manifestation of these utopias in the practices of the territories in resistance has a close dialogue with the common, the exercise of the right to the city and the *buen vivir*. When seeking understanding in the agents' motivations, it was also concluded that the collective happiness experienced and promoted in the movements of the territories, has fundamental importance in the formation of the city. From the reflections on the external factors that limit and influence, but do not determine, the ways of life of communities in resistance, the research also concluded as the main factor of difficulty in the formation of territories, the access and permanence on the land by the populations.

**Keywords:** Salvador; Resistance territories; *Jopói*; Earth; Social movements; collective happiness.

## 1. INTRODUÇÃO

Além dos objetivos do bem viver, do direito à cidade e do comum, que dão fundamento aos indicadores experimentados, Boaventura Sousa Santos (2010) nos mostra que o movimento indígena possui, dentre outras características, “a luta dos mais excluídos, dos que mais sofreram (junto com os afrodescendentes) com a dominação capitalista e colonial”; além disso, a luta pela libertação e autodeterminação das cidades, a oposição ao extrativismo capitalista e as práticas socioeconômicas do *Sumak Kawsay*, “estranho à ideia de acumulação ilimitada, baseada na reciprocidade, complementaridade, bem viver e harmonia com a natureza” (SANTOS, 2010b, p.120).

A valorização da cultura indígena como possível agência revolucionária ganhou força na América Latina no final dos anos 20, após diversas revoltas e o início de uma organização indígena em âmbito nacional no Peru (TIBLE, 2020, p. 35). O próprio conceito de território faz parte de uma "revolução teórica e política" (DÍAZ-PO-LANCO, 1997, p.16) “que nasce no seio dos movimentos indígenas, mas que vai sendo adotada crescentemente por outros movimentos sociais rurais, e agora também urbanos [...]” (ZIBECHI, 2015), o que pode ser confirmado no exemplo do MST, MSTB, MTST e da Teia dos Povos.

Para Raúl Zibechi (2015, p.99), foi necessário que os setores populares e indígenas fortalecessem e aprofundassem suas diferenças para com a cultura e a sociedade hegemônica, para tornar viável a resistência.

As práticas destes grupos, bem como suas resistências nos territórios que possuem características singularizadas, podem também ter relação com a felicidade das pessoas que ali residem, motivo pelo qual são também estudadas, sem o propósito de esgotamento, as formações territoriais realizadas pelos agentes históricos e sociais, construídas no território de Salvador a partir de uma “natureza”, um “meio”. Neste sentido, Lefebvre afirmou que:

Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, sem decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma “natureza”, um campo e um meio. (2001, p.54).

Para Lefebvre, se as crises globais influenciaram os tempos e os espaços urbanos, “eles o fizeram permitindo que grupos aí se introduzissem, que se encarregaram deles, que se apropriaram deles, e isto inventando, esculpindo o espaço (para empregar uma metáfora), atribuindo-se ritmos”. Segundo o autor, são estes ritmos, estes modos de vida, os verdadeiros responsáveis por modificar a realidade urbana.

Tais grupos igualmente inovaram no modo de viver, de ter uma família, de criar e educar as crianças, de deixar um lugar mais ou menos grande às mulheres, de utilizar ou transmitir riqueza. Essas transformações da vida cotidiana modificaram a realidade urbana, não sem tirar dela suas motivações. A cidade foi ao mesmo tempo o local e o meio, o teatro e a arena dessas interações complexas (LEFEBVRE, 2001, p.57-58).

Ainda segundo Lefebvre (2001, p.52), “a cidade tem história, ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”. Estas condições, segundo o autor, influenciam e limitam, mas não determinam a obra (cidade), suas ações ou seus modos de vida. Neste sentido, certa análise que possibilite perceber por que e como processos globais (econômicos, sociais, políticos, culturais) modelaram/modelam o espaço urbano, a cidade, sem que a ação criadora decorra imediata e dedutivamente desses processos, se faz interessante ao entendimento da relação entre felicidade e cidade, especialmente quanto às necessidades atendidas, vez que esse entendimento é diferenciado a depender do bairro de Salvador.

## **2. DE KIRIMURÉ A SALVADOR: PAISAGENS HISTÓRICAS DE CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO**

Primeiramente, é interessante observar que quando o primeiro donatário<sup>23</sup>, Francisco Pereira Coutinho, chega ao território, encontra uma aldeia eurotupinambá, antes mesmo da formação da cidade de Salvador, fato atribuído

---

<sup>23</sup> Francisco Pereira recebeu área que se estendia do rio São Francisco à Baía de Todos os Santos.

historicamente à presença do português Diogo Álvares Correia, que chegou 40 anos antes, em 1510 ou 1511. Após um naufrágio, Diogo foi encontrado pelos tupinambás no Largo da Mariquita<sup>24</sup>, situado no atual bairro do Rio Vermelho. Resgatado jovem, vez que nascido no decênio de 1490, foi apelidado de *Caramuru* e se casou com *Paraguaçu*, filha de uma liderança indígena, que ficou conhecida como Catarina Paraguaçu, por ter sido batizada na França como Catherina Alvares, onde se casou com Diogo em 1528. O casal é considerado, na História do Brasil, como “a primeira família brasileira documentada, constituída por um português e uma índia” (SOBRAL, 2016, p.93).

Segundo Andrade e Brandão (2009), Caramuru conseguiu estabelecer intermediação entre os europeus e os tupinambás, resultando em relativa paz, o que facilitou a invasão portuguesa. Porém houve resistência dos indígenas, tanto que seus ataques motivaram a construção de muros para a defesa interior da “cidade-fortaleza”. Apesar dos muros, de um modo geral, terem se mostrado efetivos para a contenção dos tupinambás, não foi suficiente para conter os ataques dos indígenas à vila erguida pelo donatário Francisco Pereira, em 1536, que teve o navio naufragado na Ilha de Itaparica (antiga *Taparica*), foi aprisionado e devorado pelos tupinambás, ao tentar retornar à sua Capitania. Com a morte de Francisco Pereira, o rei D. João III preferiu reverter a capitania à Coroa ao invés de reverter ao filho de Francisco, fazendo da Bahia a “primeira capitania da Coroa, passando a ser governo-geral das terras do Brasil em 1548” (PEREIRA, I., 2011).

Em 1549 a expedição de Tomé de Souza desembarcou no Porto da Barra, nas proximidades da Vila Velha construída por Francisco Pereira, juntamente com grande população portuguesa que visava garantir a ocupação do território de Salvador, chamado, à época, de *Kirimuré* e *Paraguaçu* pelos tupinambás (RISERIO, 2004). A população desembarcada era formada por “militares de terra e mar, colonos, degredados e funcionários, além do jesuíta Manuel da Nóbrega, primeiro bispo da Colônia, e do mestre de obras Luís Dias, responsável pela planta da cidade” (ANDRADE; BRANDÃO, p.30).

---

<sup>24</sup> Alguns historiadores acreditam inclusive que Mariquita é uma derivação da palavra Tupinambá *Mairaquiquiig*, que significa “naufrágio” (TEIXEIRA; SANTOS, 2015 apud FILHO, 1991).

Figura 22 - Mapa histórico de fundação de Salvador.



Fonte: SAMPAIO, Theodoro. História da Fundação da Cidade de Salvador, p.148.

Nessa época os indígenas eram vistos e segmentados em duas categorias: aliados e inimigos. Aos aliados era garantida “liberdade, remuneração pelo trabalho contratado, terra para aldeamentos e proteção (...) Os que se recusassem às imposições coloniais seriam escravizados e entregues aos colonos (...)” (SANTOS, 2004, p.28). Segundo Santos (2004), em pesquisa sobre período anterior ao governo de Mém de Sá, acerca dos aldeamentos indígenas autônomos, ou seja, que não eram administrados por colonos ou missionários, foram identificados e localizados, mesmo que de forma não precisa<sup>25</sup>, os seguintes: 1 no Rio Vermelho, 5 entre Brotas e Cabula, 1 em Itapuã, 7 entre a cidade e a Rótula do Abacaxi, 1 na Calçada, 3 entre São Lourenço e São Caetano, incalculáveis entre Itapuã e São Caetano e 1 em Itapagipe.

Apesar de o governador Mém de Sá, autorizado pela rainha Dona Catarina, ter doado “algumas sesmarias a índios aldeados e definidos como aliados” (SANTOS, 2004), ele foi o responsável pela consolidação violenta do

<sup>25</sup>Informações presentes no livro da profa. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso no livro “Os esquecidos de Salvador: índios e negros na cidade-fortaleza e a conquista das terras das aldeias ao seu entorno” (2004).

domínio português sobre as aldeias indígenas no entorno da Baía de Todos os Santos, e, portanto, sobre o território de Salvador, antes integralmente Tupinambá. Além disso, entre 1560 e 1563, os aldeamentos administrados pelos jesuítas foram acometidos por epidemias que mataram ou expulsaram os indígenas que lá viviam, tendo a grande maioria das terras sido apropriadas por particulares ou pelos próprios jesuítas.

A violenta repressão dos aldeamentos autônomos já tinha feito com que os indígenas abandonassem aldeias mais próximas da cidade, como a do Rio Vermelho. As aldeias de Itapuã e Paripe, que tiveram embates mais sangrentos durante o governo Duarte Costa, diante da violência extrema, pediram paz. Desta forma, os indígenas que antes residiam próximos da cidade, “migraram para além do rio Joanes em busca de refúgio de difícil acesso aos colonos caçadores de escravos” (SANTOS, 2004).

Esse momento da história mostra que o choque cultural entre europeus e tupinambás resultou em pelo menos três categorias de indígenas habitantes de Salvador. A primeira envolve aqueles que aderiram ao colonizador através de parentescos e motivados pela utopia da “urbanidade” europeia, que já se relacionava com a noção de bem-estar social atual, e na qual se insere a aristocracia de origem indígena de Salvador; especialmente os descendentes de Caramuru e Paraguaçu, que tiveram direito garantido às terras desde o primeiro donatário. Segundo Santana Neto (2015), o casal obteve sesmaria de terra que ia da região do atual bairro da Graça até o bairro do Rio Vermelho, tendo Catarina Paraguaçu se convertido ao catolicismo e erguido o que se tornou a igreja da Graça, onde está sepultada.

A segunda categoria seria composta pelos indígenas que aderiram ao colonizador por motivações religiosas, e que tiveram suas terras expropriadas e sua população dizimada, realocada ou expulsa pela doença. Por fim, a terceira seria a categoria daqueles que viviam nos aldeamentos autônomos, e que escolheram fugir da escravidão e continuar a viver do seu modo em territórios mais distantes. Importa observar que destas categorias, com exceção da minoria indígena inserida na aristocracia, nenhuma outra guarda características da aliança que alguns indígenas acreditaram existir com os europeus no território de Salvador. Pelo contrário, revela sua violenta intenção colonizadora.

Nesse quadro de expropriação, os índios perceberam que as alianças que haviam estabelecido com os portugueses não implicavam em reciprocidade. Ao invés de aliados para suas guerras com os oponentes, continuavam a ser escravizados, aldeados e haviam se transformado em capturadores de inimigos e fornecedores de escravos aos colonos, desrespeitando as determinações rituais. (SANTOS, 2004, p26).

O tráfico de pessoas negras escravizadas já era uma realidade, porém nada comparado ao século seguinte (XVII), com o ciclo canavieiro, fumageiro e da mineração. Nesse período, o processo de fragmentação de terras em favor das famílias nobres de Portugal continuou, porém, muito embora o “miolo” da cidade tenha sido negociado, geralmente não era ocupado pelos portugueses, sendo suas terras vendidas para negros libertos e roceiros. A região que abrigava o quilombo do Cabula e do Urubu, por exemplo, acolheu negros fugidos e libertos, havendo indícios da presença de tupinambás entre eles. Segundo Martins e Rego (2020), mesmo com a desarticulação dos quilombos do Cabula (1807) e Urubu (1826), sugere-se a presença dos índios tupinambás em aliança com negros da localidade durante a batalha pela independência da Bahia. Os grupos indígenas são mencionados como residentes do bairro e teriam feito parte da resistência contra as tropas portuguesas.

Mesmo com os poucos registros e sistematização historiográfica sobre a presença e atuação de grupos indígenas no atual Miolo da Cidade do Salvador, defendemos a forte probabilidade de que esses povos originários passaram a acolher ou ao menos permitir que negros libertos ou fugidos da escravidão iniciassem a construção de arraiais (FERNANDES, 2003), que para as autoridades do período colonial seriam denominados de mocambos ou quilombos. (MARTINS; REGO, 2020).

Desde aquela época, portanto, é percebida uma aliança preta e indígena em prol do que poderíamos assumir como bem viver. Porém, é interessante observar que na Constituição do Império, que vigorou até a Proclamação da República (1824 a 1889), e no Código Criminal, o “bem-viver” tinha conceito bem diferente daquele andino e amazônico. Conforme o livro “Os Excluídos”, do historiador José Roberto do Amaral Lapa (2008), o “bem viver” era um

“compromisso formal que alguém, ao assinar, assumia de viver morigeradamente, em virtude de perturbações que causara à ordem pública na avaliação de supostas vítimas e/ou autoridade pública” (p. 83). O inspetor de quartirão poderia obrigar os arruaceiros a assinar um “termo do bem viver”, “cujo descumprimento poderia acarretar pena de 20 mil-réis e 20 dias de cadeia” (p. 84). O “termo do bem viver” é citado também no livro de Walter Fraga Filho Mendigos, *Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX* (1996).

Os territórios escolhidos e suas estratégias de sobrevivência e modo de vida podem ter aproximado as populações indígenas e pretas, vez que esses espaços, aqui considerados como favoráveis à felicidade, tanto pela abundância de recursos naturais, como pela liberdade identitária que permitia a estes povos exercer, por exemplo, seus cultos e rituais, foram concretizados, mesmo que temporariamente. Espaços esses que, em âmbito geral, na forma de quilombos ou aldeamentos, eram formados em áreas àquela época rurais, ou seja, “zonas férteis, próprias para o cultivo de muitas espécies vegetais e ricas em animais para caça e pesca” (PINHEIRO, 2004 *apud* CARNEIRO, 1947). Esse modelo comunitário de abundância inspira estratégias do bem viver até hoje, especialmente no que se refere a abundância e diversidade cultural.

A construção do território de Salvador, portanto, está relacionada aos movimentos dos povos, e é marcada inicialmente pela expulsão e extermínio dos indígenas. Em seguida, é fortemente caracterizada pela periferização da população negra, no sentido de expulsá-los das áreas infraestruturadas habitadas pela aristocracia, bem como é marcada pelo parcelamento de grandes latifúndios em lotes menores, após a garantia de ocupação do território de Salvador.

### **3. LUTAS POR MORADIA E O DIREITO À CIDADE**

Os movimentos de resistência presentes em Salvador, como o MSTB, mostram que a luta por moradia não se resume à casa, à residência. Na fala de D. Mira, por exemplo, no Congresso da Ufba “Aliança dos povos pelo bem viver:

tarefas urgentes da luta pela vida”, ela traz, além da temática da moradia, especialmente em razão dos despejos na pandemia, outras pautas atuais urgentes da cidade que dialogam com o movimento, como a situação do trem do Subúrbio Ferroviário, o desemprego crescente, a especulação imobiliária em áreas de parques na cidade e a preservação das águas e da Mata Atlântica na Bacia do Cobre, no São Bartolomeu. A análise de Felipe Estrela (2021) sobre a fala mencionada é também neste sentido.

Muita gente se engana achando que a luta do sem teto é só por casa. A fala de D. Mira mostra que ao debater onde morar eu debato a cidade, debato o trabalhador, debato o acesso aos bens da natureza, debato o modelo ambiental, então a casa como porta de entrada para os demais direitos de construir o bem viver, é uma luta por um projeto de vida que o sem teto coloca pra gente (ALVES, ESTRELA, ONIRÉ, 2021).

A manutenção do trem, por exemplo, é importante por ser um transporte de preço acessível, que permitia que as pessoas comprassem peixe no chamado “Porto das Sardinhas”, tanto para revender como para se alimentar. Porém, com a ausência do trem, segundo D. Mira Alves (2021), ficou “quase impossível”. Ela relatou que muitos “barcos estão ficando lá cheios”, razão pela qual estaria “impossível das pessoas trabalharem a sua sobrevivência”.

Por este motivo o MST entendeu que essa era também uma luta deles, tendo mobilizado ações como manifestações no Fórum e “outros espaços durante uma semana (...) no Lobato e em Paripe”. Em uma luta incessante, marisqueiras, pescadores, ambulantes, pais e mães de família, que dependem única e exclusivamente desse transporte, bem como pessoas que vão ser retiradas dessa área onde está sendo construído o Monotrilho, se mobilizaram.

Além de tudo, segundo D. Mira Alves (2021), as pessoas atingidas pelos despejos não foram chamadas para receber a devida indenização, motivo pelo qual o Movimento, que trabalha com essa questão da moradia, havia se sensibilizado, alinhando-se em luta com essa população: “estamos lá, que as casas foram marcadas, mas não tem indenização, já tão colocando os tapumes e as pessoas vão ser retiradas em plena pandemia, sem ter pra onde ir, sem direcionar a vida dessas pessoas”.

Outro caso de resistência em relação “às incursões avassaladoras do urbanismo corporativo” (VIVEIROS, 2020, p.344) na cidade de Salvador é o bairro de Saramandaia, cujos impactos de um megaprojeto em área vizinha e a possibilidade de ser impactada por um projeto de via urbana pedagógica, a Linha Viva, mobilizou a comunidade, que passou a contar com assessoria técnica do Grupo de Pesquisa Lugar Comum, da Universidade Federal da Bahia. O grupo acabou por engajar-se em seu plano de bairro e assessorar a comunidade junto ao Ministério Público Estadual.

Ou seja, são muitos embates, muitas lutas, que congregam não só à moradia, como ao direito à cidade, especialmente no seu direito de acesso e usufruto dos espaços. Nessa caminhada, D. Mira Alves afirma que os movimentos buscam orientar as pessoas, especialmente em relação às manifestações “porque é lá que juntos a gente se fortalece, direciona, como vai ser e a quem procurar”. Eles auxiliam, por exemplo, na busca de apoio de parceiros da sua rede, como advogados, para intermediar lutas junto aos órgãos públicos, notadamente a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sedur.

Estamos buscando apoio de parceiros que a gente sempre tem, nossos advogados, nossos amigos, e a luta tá sendo travada na cidade de Salvador, pra que a Sedur, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, dê uma orientação, um apoio, uma ajuda em torno da situação desse caos total que tá se tornando o subúrbio ferroviário. Também estamos entrando na luta contra a privatização dos parques da cidade de Salvador. Parques necessários, tanto para as pessoas se divertirem, como pra uso de retirada de alguns produtos, jaca, frutas pra revender, folhas, o pessoal de terreiro também se utiliza desses espaços, então a gente á tá também engajado nessa luta. Somos também guardiãs da bacia do cobre, que fica localizada nessa área, e cabe a nós enfrentar essas lutas, e a sociedade também de modo geral, que mora no entorno e que precisa, porque lá é um espaço que ainda tem uma quantidade de Mata Atlântica e um espaço que tem várias nascentes de água, tem cachoeiras, e é uma luta toda nossa, não tem como ficar de fora, o meio ambiente tá sendo ameaçado nesse momento.

Dona Mira<sup>26</sup> (2021) afirma os princípios de horizontalidade, autonomia, solidariedade e ação direta, “orientando a prática da caminhada em construção do poder popular do povo organizado” nas lutas do MSTB. Nesse sentido o

---

<sup>26</sup>Congresso virtual da Universidade Federal da Bahia: Aliança dos povos para o bem viver: tarefas urgentes da luta pela vida (2021).

movimento possui projetos para a formação de jovens, através de pedagoga da própria comunidade, que conseguiu se formar e retorna esses serviços ao movimento. Estes projetos acontecem em ocupações, como a de Simões Filho (Marielle), que por ser uma ocupação nova, tem também uma formação para os adultos que se interessem pelo curso de lideranças, sendo disponível para qualquer morador. Oferta ainda curso para as pessoas de primeiro e segundo grau inconclusos, bem como intercâmbio com redes pela autonomia alimentar, como a Teia dos Povos. A questão da soberania alimentar, debatida sob a ótica da aliança entre a Teia e o MSTB, traduz a articulação revolucionária entre campo e cidade que guia muitos movimentos atualmente.

A gente aqui na área urbana tem uma alimentação defasada por conta de subemprego e do veneno, do agronegócio, que traz os produtos naquela condição já de envenenamento, prejudicando nossa saúde. A gente se junta a outros grupos, o MSTB junta a Teia dos Povos, a grupos quilombolas, as pessoas indígenas e várias outras pessoas, outros grupos, coletivos que estão implementados nessa luta de melhorar a condição de vida da nossa sociedade.

Nessa perspectiva, o movimento agroecológico e as práticas de permacultura ganham contornos emancipatórios, vez que são estratégicos a autonomia alimentar da comunidade, estratégia de suficiência basilar dos movimentos de resistência. A Teia dos Povos, à vista disso, conforme Neto Onirê (2021), possui como primeira tarefa a reconquista da terra, afirmando ser esta tarefa fundamental. “É preciso libertar a Terra do jugo do capitalismo, da exploração, do agronegócio, e é fundamental construir as nossas autonomias. A primeira delas é a autonomia alimentar (...)” (ONIRÊ, 2021). Considerada também como agenda central dos movimentos urbanos que defendem o direito à cidade, constrói-se uma ponte importante de aliança entre movimentos que historicamente estão vinculados às lutas no campo ou na cidade.

#### **4. DIÁLOGOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS COM O BEM VIVER: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA**

O Cacique Babau (2017), liderança indígena Tupinambá, lembra que são eles os primeiros povos a se fazer presentes contra a invasão dos portugueses

no Brasil, mas que até hoje sofrem muitas invasões em seus territórios ancestrais, de onde afirmam resistência. Sobre o bem viver, Babau frisa que é necessário "ter um ponto de partida e um de chegada".

Não é apenas plantar uma roça e partilhar com o vizinho. O nosso bem viver se torna cada vez mais sólido porque nossos encantados nos disseram: 'olha, as pessoas estão caçando e matando os animais, matando a natureza. Então vocês precisam proteger a natureza e deixar ela viver, deixar de caçar e pescar'. Passamos a cultivar, não para concentrar, mas para nos alimentarmos. Estamos nos adaptando a essa nova realidade (BABAU, 2017).

O bem viver "pode ser a difícil experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver" (KRENAK, 2021), o que se alinha ao *jopói*, pela evidente reciprocidade. Já o bem-estar "está apoiado em uma ideia de que a natureza está aqui para nós consumirmos" (KRENAK, 2021).

A ideia de que a Terra é um organismo vivo, ela não é uma coisa. Isso fundamentalmente distingue o que é bem-estar do que é bem viver. Bem viver não é distribuição de riqueza, o bem viver é a abundância que a terra proporciona como expressão mesmo da vida. A gente não precisa ficar buscando uma vantagem em nada, porque a vida é tão próspera, que ela é suficiente pra nós todos. (KRENAK, 2021).

Para o bem viver, "a utopia andina e amazônica se manifesta no discurso indígena, em seus projetos políticos e em suas práticas sociais e culturais, inclusive econômicas (ACOSTA, 2016, p.73). Segundo Tible (2020, p.264), os coletivos amazônicos "percebem a produção em termos de reciprocidade", no entanto, Acosta (2016, p.33) afirma não ser possível e realista implementar um ordenamento social inspirado na reciprocidade e solidariedade dentro do capitalismo.

Mestre Joelson Ferreira (2021) reconheceu, em nome da Teia dos Povos, que "o Estado brasileiro é um dos grandes inimigos que temos nessa grande jornada de luta contra o racismo, o patriarcado e o capitalismo" (FERREIRA, 2021, p.41). De fato, após a abolição, não houve qualquer movimento governamental no sentido de democratizar terras, àquela altura latifúndios, para

que a população liberta pudesse morar e produzir. Pelo contrário, a mesma legislação que permitiu escravizar indígenas e negros durante séculos, até garantir a posse das terras invadidas, militarizou a cidade para conter estas populações.

Nos territórios populares de Salvador ainda são comuns os relatos de violência, inclusive religiosa, especialmente aos praticantes das religiões de matriz africana. Isto resultou em novo cárcere para a população negra, vez que, segundo o Relatório de Custódias na Comarca Salvador/Bahia (2015-2018), elaborado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, 98,8% dos presos em flagrante são negros, jovens e pobres.

Pesquisas comprovam que, em Salvador, as áreas periféricas do antigo centro urbanizado como Mata Escura, Estrada da Liberdade, povoações do Cabula, Armação, Pirajá e Itapuã, originaram-se de quilombos que datavam dos primórdios do Período Colonial (PIERSON, 1945). São localidades originalmente ocupadas por habitantes predominantemente negros, que se identificam com seu histórico de resistência e que, ainda hoje, lutam para obter dignidade em seus espaços de vivência. (MARTINS; REGO. 2020).

A cidade de Salvador apresentou na pesquisa, como cenário de oposição à felicidade na/da cidade, uma cidade de característica opressora, tendo a felicidade sido associada à ausência de violências, sem paisagem específica. Neste sentido, em resposta à pergunta “O que te faz feliz?” foram recebidas respostas como: Não ser humilhada no trabalho, poder ser lésbica em paz, morar em lugar onde não tenha tráfico e gente morta, me deslocar a pé sem tanta preocupação com a violência no meu bairro, liberdade de escolher e liberdade de ir e vir dos lugares. Evidenciando assim, que, para muitos, a felicidade é associada a um local não violento e livre de opressões.

Porém, são nessas áreas periféricas que hoje se encontram os exemplos mais recentes de tentativas dessas resistências que se alinham com o bem viver, como a ocupação Quilombo Paraíso, orientada pela perspectiva das Comunidades do Bem Viver do Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB). Localizada em área de proteção ambiental (APA), num terreno abandonado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento da Bahia (Embasa), em Colinas de Periperi, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, estas comunidades buscam ser

espaços de resistência que “respeitam os modos de vida do povo, valorizando o coletivismo, o cooperativismo, a diversidade e a pluralidade” (CEAS, 2017).

Como estratégia de resistência, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em articulação com o Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA), desenvolveu ações de preservação associadas à agricultura com bases agroecológicas no quilombo urbano. São realizadas trocas de experiências com outras ocupações do MSTB que produzem em quintais, bem como intercâmbio com outros movimentos sociais, especialmente movimentos do campo com acúmulo na produção de alimentos, notadamente da Teia dos Povos, tendo as ações dessa articulação resultado no documentário “Semente Paraíso”, lançado em 2014.

Nossa luta é pra voltar a ter aquilo que a gente teve no passado. Principalmente território, porque sem território a gente não vive. Sem terra ninguém vive, sem terra ninguém tem casa, sem terra ninguém tem roça, plantas, alimento. Então nós queremos terra, nossa terra de volta, pra gente manter nossa vida, nossa cultura, principalmente ter alimento pra nossa família. (TEIA DOS POVOS, 2021).

Essas experiências comunitárias são consideradas pelo CEAS (2017) como “a utopia no presente” e suas práticas concretizam perspectivas de outra vivência no espaço urbano. O bem viver, identificado por Veras e Favero como “uma das utopias do nosso tempo na América Latina” (2020, p.294), entende que “as utopias são fenômenos históricos que nascem da indignação de grupos sociais em situações ultrajantes ou distópicas” (2020, p.289). Propõem, assim, um outro sentido de identidade coletiva de enfrentamento por comunidades alternativas e solidárias, em direção à superação das opressões, em que o protagonismo da juventude e das mulheres é considerado fundamental para a transformação da realidade socioespacial da cidade.

Segundo o mestre Joelson (2021), é preciso avançar nas reflexões e na ação sobre justiça comunitária, “assim poderemos ter soberania na lida com as divergências, contendas e conflitos, a partir do aconselhamento e de outros mecanismos criados por nosso próprio povo”. (FERREIRA, 2021, p.103).

Não podemos ser nós a pedir a prisão de irmãs e irmãos que caminharam pelo erro dentro de nossas comunidades. Não podemos ser nós a endossar o sistema prisional, que foi feito para e que só se realiza no encarceramento do povo preto desse país. Nós, portanto, precisamos reinventar ou retomar nossas formas de resolução de conflitos. Elas existem e estão lá em cada cultura tradicional que forma nossos povos. (FERREIRA, p.103).

Ferreira (2021) fala de uma forma de nos defender melhor, o que significa não pedir que a polícia entre em seu território, que investigadores perambularem por suas comunidades, ou que procuradores façam piseiro em seus terreiros. Essa consciência sobre os poderes que oprimem o território é importante para imaginar estratégias de autodefesa, mesmo admitindo o autor não ser possível “banir e impedir este acesso, pois, no mundo em que vivemos, ainda não temos condições de confrontar toda essa estrutura”. (FERREIRA, p.103).

Como inspiração para autodefesa comunitária, de busca pelo direito de existir a partir de seus modos de vida, da prática do bem viver, Ferreira (2021, p.107-108) afirma que houve casos fantásticos de povos que tiveram que se colocar à prova para se defender, dadas as violações do Estado e do latifúndio, como foi o caso de Serra do Padeiro, onde os tupinambás atacados por Polícia Federal e Força Nacional precisaram se organizar para se defender mesmo diante de helicópteros, tiros a esmo, destruição das roças etc.

## **5. UMA LEITURA DO COMUM EM SALVADOR**

Para Jean Tible (2020, p.93), um ponto fundamental dessas formações [de resistência] sociais situa-se na propriedade comum da terra, vez que por um lado explica a origem da sociedade civil e do Estado e, por outro, sua possível regeneração é compreendida em termos comunistas. Esta leitura é reforçada por Mariategui, em trechos como “jesuítas (...) aproveitaram e exploraram a tendência natural dos indígenas para o comunismo” (TIBLE, 2020, p. 38). Para Mariategui “o socialismo, afinal, está na tradição americana. A mais avançada organização comunista primitiva que a história registra é a Inca” (2019,1928, p.324-325). Neste sentido:

Tal perspectiva inspira-se no comunismo agrário Inca, onde a propriedade e os usufrutos da terra eram coletivos, alicerçados

no espírito coletivista indígena e suas tradições comunitárias O Ayllu – a comunidade – sobreviveu mesmo à economia colonial e ao gamonalismo. Esse regime de propriedade sendo um dos maiores entraves para o desenvolvimento do Peru, a solução estaria nos ayllu, tendo em vista que, durante o Império Inca, havia bem-estar material e uma formidável máquina de produção (TIBLE, 2020, p.33-34 *apud* Mariátegui, 1928, p.34).

Atualmente a propriedade comum da terra, no contexto da cidade, dialoga diretamente com os espaços públicos, sendo o seu sentido importante ao entendimento das relações que hoje se estabelecem nestes espaços. Desta forma se buscou pôr luz no atual significado de espaço público para as pessoas residentes em Salvador, a partir da pergunta “O que o espaço público significa para você?”, contida no instrumento da pesquisa.

Diversos residentes em Salvador espontaneamente associaram o espaço público ao comum e à comunidade, enfatizando a necessidade de poder acessá-los gratuitamente. O espaço público foi entendido pela população pesquisada, em suma, como espaço, lugar, área ou ambiente, de uso e cuidado comum a todos, onde se realiza o encontro, a interação comunitária, a convivência e a socialização. Como traduziu uma das respondentes a “vida em comunidade de forma plena”.

“Espaço que é comum a todos”; “espaço comunitário”; “lugar de comum acesso”; “local de uso comum”; “Área comum”; “espaço de uso comum”; “um espaço de direito comum a todos”; “todo espaço que é comum a todos”; “espaço comum a todos os cidadãos”; “espaço de uso e cuidado comuns”; “espaço que é comum a todos”; “de uso comum a todos”; “espaço de encontro e de formar o bem comum”; “ambiente de socialização”; “um lugar de interação comunitária”; “espaço de convivência, socialização e viver em comunidade”; “A vida em comunidade de forma plena”.

Os espaços públicos seriam aqueles onde não se paga ingresso, onde não existe pagamento e não há cobrança. Ou seja, espaços que são gratuitos e de fácil acesso, sendo a possibilidade de todos acessarem os espaços, livremente, aspecto também destacado nas respostas. Neste sentido, as palavras “acesso”, “gratuidade” e “livre” possuíram bastante recorrência dentre as respostas que buscaram traduzir o sentido de espaço público.

“Espaços gratuitos”; “onde não se paga ingresso”; “que todos podem frequentar, sem realizar pagamento”; “livre de cobranças extras”; “acesso livre”; “acesso igualitário”; “livre acesso para todos independentemente de raça, credo ou classe social”; “livre acesso a todas as pessoas”; “de comum acesso a qualquer cidadão”; “de livre e incondicional acesso”; “que permite o acesso de todos os indivíduos”, “livre acesso a todos”, “livre para acesso e usufruto”, “onde todos podem ter acesso livre”, “todos tem acesso sem restrição”, “acesso irrestrito às pessoas”; “acesso livre e gratuito para todos”; “acesso livre e seguro”; “onde o acesso é livre”; livre para acesso e usufruto da cidade”.

Observou-se ainda o uso constante das palavras “uso” e “usufruto”, o que é interessante por oferecer contraponto ao direito de propriedade ao qual o comum se opõe, percebidas em respostas como as que associaram os espaços públicos ao “direito de usufruto de todos”, ao “direito de permanecer e usufruir destes espaços”, caracterizando-os como espaços “de uso coletivo”, “de uso comum a todos”.

Apesar de terem sido citados espaços privados, como shoppings e estádios de futebol, a maior parte das pessoas respondentes associou a realização da vida comunitária aos espaços públicos. Em resposta à pergunta “Em que espaços da cidade a vida comunitária se realiza?”, as praças e praias foram as campeãs de menções, mas os largos e seus festejos, os parques e sua natureza, bem como as avenidas e suas manifestações culturais e políticas, também foram citadas.

Em resposta à pergunta “Quais espaços públicos você frequenta ou costumava frequentar antes da pandemia?” é possível visualizar os espaços com os quais as pessoas se relacionam e, portanto, aos quais se referem os respondentes. Foram mencionadas diversas praias, praças, parques, bairros, ruas, largos e outros espaços públicos como bibliotecas e museus, além de espaços sagrados, os quais foram sintetizados no quadro abaixo:

Quadro 1 - Espaços públicos mencionados na pesquisa.

TIPO	ESPAÇOS PÚBLICOS MENCIONADOS NA PESQUISA
PRAIA	Barra; Boa Viagem; Buracão; Buraquinho; dos Artistas; Estaleiro; Farol da Barra; Flamengo; Gamboa; Itapuã; Jaguaribe; Neves; Ondina; Paciência; Patamares; Pedra do Sal.; Piatã; Placaford; Ponta Humaitá; Ribeira; Roma; São Tomé de Paripe; Stella; e Subauma.
PRAÇA	Ana Lucia; Bonfim; Campo Grande; Castro Alves; Centro Histórico; Costa Azul; Da Dinha; Dendezeiros; Dois de Julho; Dos Eucaliptos; Estaleiro do Bonfim; Fazenda Grande 2; Igaratinga; Imbuí; João Mangabeira; Lagoa dos Patos; LordCochrane; Mussurunga do setor A ("da Tonha"); Mussurunga do Setor C; Mussurunga do Setor G; N.Sra da Assunção; Rua Alberto Ponde ; Santo Antônio Além do Carmo; e Stella Maris.
LARGO	Largo de Santana, Largo da Mariquita, Largo Dois De Julho, Largo do Pelourinho; e Largo do Campo Grande.
PARQUE	Parque da Cidade; Parque de Pituaçu; Parque das Dunas, Parque dos Ventos; e Parque Costa Azul.
SAGRADO	Pedra de Xangô; e Igreja do Bonfim.
OUTRO	Museus do Centro; Museu de Arte Moderna (MAM), Museu de geologia, Costa Pinto, Palacete das Artes, Passeio Público, Biblioteca Central dos Barris; Zoológico; e Lagoa da Pituba.

Fonte: DELL'ORTO, 2022.

Muitas respostas ressaltaram as condições de insegurança e violência nestes espaços, o que se confirmou nas respostas ao sentimento de segurança pública, que obteve menor pontuação dentre todos os indicadores de satisfação com a vida e necessidades atendidas.

## 6. MORADIA, SUFICIÊNCIA E DIMENSÃO COMUNITÁRIA

Apesar de passar certas dificuldades, agravadas pela pandemia do covid-19, as resistências urbanas de Salvador se organizam em grupos, organizam as ocupações e ali resistem, na utopia de formar seus territórios. Segundo liderança do MSTB, é preciso união para uma melhoria de vida, vez que, afirmando que é

o povo se juntar e perceber que “é nós por nós” e que não tem que esperar mais nada, é ir pra luta, em especial com relação a moradia e à terra, a fim de alcançar suas soberias. O trecho abaixo revela a abrangência da pauta de lutas e a relação com o bem viver:

Nossa briga maior é por um espaço pra morar, um espaço pra plantar, dar garantia a nossa sobrevivência e a nossa soberania de moradia e nossa soberania alimentar, o cuidado com a natureza, que a partir daí teremos mais saúde, essas pandemias poderiam ser evitadas, porque o que tá aí é um descaso, um abandono total da natureza, eles vivendo só pelo lucro e desrespeitando a vida. O lucro acima das nossas vidas. Nenhum cuidado tá sendo feito, hospitais superlotados e nós enquanto pessoas sofredoras da periferia é que estamos vendo como sobreviver, buscar alternativas, pra que no futuro a gente tenha aquela vida que esperamos, do ideal da comunidade bem viver. (ALVES, ESTRELA, ONIRÉ, 2021).

Para Haesbaert (2017), “o desdobramento da ideia de multiplicidade de condições para a realização das relações espaço-poder na construção de territórios” é uma contribuição de perspectiva (latino) americana. Ele afirma que “isso já aparece revelado em tantas experiências autonomistas desencadeadas por diferentes grupos sociais, de Chiapas e Cherán, no México, a Wallmapu, o território *mapuche*, no sul do continente.” A afirmativa, ratifica Zibechi (2015, p.100), mostra ser necessário incluir categorias como autonomia, autogestão e autodeterminação no conceito de território nascido nos movimentos indígenas que vem sendo adotados por outros movimentos sociais rurais e urbanos.

Na América do Norte, por exemplo, existe uma tendência dos povos indígenas de “organização em confederação para defesa mútua (adquirir força e garantir paz)”, a exemplo de Creek, Otawa, Dakota, Mequi, Asteca e Iroquesa, sendo que esta última é vista como um triunfo da política indígena (TIBLE, 2020, p.231 apud MORGAN, 1851, p.71). A Liga dos Iroqueses, que inspirou a primeira constituição estadunidense, “reunia cinco diferentes tribos, cada uma permanecendo autônoma, tendo um território e línguas próprios e possuindo independência a respeito de assuntos locais (decididos por um conselho).” (TIBLE, 2020, p.231).

Segundo Haesbaert, o território se constrói “num amplo *continuum* entre dominação hegemônica e apropriação e resistência subalterna, entre um poder

com maior carga funcional e/ou repressiva e um poder mais simbólico e/ou autonomista” (HAESBAERT, 2020 apud HAESBAERT, 2007). De fato, conforme Grando e Mertz (2010, p.99), derrotada pelo golpe militar de 1964, a pretendida reforma agrária no Brasil não se efetudou, vez que implicaria uma profunda mudança nas relações de propriedade da terra. A luta possessória entre os camponeses e os latifundiários se deu de forma violenta, e com apoio estatal às multinacionais, como conta Zibechi (2015).

O movimento brasileiro se assemelha ao de vários outros países da América Latina que experienciaram processos semelhantes. Eduardo Galeano (2012) relata que, após anunciada a reforma agrária no Peru, em 1969, os jornais noticiavam que os indígenas das comunidades destroçadas da serra “de quando em vez” invadiam as terras que roubaram deles ou de seus antepassados, “e eram repelidos a bações pelo exército”. No Uruguai, Galeano (2012) conta que a legislação passou a desconhecer a validade das doações de terra feitas por ocasião da reforma agrária, a primeira da América Latina, liderada por José Artigas. Lá, “desde 1820 até fins do século foram desalojados, a tiros, os patriotas pobres que tinham sido beneficiados pela reforma agrária” (GALEANO, 2012).

Em muitos países da América Latina, a tentativa de expropriação de terras improdutivas de latifundiários multinacionais foi frustrada, tendo derrubado dois presidentes no Brasil, Jânio Quadros<sup>27</sup> e João Goulart. A Guatemala, mesmo focando a reforma agrária em áreas improdutivas e indenizando os expropriados, sofreu pressão política externa, que culminou na renúncia do presidente eleito *Arbenz*, e posterior devolução das terras aos latifundiários<sup>28</sup> (GALEANO, 2012). A reconquista de terras produtivas é central porque nela é possível morar, produzir alimentos e conviver, e esta suficiência contribui para que o território se firme como local de resiliência e permanência.

---

<sup>27</sup> “Em 21 de agosto de 1961 o presidente Jânio Quadros assinou uma resolução que anulava as ilegais autorizações estendidas a favor da Hanna e restituía as jazidas de ferro de Minas Gerais à reserva nacional. Quatro dias depois, os ministros militares obrigaram Quadros a renúncia.” (GALEANO, 2012).

<sup>28</sup> “A *United Fruit* só cultivava 8 por cento de suas terras, estendidas entre ambos os oceanos. [...] A reforma agrária de *Arbenz* se despedaçou quando *Castillo Armas* desincumbiu-se de sua tarefa, devolvendo as terras à *United Fruit* e a outros terras-tenentes expropriados.” (GALEANO, 2012).

Assim como a garantia de acesso à terra, tornou-se igualmente importante a resiliência das comunidades, o desenvolvimento e prática da agricultura agroecológica regenerativa, fundada na observação da natureza, que é mais produtiva, recupera o solo e biomas, e dispensa o uso de agrotóxicos e fertilizantes, bem como a aplicação e o desenvolvimento de práticas chamadas permaculturais. Esse conceito é adotado especialmente por movimentos e instituições que possuem condições financeiras de adquirir terra, ou que utilizam estes conhecimentos em favor de outros territórios mais vulneráveis.

A permacultura é fundada em práticas ecológicas de permanência nos territórios baseadas na biodiversidade e no impacto positivo, regenerativo para a natureza, que foram sistematizadas especialmente pelo australiano Bill Mollison (1998, p.39). Para o autor, “a diversidade é frequentemente relacionada à estabilidade, na Permacultura. No entanto, estabilidade só acontece com espécies cooperativas, ou espécies que não causem prejuízos umas às outras” (1998). As plantas e animais inseridos no sistema podem tanto cooperar, como competir, por espaço, luz e nutrientes. “Então, a importância da diversidade não está muito ligada ao número de elementos de um sistema, mas no número de conexões funcionais entre esses elementos” (MOLLISON, 1998, p.40), ou seja, a diversidade é importante na criação de um consórcio harmonioso.

Conforme Grando e Mertz (2010), a chamada *agricultura colonial*, que teve origem no período Imperial, estava em plena crise ao final dos anos 50 “em razão de persistir, por mais de um século, no mesmo sistema de produção baseado em uma forma de cultivo predatória e caracterizada pela ausência de incorporação de novos conhecimentos técnicos” (Grando e Mertz, 2010 *apud* Mertz, 2004). Neste sentido, Eduardo Galeano (2012) afirma, no prefácio do livro “Veias Abertas da América Latina”, que “o livro compreende muitos temas, mas talvez nenhum deles tenha tanta atualidade como esta obstinada rotina da desgraça: a monocultura é uma prisão”.

A diversidade, ao contrário, liberta. A independência se restringe ao hino e à bandeira se não se fundamenta na soberania alimentar. Tão só a diversidade produtiva pode nos defender dos mortíferos golpes da cotação internacional, que oferece pão para hoje e fome para amanhã. A autodeterminação começa pela boca. (GALEANO, 2012, Prefácio).

Por exemplo, um agricultor que só produz um alimento, mesmo que tenha sucesso na colheita, fica condicionado a vendê-lo para que possa se alimentar adequadamente. Já no sistema permacultural, “para a autossuficiência, isso significa que a família pode satisfazer todas as suas necessidades nutritivas com as frutas, verduras, proteínas e minerais disponíveis” (MOLLISON, 1998, p.39).

[...] um hectare de verduras produzirá somente verduras durante todo o ano, enquanto que na outra, verduras são uma parte menor na produção de nozes, frutas, óleos grãos, madeira, galinhas, lenha, peixe, sementes e proteína animal (MOLLISON, 1998, p.39).

O cultivo agroecológico biodiverso, portanto, é mais seguro tanto da perspectiva da autonomia alimentar, como da autonomia econômica, na medida em que é mais seguro ter uma variedade de produtos para sobreviver às imposições do mercado, bem como perdas imprevisíveis, devido às pragas ou mau tempo (MOLLISON, 1998, p.39).

Ainda do ponto de vista econômico, a Permacultura se mostra ser um sistema mais produtivo<sup>29</sup> e com maior potencial de ocupação de pessoas. Cuba, por exemplo, através de um processo de diversificação de seus cultivos, passou a colher durante todo o ano, aumentando a produção e diminuindo o desemprego.

[...] a partir da reforma agrária de 1959, foi iniciado um intenso processo de diversificação da economia da ilha, mudança que pôs um ponto final no desemprego: os cubanos já não trabalham apenas cinco meses por ano, durante as safras, mas no ano todo [...] (GALEANO, 2012).

---

<sup>29</sup> “Embora a produção de um sistema monocultural seja provavelmente maior para uma espécie em particular do que a mesma produção desta espécie na Permacultura, a soma das produções de um sistema misto será maior.” (MOLLISON, 1998, p.39).

Além de prover comida e trabalho, o cultivo biodiverso permite ainda criar consórcios harmoniosos capazes de aumentar a biodiversidade, em contraste ao “pensamento linear, ordenado, restrito e segmentado dos europeus [...] (MOLLISON, 1998, p.38), que, conforme Zibechi (2015) vem resultando tanto em ecocídio quanto em etnocídio.

Como vêm apontando estudiosos de múltiplas disciplinas, existe uma estreita relação da perda da biodiversidade e o deterioramento de línguas e culturas do planeta, uma vez que tanto o ecocídio quanto o etnocídio fazem parte do mesmo processo, caracterizado pelo crescente domínio do capital sobre a vida (ZIBECHI, 2015).

Dessa forma, para se fazer a resistência é indicada como fundamental e necessária a aliança entre povos, que passa pela aliança entre o campo e a cidade, a fim de garantir redes de subsistência, em busca de suas autonomias – no plural – de suas soberanias. É preciso que a produção do campo chegue às periferias a um preço acessível e que sejam construídas formas que o trabalhador(a) da cidade tenha acesso aos territórios para produzir alimentos. Esta aliança sugerida pelos movimentos de resistência se baseia na luta e no trabalho.

A construção das autonomias a partir das alianças com os povos e com os territórios, oportuniza a criação de novos mundos e possibilidades de outras economias de lógica totalmente distinta da hegemônica, fundada na abundância, ao invés da escassez, que articula campo e cidade, inserindo as periferias e instituições, como associações de bairro, capazes de fomentar esperança, e a partir disso, “a comida, a água, a resistência”.

## **7. POSSIBILIDADES DE OUTRAS ECONOMIAS**

Para os tupi-guarani, etnia dos tupinambá, a *tekoha* é, antes de tudo, um espaço sócio-político, que “significa e produz ao mesmo tempo relações econômicas, relações sociais e organização político-religiosa essenciais para a vida guarani” (MELIÀ, 1990, p.36). Segundo Melià (2015), o bem viver que um

território supõe se manifesta em uma espécie de economia que os guarani definiram como *jopói*, a economia da reciprocidade, que pode inspirar oposição à *economia radical*<sup>30</sup>, por meio de práticas de fortalecimento da autonomia comunitária.

Há um bem viver quando existe harmonia com a natureza e com os membros da comunidade, quando existe alimentação suficiente, saúde e tranquilidade, quando a "divina abundância" (...) permite a economia da reciprocidade, o *jopói*, isto é, "mãos abertas" de um para o outro. (MELIÀ, 2013)

Já no primeiro livro sobre o assunto, Bill Mollison e David Holmgren (1983) apostaram que sistemas permaculturais fariam com que a sociedade ficasse empenhada em produzir o essencial à sua própria existência, sendo improvável que repetisse “os erros das economias passadas, artificiais e monetaristas; políticas baseadas no conceito simplista de energia externa grátis” (MOLLISON; HOLMGREN, 1983, p.112). Ou seja, previam que a ação permacultural resultasse naturalmente em um sistema econômico sustentável e não exploratório.

A reflexão, trazida no primeiro livro por Mollison e Holmgren<sup>31</sup> dentro do título “Reenunção sumária de conceitos, possibilidades e princípios”, parece ter transitado de *status* durante os cursos de Mollison<sup>32</sup>, que passou a tratá-la como a ética final de *não visar o acúmulo de riquezas além do necessário*, mantendo, portanto, a ideia de foco na produção do essencial à existência.

Tudo o que eles têm que fazer [a comunidade] é concordar com um conjunto de princípios e éticas que servirão de guia. Essa ética consiste de cuidado com a Terra, cuidar das pessoas, e uma ética final de não visar o acúmulo de riquezas além do necessário. (MOLLISON, 2001, p. 1).

<sup>30</sup>A *economia radical* ocorre, segundo Rebecca D. Costa (2012, p.206), quando “princípios simples nos negócios, como risco/recompensa e perda/ganho, tornam-se o fator decisivo para determinar o valor e pessoas e prioridades, iniciativas e instituições”.

<sup>31</sup>MOLLISON, B.; HOLMGREN, D. *Permaculture One*. Capítulo 10 “Evolução Urbana e Êxodo Urbano”. 1983, p.111-112. Este livro foi publicado pela primeira vez na Austrália, em 1978.

<sup>32</sup>MOLLISON, B.A comunidade da permacultura. 5ª Edição. Tradução: Cássio P. Octaviani. Estados Unidos: Yankee Permaculture, 2001. 3p. Editado a partir das transcrições do Curso de Design em Permacultura The Rural Education Center, Wilton NH USA, 1981.

A ideia permacultural de não acúmulo coaduna com a compreensão dos povos indígenas, como os coletivos amazônicos que “percebem a produção em termos de reciprocidade” (TIBLE, 2020, p.264), ou os yanomami, que “em suas cerimônias funerárias destroem tudo que os mortos possuíam, inclusive suas plantações” (TIBLE,2020, p.242). Em 2020, durante a pandemia do covid-19, presenciamos notícias<sup>33</sup> acerca do drama dos yanomami, que tiveram crianças mortas e enterradas, após terem sido contaminadas com a covid-19, no hospital de Roraima, pra onde tinham sido levadas com suspeita de pneumonia. Além de não se apropriar de suas riquezas, os yanomami não enterram seus mortos, que têm de passar pela cerimônia funerária.

Os Yanomami fazem guerra para vingar os seus mortos, cujas cinzas funerárias eles dão aos seus aliados para enterrar na fogueira doméstica: ‘Os Yanomami pranteiam os homens generosos porque as suas cinzas valem mais do que ouro’ (TIBLE, 2020, p.275).

No sentido da não acumulação é também o relato de 1802, no qual Humboldt, alemão, teve um diálogo com o filho de um cacique descendente dos incas, em que o jovem afirmou que o desejo de minerar por riquezas era considerado um pecado aos olhos de seu povo.

Perguntou-lhe Humboldt: “Às vezes vocês não sentem o desejo de cavar em busca dos tesouros para suprir suas necessidades?”. O jovem respondeu: “Esse desejo nós não temos. Meu pai diz que seria pecaminoso. Se tivéssemos os ramos dourados com todos os frutos de ouro, os vizinhos brancos nos odiariam e acabariam nos fazendo algum mal”. (GALEANO, 2012 *apud* HUMBOLDT, *Alexander von. Ansichten der Natur.t.II*, citado em MEYER-ABICH, *Adolf* e outros. *Alejandro de Humboldt (1769-1859). BadGodesberg*, 1969).

À ideia de não acumular riquezas além do necessário se opõe movimento de acumulação originária, fundada no saque, interno e externo que se deu na América Latina e que, conforme Galeano (2012), “foi o meio mais importante de acumulação primitiva de capitais que, desde a Idade Média, tornou possível a

---

<sup>33</sup>Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês. EL PAÍS, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/maes-yanomami-imploram-pelos-corpos-de-seus-bebes.html>

aparição de uma nova etapa histórica na evolução econômica mundial”. Desta forma, a polêmica ocidental em torno da terceira ética da permacultura foi inevitável. Após definir a terceira ética como “não acumular riquezas além do necessário”, Mollison (2002;1991) a definiu ainda como “estabelecer limites” para a população e o consumo e como “contribuição do excedente de tempo, dinheiro e energia para alcançar os objetivos de cuidado com a terra e cuidado com as pessoas” (MOLLISON, 1998, p.15).

Além de ser a única ética modificada ao longo das publicações de seus criadores, provavelmente a fim de melhorar sua compreensão, a terceira ética é comumente encontrada, segundo a *World Wide Permaculture*<sup>34</sup>, com outras definições como “estabelecendo limites para a população e o consumo”, “partilha justa”, “limitação do uso e da população de recursos”, “redistribuição do excedente” e “vivendo dentro dos limites”. O problema desses entendimentos é que eles são geralmente associados, literalmente, à capacidade de suporte da terra, ou seja, o limite seria o quanto fosse possível consumir, e não o que fosse necessário. Além disso, algumas interpretações resultam em uma visão assistencialista, o que contrasta com a intenção originária, essencialmente autonomista.

Para Mollison (1998, p.200), “existem muitas lutas e aventuras a serem vividas: a luta contra o frio, a fome, a pobreza, a ignorância, a superpopulação e a ganância”. Ele nasceu e cresceu na Tasmânia, estado insular da Austrália, que abrange 335 ilhas. A maior ilha, colonizada pelos britânicos em 1803 como um assentamento penal, doou terras aos presidiários ao fim de suas penas. A partilha equânime e o fato de estarem em uma ilha, longe das terras de origem, provavelmente foi um dos fatores de igualdade social naquela comunidade, que persistiu na sociedade que se desenvolveu ali.

Eu cresci numa pequena vila na qual não havia pessoas ricas, nem pobres. Ninguém tinha medo da fome, ou qualquer pretensão de ficar rico. Tínhamos todos o mesmo nível social. Se algo estivesse lhe faltando, você nunca tinha que se preocupar se teria o que comer. Os

---

<sup>34</sup>The Controversial Third Ethic Of Permaculture. World Wide Permaculture, 2017. Disponível em: <https://worldwidepermaculture.com/controversial-third-ethic-permaculture/>.

membros de minha família eram os padeiros ali. Nós simplesmente dávamos pão de graça para quem não pudesse comprar pão. Esse tipo de coisa acontecia o tempo todo. Então, o dinheiro começou a acumular-se, e nós nos tornamos uma classe de pessoas totalmente desconectadas. (MOLLISON, 2001).

Percebe-se que a noção da terceira ética é, para Mollison, em grande parte fundado na partilha, o que se aproxima da noção de comum. Já para a cosmovisão indígena acerca da propriedade, a noção de partilha e a noção hegemônica de riqueza e, portanto, a sua acumulação, são relativizadas, na medida em que não podem pertencer a ninguém; diferentemente da noção de comum em Dardot e Laval (2015) que considera, por exemplo, as terras cultivadas como possuíveis. Neste sentido, para *Tuiavii* da ilha de *Upolu*, arquipélago de Samoa:

“Lau” em nossa língua quer dizer “meu” e também “teu”; é quase a mesma coisa. Mas na língua do Papalagui quase não existem palavras que signifiquem coisas mais diversas que “meu” e “teu”. Meu é apenas, e nada mais, o que me pertence; teu é só, e nada mais, o que te pertence. É por isto que o Papalagui diz de tudo quanto existe por perto da sua cabana: “É meu”. Ninguém tem direito à essas coisas, senão ele. (TUIAVII, 1998).

Além de não acumulação e partilha, na prática, através da economia da reciprocidade, se busca estabelecer uma rede de economia comunitária que dependa o mínimo possível de produtos e serviços externos, vez que é mais fácil estabelecer trocas diretas e sem atravessadores. Essa relação-rede costuma ser ótima para produtores e para o consumidor final, e se mostra estratégica para a permanência da comunidade que, possuindo os meios de produção e de escoamento dos seus produtos e serviços, consegue estabelecer sua vida no território com qualidade e suficiência.

Em primeiro lugar, nós temos um grupo de pessoas que pode ser definido como uma comunidade. Pode ser uma comunidade de designers, uma comunidade de pessoas vivendo em uma casa, ou uma comunidade espalhada pela face da Terra. Tudo o que eles têm que fazer é concordar com um conjunto de princípios e éticas que servirão de guia. Essa ética consiste de cuidado com a Terra, cuidar das pessoas, e uma ética final de não visar o acúmulo de riquezas além do necessário. (MOLLISON, 2001).

Exemplo dessa rede é a Comunidade Sustenta Agricultura (CSA), movimento presente no Brasil e em diversas partes do mundo. Mollison (2001), no Panfleto XII da Série Curso de Design em Permacultura, descreve o que se tornou o sistema CSA, a partir do estabelecimento de relações comerciais entre pessoas com algumas éticas em comum. Arranjos institucionais de gestão horizontal comunitária podem também ser vistos, por exemplo, na Central de Associações Comunitárias para Manutenção dos Sistemas de Saneamento (CENTRAL), ou no Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR do Ceará, uma federação formada por associações de moradores, que operam o sistema de abastecimento de água e integram o conselho – instância máxima da instituição.

Experiências construídas a partir da relação de troca de produtos foi também observada entre a Brigada Jefferson e o território pesqueiro quilombola de Salinas da Conceição. Todo mês são levadas polpas de frutas, chocolates, mel e trazidos pescados. Esse caminho permite acesso a produtos de qualidade com preço menor e gera renda para os assentados e também para os pescadores e pescadoras. A experiência de trocar permite hoje, quando a carne de gado está a um preço absurdo, ter acesso a peixe, a marisco, fortalecendo os territórios. Essa relação de troca é a expressão do diálogo desde a base, entre os próprios territórios.

Para além das ferramentas de economia comunitária, a articulação entre o campo e a cidade praticada entre o MST e a Teia dos Povos, em termos práticos, deu origem à interessante experiência do Quilombo Terra Livre, que abriu seu território às pessoas que desejam retornar à terra, seja por afinidade ou por necessidade. Este movimento se diferencia por defender solidariedade, e não caridade, cuja diferença, para Neto Onirê (2021) é simples, “a caridade dá comida e te mantém de joelho, a solidariedade te alimenta para a luta, pra construir dignidade, construir autonomia”

O quilombo Terra Livre decidiu abrir seu território em Jitaúna, assentamento autônomo Claudomijas Lima, segundo Onirê (2021) “para todos, todas e todes que estejam precisando de lugar pra viver, pra plantar sua comida

e reconstruir sua vida”, afirmando já haver chegado ao território pessoas vindas do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e também da Bahia.

São pessoas que entenderam que não há espaço nas cidades. Segundo, foram empurrados também pela crise, então se existe hoje uma crise, se existe hoje a dificuldade ao acesso à alimentação. Se eu tenho hoje 40 milhões de pessoas passando fome, o caminho pra resolver isso é a centralidade na luta pela terra e o retorno pra terra. Então hoje há sim esperança, e ela passa exatamente por essa retomada da luta pela terra” (ONIRÉ, 2021).

É na aliança entre os povos e os territórios, a esteira da emancipação, que estes movimentos afirmam que é preciso construir a autonomia econômica para assim ter a autonomia política, e que é preciso construir a autonomia alimentar para com isso ter rebeldia. A rebeldia, esse ingrediente essencial à imaginação de outros mundos possíveis.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *práxis* costuma ser capaz de congrega diversas pessoas (agentes) que, mesmo estando ancoradas em utopias, noções e (cosmo)visões diferentes, possuem objetivos comuns que as levam a participar coletivamente da construção da “cidade obra”, formando seu território. Ao buscar compreensão nas motivações destes agentes, é que a felicidade coletiva experimentada e promovida nos seus movimentos, se mostrou de fundamental importância para a *práxis* das utopias estudadas. Para o direito à cidade, em Lefebvre, os espaços bem-sucedidos são aqueles favoráveis à felicidade; para Dardot e Laval, a comunidade é associada à felicidade real e, por fim, para a cosmovisão ameríndia, o conceito de bem viver se traduz na própria felicidade, que só é possível quando é para todos. Felicidade, portanto, pode ser uma das ligas importantes que articulam essas utopias, que, como visto na pesquisa, estão presentes nas leituras dos habitantes e nas práticas de resistência.

As perspectivas trazidas mostraram na “felicidade comum”, para todos, potencial de alinhar e articular movimentos ancorados nas utopias do direito à cidade, do comum e do bem viver. Esse potencial se confirmou no levantamento de experiências, que aproximou as lutas por moradia com as de suficiência e dimensão comunitária, bem como se refletiu nos resultados da pesquisa empírica, que revelou, por exemplo, associação espontânea pelas pessoas residentes em Salvador dos conceitos de “espaço público” com os de “comum” e “comunidade”, ressaltado o acesso livre e gratuito a todos, além do uso e fruição.

Na pesquisa empírica realizada, os resultados indicam que ainda convivemos com problemas estruturais e sistêmicos, que afetam especialmente os que possuem menos recursos financeiros. Após a espacialização dos dados, foi possível perceber, por exemplo, que as necessidades básicas como moradia, alimentação e água limpa e tratada possuem menos qualidade no “miolo” da cidade, região historicamente, e ainda, habitada majoritariamente por pretos e pardos. A pesquisa revelou ainda um baixo nível de autonomia e suficiência, vez que poucos reaproveitam as águas de chuva ou possuem local apropriado e disponibilidade para o cultivo residencial de alimentos (autocultivo).

Com relação à dimensão comunitária, poucas pessoas residentes em Salvador disseram participar de algum coletivo organizado (cerca de 5%) e mais da metade dos respondentes afirmou consumir produtos sustentáveis e de comércio justo. Ademais quase metade dos respondentes concorda que plantas, minerais, animais e pessoas (visíveis e invisíveis) devem ser detentores de direitos, o que se alinha à utopia do bem viver amazônico e andino.

A renda, juntamente com a segurança financeira, foram os indicadores econômicos encontrados que possuíam maior diálogo com a felicidade, o que mostra a importância de refletir sobre a felicidade individual fundada no consumismo insustentável. O que se observou é que, as pesquisas de felicidade, a depender da metodologia, indicadores e sua leitura, podem resultar em diferentes análises e conclusões, especialmente considerando a complexidade dos indicadores econômicos, não sendo estes critérios confiáveis para medição da felicidade, cuja metodologia deve conter a diversidade e, sobretudo, especificidade local.

Foram analisadas ainda informações a partir da caracterização da população respondente, a fim de perceber relação entre a felicidade e a renda, a satisfação no amor, a cor ou raça, o gênero e a idade. Destes resultados, além da influência da renda na felicidade, destaca-se que o grupo menos feliz do estudo é o dos “menos felizes no amor” que se declaram mais infelizes inclusive dos que o de menor renda. A idade também pareceu influenciar na sensação de felicidade, tendo os jovens até 24 anos se mostrado os mais infelizes dentro do recorte “por idade”, enquanto os idosos com mais de 65 anos declararam ser o grupo mais feliz dentre os pesquisados, considerando todos os recortes. A falta de perspectiva dos jovens pareceu ser relevante ao resultado de sua infelicidade, hipótese que merece pesquisa e aprofundamento em trabalhos futuros.

Em breve análise da formação do território de Salvador, foi possível observar que as estratégias de sobrevivência e modos de vida podem ter aproximado as populações indígenas e pretas, vez que construíram espaços considerados como favoráveis à felicidade, tanto pela abundância de recursos naturais, como pela liberdade identitária que permitia a estes povos exercer, por exemplo, seus cultos e rituais em seus quilombos ou aldeamentos.

Em âmbito geral, esses espaços foram formados em áreas àquela época rurais em um modelo comunitário que inspira estratégias do bem viver até hoje. Essas experiências comunitárias do bem viver são “a utopia no presente” (CEAS, 2017) e suas práticas concretizam perspectivas de outra vivência no espaço urbano, indicando referências de busca pelo território do bem viver (*tekoha*) e da economia da reciprocidade (*jopói*).

É interessante observar que o potencial de superação do paradigma capitalista hegemônico possui amparo no bem viver, na medida em que mesmo fundado na abundância, esse modo de vida não é apocalíptico, e permite imaginar novas formas de atingir as autonomias e soberanias necessárias ao território, contribuindo, inclusive, para imaginar outras necessárias formas de economia. Isso torna a cosmovisão ameríndia cara, especialmente no presente contexto, crítico, escasso e pandêmico, sendo forte aliada das noções com as quais dialoga, como o direito à cidade, que necessitam de alternativas práticas.

A partir das reflexões acerca dos fatores externos que limitam e influenciam, mas não determinam os modos de vida das comunidades em resistência, possui protagonismo o fator de dificuldade no acesso e permanência na terra experimentado por estas populações. Neste sentido, foram identificadas como estratégias de luta: a propriedade e o usufruto comum; o cultivo biodiverso da terra; a não acumulação de riquezas além do necessário; e o modo de produção, realizado a partir da gestão horizontal descentralizada e da não exploração do trabalho.

Por fim, são temas para aprofundamento em pesquisas futuras, sobretudo nos territórios que defendem o direito à cidade e o bem viver, as estratégias de medição e de ação atreladas à superação das desigualdades sociais e opressões diversas experimentadas pelas comunidades, bem como para o acesso ao trabalho e a renda, fundadas na economia da reciprocidade e em valores associados ao bem viver, ao direito à cidade e ao comum. Interessa ainda o aprofundamento acerca do papel dos jovens e das mulheres, especialmente as pretas, na construção de espaços favoráveis à felicidade, considerando o papel central que assumem nesses espaços em resistência.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. p. 268. Título original: *El Buen Vivir – Sumak Kawsay – Una oportunidad para imaginar otros mundos*.
- ALVES, J. **Índios em Salvador (Identidade, Memória e Alteridade)**. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares. IV ENECULT. Salvador: UFBa, 2018. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14446.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- ALVES, M.; ESTRELA, F.; ONIRÊ, N. **Congresso virtual da Universidade Federal da Bahia: Aliança dos povos para o bem viver: tarefas urgentes da luta pela vida (2021)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ctu8olcQ8E&t=807s>. Acesso em: 01 mar. 2022.
- AMIGUET, L. **Entrevista de Luís Amiguete com Richard J. Roberts**. “A droga que cura não é lucrativa” La Vanguardia, 31 de julho de 2007. Disponível em: <https://rebellion.org/el-farmaco-que-cura-del-todo-no-es-rentable/>. Acesso em: 01 mar. 2022.
- ANDRADE, A.; BRANDÃO, P. **Geografia de Salvador**. 2 Ed. Salvador: EDUFBA, 2009. 160p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/587/3/Geografia%20de%20Salvador%20.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- BABAU. **“O bem viver só existe quando não só você está feliz”, defende Cacique Babau**. Brasília: CPT, 2017. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt/4077-o-bem-viver-so-existe-quando-nao-so-voce-esta-feliz-defende-cacique-babau>. Acesso em: 01 mar. 2022.
- BABEUF, G. **Manifesto dos Iguais**. Divulgação marxista, Ano 1, nº1. Rio de Janeiro: Editorial Calvino Limitada, 1946. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/divulgacao/01/div-mar-01.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.
- Bankrolling Extinction: The banking sector’s role in the global biodiversity crisis**. Relatório “Financiando a extinção”. Portfolio Earth, 2020. Disponível em: <https://portfolio.earth/>. Acesso em: 01 mar 2022.
- BBC News Brasil **“Pandemia não abateu humor do brasileiro, diz ranking da felicidade”**. Publicado em outubro de 2020 (Reuters/ Ricardo Moraes). Disponível em: *Pandemia não abateu humor do brasileiro, diz 'ranking da felicidade' - BBC News Brasil*. Acesso em: 06 dez. 2021.

BENITES, A.; GIMENES, J. **Retomada do tekó porã, o bem viver Guarani:** autonomia e liberdade no sul do Brasil. Teia dos Povos, 2021. Disponível em: <https://teiadospovos.org/retomada-do-teko-pora-o-bem-viver-guarani-autonomia-e-liberdade-no-sul-do-brasil/>. Acesso em: 01 mar 2022.

CARVALHO, S. M. S. **A obra de Pierre Clastres:** Acertos e enganos de uma antropologia política. São Paulo: Perspectivas, 1989/90.

CECEÑA, A. E. **Pensar la vida y el futuro de otra manera.** In: Sumak kawsay: buen vivir y cambioscambios civilizatorios. Quito: Fedaeaps, 2010. p. 73-88.

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL. **A ocupação Quilombo Paraíso e as comunidades do Bem Viver do Movimento dos Sem Teto da Bahia.** Equipe Urbana do Centro de Estudos e Ação Social. Salvador: CEAS, 2017. Disponível em: [https://caisassessoria.org.br/site/wpcontent/uploads/2020/04/CEAS\\_Salvador.pdf](https://caisassessoria.org.br/site/wpcontent/uploads/2020/04/CEAS_Salvador.pdf). Acesso em: 31 ago. 2021.

CNN Brasil, 2021. **Felicidade média do brasileiro cai ao menor nível em 15 anos em 2020.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/felicidade-media-do-brasileiro-cai-ao-menor-nivel-em-15-anos-em-2020/>. Acesso em: 06, dez. 2021.

COSTA, D. **Superando os supermemes:** um alerta que nos traz soluções sobre: como evitar a nossa extinção. Tradução: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Cultrix, 2012.

DA CRUZ, D. **Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura:** Filosofia Política da Libertação para Angola. Publicado por Observador, 2015. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/ferramentas-destruir-ditador-evitar-nova-ditadura-livro-proibido-pos-regime-angolano-tremer/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

DANTAS, S. C. **O Direito à Cidade de Lefebvre, e uma reflexão sobre a violência urbana.** RESGATE - vol. XIX, Nº 21 - jan./jun. 2011 - DANTAS, Shirley Carvalho - p. 97-102.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum:** ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017. Introdução: O comum, um princípio político (pp. 11-20); Post Scriptum sobre a Revolução do século XXI" (pp. 569-584). Disponível em: <https://outraspalavras.net/posts/o-comum-e-a-revolucao-dizem-dardot-e-laval/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Propriedade, apropriação social e instituição do comum.** Tradução: Naira Pinheiro dos Santos. São Paulo: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 27, n. 1, p. 261-273, 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** - 1995. v. 2. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão, São Paulo: Editora 34 Ltda, 2007.

FERNANDES, A.; FIGUEIREDO, G.; ESPINOZA, C. (editores). **Práticas coletivas e o direito à cidade em Salvador, Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-graduação, 2017. 72 p.: il. Disponível em: [https://www.ucl.ac.uk/bartlett/development/sites/bartlett/files/salvador\\_report\\_ufba\\_port.pdf](https://www.ucl.ac.uk/bartlett/development/sites/bartlett/files/salvador_report_ufba_port.pdf). Acesso em: 31 ago. 2021.

FERREIRA, J. **Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil**. Arataca: Teia dos Povos, 2021.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2012. Não paginado. Título original: *Las venas abiertas da America Latina*.

GAVRAS, D. **“Sul e Centro-Oeste são mais felizes; no Rio e Nordeste, bem-estar não avança”**. Publicado em 05/07/2021 - Mercado - Folha. Disponível em: [uol.com.br](http://uol.com.br). Acesso em: 06 dez. 2021.

GRANDO, M. Z.; MERTZ, M. M. **De colonos a agricultores familiares: uma trajetória de resistência**. Porto Alegre: FEE: Três décadas de economia gaúcha, v.2, p. 93-128, 2010. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/3-decadas/downloads/volume2/4/marines-zandavali.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.

GUIMARÃES, J.; BORGES, P. **O Bem Viver e o caminho para salvar o planeta**. Salvador, jun. 2020. Alma Preta. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/o-bem-viver-e-o-caminho-para-salvar-o-planeta>. Acesso em: 31 ago. 2021.

HAESBAERT, R. **Território(s) numa perspectiva latino-americana**. Journal of Latin American Geography, v. 19, N° 1, 2020. pp. 141-151. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lag.2020.0007>. Acesso em 28 jun. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>. Acesso em: 06 dez. 2021.

KRENAK, A. **O bem viver e o sentido da natureza**. Mediação: Bruno Maia e Nina Arouca. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (87 min). Publicado pelo canal Escola Parque Live. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XS5A5w14kGo>. Acesso em: 4 jan. 2021.

LANDER, E. **Crisis civilizatoria: el tiempo se agota**. In: Sumak kawsay: buen vivir y câmbios civilizatorios. Quito: Fedaeaps, 2010. p. 27-40.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. Título original: *Le Droit À la Ville*.

LEÓN, I. **Resignificaciones, cambios societales y alternativas civilizatórias**. In: Sumak kawsay: buen vivir y cambios civilizatorios. Quito: Fedaepps, 2010. p. 7-11.

MARIÁTEGUI, J. C. **Aniversario y balance**. In: Germinal: Marxismo e educação em Debate, 2019. p. 323–325.

MARTINS, L; REGO, A. **Histórias de resistência no Cabula**: Dos indícios da presença indígena aos arraiais quilombolas. In: X Encontro Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária. X ETBCES, 2020. Disponível em: [http://etbces.net.br/images/etbces/anais/2020/2020\\_ETBCES\\_Luciana\\_Andr.pdf](http://etbces.net.br/images/etbces/anais/2020/2020_ETBCES_Luciana_Andr.pdf). Acesso em: 31 ago. 2021.

MOLLISON, B. **A comunidade da permacultura**. 5ª Edição. Tradução: Cássio P. Octaviani. Estados Unidos: Yankee Permaculture, 2001. 3p. Editado a partir das transcrições do Curso de Design em Permacultura *The Rural Education Center, Wilton NH USA*, 1981.

\_\_\_\_\_. **Introdução à permacultura**: Planfleto I da Serie Curso de Design em Permacultura. 9ª Edição. Tradução: Cássio P. Octaviani. Estados Unidos: Yankee Permaculture, 2001. Editado a partir das transcrições do PDC *The Rural Education Center, Wilton NH USA*, 1981.

\_\_\_\_\_. **Permaculture: A Designers' Manual**. 2ª Edição. Australia: Tagari Publications, 2002.

MOLLISON, B.; HOLMGREN, D. **Permacultura Um**: Uma agricultura permanente nas comunidades em geral. Tradução: Norberto de Paula Lima. São Paulo: Ground, 1983. 151p. Título original: *Permaculture One: A Perennial Agriculture for Human Settlements*, 1978.

\_\_\_\_\_. **Permaculture Two**: Practical Design for Town and Country in Permanent Agriculture. Australia: Tagari Publications, 1979.

MOLLISON, B.; SLAY, R. M. **Introdução à Permacultura**. Tradução: André Luis Jaeger Soares. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998. 204p. Título original: *Introduction to Permaculture*, 1991.

NERI, M. **“Bem-Estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia”**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2021. Disponível em: <https://cps.fgv.br/FelicidadeNaPandemia>. Acesso em: 06 dez. 2021.

OISHI, S.; KESEBIR, S. **Income Inequality Explains Why Economic Growth Does Not Always Translate to an Increase in Happiness**. Psychological:

2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0956797615596713>. Acesso em: 01 mar. 2022.

PEREIRA, I. **Breve histórico do Instituto da sesmaria e a evolução das principais áreas da cidade de Salvador.** Direito UNIFACS-Debate Virtual, 2011. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1402/1089>. Acesso em: 01 mar 2022.

PINHEIRO, DJF; SILVA, MA. **Visões imaginárias da cidade da Bahia:** diálogos entre geografia e literatura. Salvador: EDUFBA, 2004.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDE, P. C. **Uma breve história dos estudos decoloniais.** São Paulo: Masp Afterall, 2019.

RAMÍREZ, R. **La Felicidad como Medida del Buen Vivir en Ecuador.** SENPLADES, 2009.

\_\_\_\_\_. **República del Ecuador, Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013: Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural.** SENPLADES, Ecuador, 2009.

REIS, L. **Autocuidado e bem viver:** Algo muito distante das periferias refém de Salvador- Bahia. Salvador, jul. 2021. Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/autocuidado-e-bem-viver-algo-muito-distante-das-periferias-refem-de-salvador-bahia/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

RISERIO, A. **Uma história da cidade Bahia.** Rio de Janeiro: Versal Editores, 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=FlxkDQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=Mairaquiquiig&ots=zg7OZdkXeD&sig=aywP2qfSUXjilK4UmpOZvXQGyOc#v=onepage&q=Mairaquiquiig&f=false>. Acesso em: 01 mar. 2022.

SANTANA, J. A. **A história e o gesto de expressão literário.** PPGEL/Universidade do Estado da Bahia, 2015. Disponível em: [br.s3-sa-east-1.amazonaws.com](https://br.s3-sa-east-1.amazonaws.com). Acesso em: 01 mar. 2022.

SANTOS, B. S. **La hora de los invisibles.** In: Sumak kawsay: buen vivir y cambios civilizatorios. Quito: Fedaeps, 2010a. p. 13-26.

\_\_\_\_\_. **Refundación del Estado en América Latina Perspectivas desde una epistemología del Sur.** Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad. Programa Democracia y Transformación Global, 2010b.

SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, P. **Trabalhar, Defender e Viver em Salvador no Século XVI.** 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em:

[https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/15\\_trabalhar\\_defender\\_e\\_viver\\_em\\_salvador\\_no\\_seculo\\_xvi.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/15_trabalhar_defender_e_viver_em_salvador_no_seculo_xvi.pdf). Acesso em: 31 ago. 2021.

SILVEIRA, N.; MELO, C.; JESUS, S. **Diálogos com os Guarani**: articulando compreensões antropológicas e indígenas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016. 254 p.: il. – (Coleção Brasil Plural). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/196819/Di%C3%A1logo%20com%20os%20Guarani%20E-book%203jun2019.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 ago. 2021.

TEIXEIRA, A.; SANTOS, M. **Leituras possíveis**: a paisagem do Largo da Mariquita. Arquisur Revista, ano 5, nº7. Salvador, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/JaciledaSantos/publication/280239249\\_Leituras\\_posiveis\\_a\\_paisagem\\_do\\_Largo\\_da\\_Mariquita/links/55aee56008aed614b09a7a88/Leituras-possiveis-a-paisagem-do-Largo-da-Mariquita.pdf](https://www.researchgate.net/profile/JaciledaSantos/publication/280239249_Leituras_posiveis_a_paisagem_do_Largo_da_Mariquita/links/55aee56008aed614b09a7a88/Leituras-possiveis-a-paisagem-do-Largo-da-Mariquita.pdf). Acesso em: 01 mar. 2022.

TIBLE, J. **Marx Selvagem**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 400p.

TUIAVII, et al. **O Papalagui**: discursos de Tuiavii, chefe de tribo de Tiavéa nos mares do Sul. Recolhidos por Erich Scheurmann. Tradução: Luiza Neto Jorge. Lisboa: Antígona, 1998. Título original: *Der Papalagui*. Disponível em: <https://www.academia.edu/34726285/Papalagui>. Acesso em 28 jun. 2020.

VASCONCELOS, F. A. de. **FILOSOFIA UBUNTU**. Logeion: Filosofia da Informação, 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/3841>. Acesso em: 09 set. 2021.

VERAS; M. R.; FAVERO, C. A. **Bem viver**: o reencontro da utopia. Em Distopias e utopias: entre os escombros do nosso tempo / Celso Antonio Favero, Carlos Eduardo Soares de Freitas, Paulo Rosa Torres (organizadores). - Salvador: EDUFBA, 2020. 348 p.

VIVEIROS, L. **Direito à cidade e hegemonia**: Movimentos, Articulações e Disputas no Brasil e no Mundo, 2020. Belém. ANPUR: Salvador: EDUFBA, PPGAU, 2020.

VIVEIROS, L.L.; LIMA, A. **Política Urbana em Disputa**: Dimensões e Contradições. In: FAVERO, C; FREITAS, Carlos; TORRES, Paulo. Entre os Escombros do Nosso Tempo. Salvador: EDUFBA, 2020. 402 p.

VIVEIROS, L.; LIMA, A. N. V.; DELL'ORTO, J. M. **Direito à cidade e bem viver**: diálogos e afetos latino-americanos. V!RUS, São Carlos, n. 22, Semestre 1, julho, 2021. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus22/?sec=4&item=3&lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2022.

**World Happiness Report**. Publicado pela Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável em 20 de março de 2020. Disponível em: <https://worldhappiness.report>. Acesso em: 01 mar. 2022.

ZIBECHI, Raul. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americana. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Prezada pessoa!

Esta pesquisa objetiva compreender a utopia do Bem Viver na visão (perspectiva) dos moradores de Salvador e região metropolitana, a partir dos seus motivos de felicidade. A aproximação de ideias sobre utopia como ponto de partida, felicidade como ponto de chegada, e vivência como caminho, permite visualizar e refletir sobre cenários não apocalípticos, onde seja possível a construção de espaços sociobiocêntricos favoráveis à felicidade.

As informações serão utilizadas somente para fins científicos e acadêmicos e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, vez que não há identificação do respondente no questionário. Os dados serão coletados no ano de 2021, não havendo quaisquer ônus ou bônus pela participação na pesquisa.

A sua resposta pessoal e sincera é muito importante. Obrigada antecipadamente pelo tempo investido.

Este questionário é parte da pesquisa intitulada "O Bem Viver na utopia soteropolitana" desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, pela mestrandia Julia Marques Dell'Orto, sob orientação da Profa. Liana Silvia de Viveiros e Oliveira.

Em caso de dúvidas ou denúncias poderá contatar a pesquisadora responsável através do e-mail: [julia.dellorto@ucsal.edu.br](mailto:julia.dellorto@ucsal.edu.br) ou no endereço Av. Orlando Gomes, 1558, 4A, CEP 41650-010 - Ssa/BA | CEP/UCSAL: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituaçu, CEP: 41.740-090 - Ssa / BA

---

**\*Obrigatório**

1. Declaro que tenho conhecimento dos objetivos da pesquisa e dou meu consentimento para participar dela e para a publicação dos resultados. \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Concordo em participar da pesquisa
- Não concordo em participar da pesquisa

2. Onde você mora? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Salvador
- Região Metropolitana de Salvador (responder em: <https://forms.gle/nJz4AAKqhEUdYS9H9>)
- Outros locais

### Caracterização

3. Onde mora? (Rua/Bairro) \*

---

4. CEP \*

---

5. A sua residência se localiza na zona:

*Marcar apenas uma oval.*

- urbana
- rural

6. Idade:

*Marcar apenas uma oval.*

13 -17 anos

18 -24 anos

25-34 anos

35-44 anos

45-54 anos

55-64 anos

65+

7. Gênero:

*Marcar apenas uma oval.*

Feminino

Masculino

Neutro

Outro

8. Como você se identifica?

*Marcar apenas uma oval.*

Amarela

Branca

Indígena

Parda

Preta

9. Nível de educação formal:

*Marcar apenas uma oval.*

- Pós-graduação
- Graduação
- Ensino Médio
- Ensino Fundamental
- Não possuo

10. Rendimento mensal (individual):

*Marcar apenas uma oval.*

- sem renda
- menos de 1 salário mínimo
- 1 a 3 salários mínimos
- 3 a 5 salários mínimos
- 5 a 10 salários mínimos
- mais de 10 salários mínimos

#### Satisfação com a vida

11. Você é feliz?

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Infeliz	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito feliz

12. Você se considera uma pessoa amada socialmente?

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

13. Você é uma pessoa satisfeita com seus relacionamento(s) amoroso(s)?

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

14. Você gosta do seu trabalho?

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito

15. Quais destes elementos influenciam na sua felicidade:

*Marque todas que se aplicam.*

- Moradia
- Educação
- Saúde
- Segurança
- Alimentação
- Segurança financeira
- Trabalho
- Contato com a Natureza
- Acesso à espaços públicos (parque, praças, etc.)
- Acesso à bares e restaurantes
- Acesso à praia
- Acesso à eventos culturais
- Acesso à internet
- Acesso à livros e revistas
- Encontrar-se presencialmente
- Familiares
- Amigos
- Amores
- Crises globais (pobreza, guerras, pandemia, etc.)
- Outro: \_\_\_\_\_

16. O que te faz feliz? \*

---

---

---

---

---

17. Você se sente em segurança na sua residência?

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Inseguro(a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Seguro(a)

18. Você se sente em segurança nas ruas e espaços públicos de Salvador?

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Inseguro(a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Seguro(a)

### Necessidades

19. Você possui segurança financeira?

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Nenhuma	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sim

20. Você possui acesso à alimentação diária?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, de boa qualidade
- Sim, de qualidade razoável
- Sim, de baixa qualidade
- Não

21. Você possui acesso à moradia?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, de boa qualidade
- Sim, de qualidade razoável
- Sim, de baixa qualidade
- Não

22. A sua residência é:

*Marcar apenas uma oval.*

- Própria com escritura
- Própria sem escritura (posse)
- Alugada
- Emprestada
- Moradia com os pais

23. Você possui acesso à água limpa e tratada?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, de boa qualidade
- Sim, de qualidade razoável
- Sim, de baixa qualidade
- Não

24. Você possui acesso à educação?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, de boa qualidade
- Sim, de qualidade razoável
- Sim, de baixa qualidade
- Não

25. Você possui acesso à saúde?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, de boa qualidade
- Sim, de qualidade razoável
- Sim, de baixa qualidade
- Não

26. Você possui acesso à internet?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Apenas no celular
- Às vezes
- Não

27. Você tem carro?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não, mas utilizo

28. Quais desses meios de transporte você utiliza habitualmente?

*Marque todas que se aplicam.*

- Ônibus
- Metrô
- Aplicativos de transporte (ex. Uber)
- Carona
- Táxi
- Carro
- Mototáxi
- Trem
- Ferry Boat
- Barco ou lancha
- Outro: \_\_\_\_\_

### Suficiência

29. Você utiliza caminhada, bicicleta ou semelhantes como skate e patins, como meio de transporte?

*Marcar apenas uma oval.*

- Muito
- Às vezes
- Pouco
- Nunca

30. De onde vem o seu alimento?

*Marque todas que se aplicam.*

- Supermercados
- Mercadinhos locais
- Feira de produtos orgânicos
- Feira livre
- Produtores orgânicos locais (delivery)
- CSA - Comunidade Sustenta Agricultura

31. De onde vem a energia elétrica da sua residência?

*Marque todas que se aplicam.*

- Concessionária (Coelba)
- Fotovoltaico On-Grid (ligada na rede elétrica)
- Fotovoltaico Off-Grid
- Eólica (ventos)
- Outro: \_\_\_\_\_

32. Você faz coleta e reaproveitamento das águas de chuva?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Sim, mas reaproveito apenas parte da água
- Coleta, mas não reaproveito (apenas drenagem)
- Não

33. Você cultiva alimentos em casa?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, tenho um cultivo biodiverso
- Tenho uma pequena horta/canteiro
- Apenas algumas ervas/temperos
- Não

34. Você participa de algum coletivo organizado? (Se sim, escrever nome do coletivo)

\_\_\_\_\_

**Dimensão comunitária**

35. Marque as afirmativas com as quais concorda:

*Marque todas que se aplicam.*

- Animais devem ser detentores de direitos
- Plantas devem ser detentoras de direitos
- Minerais devem ser detentores de direitos
- Pessoas (visíveis ou não) devem ser detentoras de direito

36. Quais espaços públicos você frequenta ou costumava frequentar antes da pandemia? (ex. praias, praças, parques etc.) Se sim, escreva o nome do local (ex. Praia das Neves, Praça Castro Alves)

---

---

---

---

---

37. Quais espaços privados você frequenta ou costumava frequentar antes da pandemia? (ex. bares, restaurantes, academia etc.) Se sim, escreva o nome do local (ex. Shopping Center Lapa)

---

---

---

---

---

38. Você parou de frequentar espaços públicos por conta da pandemia?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Alguns

39. Você segue as recomendações de saúde relacionadas ao Covid-19?

*Marque todas que se aplicam.*

- Higienização das mãos
- Distanciamento social
- Lockdown
- Uso de máscara
- Outro: \_\_\_\_\_

40. Existem produtos sustentáveis e de comércio justo na sua localidade?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, sempre consumo
- Sim, às vezes consumo
- Sim, mas não consumo
- Não

41. Em que espaços da cidade a vida comunitária se realiza?

---

---

---

---

---

42. O que espaço público significa pra você?

---

---

---

---

---

43. O que direito à cidade significa pra você?

---

---

---

---

---

44. O que Bem Viver significa pra você?

---

---

---

---

---

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

## **APÊNDICE B - MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS INDICADORES DE FELICIDADE PARA SALVADOR**

O índice bruto da satisfação com a vida possui distribuição igualitária (peso) entre seus 04 indicadores, sendo então atribuído 25% para cada. São eles: 1. Felicidade manifesta, resultado da pergunta “Você é feliz?”; 2. Relações sociais, resultado da pergunta “Você se considera uma pessoa amada socialmente?”; 3. Relações amorosas, resultado da pergunta “Você é uma pessoa satisfeita com seu(s) relacionamento(s) amoroso(s)?”; e 4. Satisfação no trabalho, resultado da pergunta “Você gosta do seu trabalho?”.

Para ponderar estes indicadores foi utilizada a pontuação obtida na pergunta “Quais destes elementos influenciam na sua felicidade?”, sendo atribuído peso de 84,9 ao indicador de relações sociais (média entre a pontuação dos elementos “amigos”, 87,7 e “familiares”, de 82,1). Já para o indicador de “relações amorosas” foi utilizada a pontuação do elemento “amores” (65,5). Para o indicador da “satisfação no trabalho” foi utilizado o elemento “trabalho” (69,4) e para o indicador de segurança em casa e nos espaços públicos foi utilizada a pontuação do elemento “segurança” (73,4).

O índice bruto de necessidades atendidas possui distribuição igualitária (peso) entre seus 10 indicadores, sendo então atribuído 10% para cada. São eles: 5. Segurança, resultado das perguntas “Você se sente em segurança na sua residência?” e “Você se sente em segurança nas ruas e espaços públicos de Salvador?”, motivo pelo qual é atribuído 5% a cada questão, totalizando os 10% pertinentes ao indicador.

DOMÍNIO	INDICADORES	ÍNDICE BRUTO	PESOS (%)	ÍNDICE PONDERADO
<b>INTRÍNSECO</b> Satisfação com a vida	1. Felicidade manifesta	73,6 (25%)	100 (30%)	22,1
	2. Satisfação social	76,3 (25%)	84,9 (27%)	20,6
	3. Satisfação amorosa	73,3 (25%)	65,5 (21%)	15,4
	4. Satisfação no trabalho	74,2 (25%)	69,4 (22%)	16,3
<b>TOTAL</b>		<b>72,2</b>	<b>100%</b>	<b>74,4</b>
<b>EXTRÍNSECO</b> Necessidades Básicas	5. Segurança em casa	82,2 (10%)	73,4 (9%)	7,4
	6. Segurança nos espaços públicos	45,0 (10%)	73,4 (9%)	4
	7. Segurança Financeira	62,4 (10%)	80,2 (10%)	6,2
	8. Trabalho (renda)	55,6 (10%)	80,2 (10%)	5,6
	9. Alimentação	94,0 (10%)	82,1 (11%)	10,3
	10. Moradia	94,5 (10%)	86,5 (12%)	11,3
	11. Água	95,8 (10%)	82,1 (11%)	10,5
	12.1 Educação formal	85,5 (5%)	68,7 (4%)	3,4
	12.2. Educação acesso	95,9 (5%)	68,7 (4%)	3,8
	13. Saúde	85,5 (10%)	87,7 (12%)	10,3
	14. Internet	99,5 (10%)	71,4 (8%)	8
<b>TOTAL</b>		<b>80,5</b>	<b>100%</b>	<b>80,8</b>
<b>SOCIOBIOCÊNTRICO</b> Suficiência e dimensão comunitária	15. Mobilidade de baixo impacto	49,6	-	-
	16. Auto cultivo	36,2	-	-
	17. Reutilização da água de chuva	29,6	-	-
	18. Participação em coletivos organizados	5,2	-	-
	19. Direitos das pessoas não humanas	63,3	-	-
	20. Produtos sustentáveis e de comércio justo	54,3	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>39,2</b>		<b>39,2</b>
<b>ÍNDICE FELICIDADE SSA</b>		<b>64,0</b>		<b>64,8</b>

**INDICADOR 1: FELICIDADE MANIFESTA:**  $(42 \times 5) + (109 \times 4) + (84 \times 3) + (12 \times 2) + (5 \times 1) = 210 + 436 + 252 + 24 + 5 = 927$

TOTAL POSSÍVEL: 252 (questionários) x 5 (pontuação máxima) = 1260

PONTUAÇÃO: 1260 (100%) = 927 **(73,6)**

**INDICADOR 2: SATISFAÇÃO SOCIAL:**  $(63 \times 5) + (109 \times 4) + (55 \times 3) + (15 \times 2) + (8 \times 1) = 315 + 436 + 165 + 30 + 8 = 954$

TOTAL POSSÍVEL: 250 (questionários) x 5 (pontuação máxima) = 1250

PONTUAÇÃO: 1250 (100%) = 954 **(76,3)**

**INDICADOR 3: SATISFAÇÃO AMOROSA:**  $(91 \times 5) + (64 \times 4) + (42 \times 3) + (32 \times 2) + (23 \times 1) = 455 + 256 + 126 + 64 + 23 = 924$

TOTAL POSSÍVEL: 252 (questionários) x 5 (pontuação máxima) = 1260

PONTUAÇÃO: 1260 (100%) = 924 **(73,3)**

**INDICADOR 4: SATISFAÇÃO NO TRABALHO:**  $(68X5) + (84X4) + (56X3) + (20X2) + (14X1) = 340 + 336 + 168 + 40 + 14 = 898$

TOTAL POSSÍVEL: 242 (questionários) x 5 (pontuação máxima) = 1210

PONTUAÇÃO: 1210 (100%) = 898 **(74,2)**

**INDICADOR 5: SENSAÇÃO DE SEGURANÇA EM CASA:**  $(99X5) + (103X4) + (30X3) + (15X2) + (4X1) = 495 + 412 + 90 + 30 + 4 = 1031$

TOTAL POSSÍVEL: 251 (questionários) x 5 (pontuação máxima) = 1255

PONTUAÇÃO: 1255 (100%) = 1031 **(82,2)**

**INDICADOR 6: SENSAÇÃO DE SEGURANÇA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS:**  $(2X5) + (18X4) + (78X3) + (96X2) + (57X1) = 10 + 72 + 234 + 192 + 57 = 565$

TOTAL POSSÍVEL: 251 (questionários) x 5 (pontuação máxima) = 1255

PONTUAÇÃO: 1255 (100%) = 565 **(45)**

**INDICADOR 7: SEGURANÇA FINANCEIRA:**  $(38X5) + (49X4) + (98X3) + (39X2) + (28X1) = 190 + 196 + 294 + 78 + 28 = 786$

TOTAL POSSÍVEL: 252 (questionários) x 5 (pontuação máxima) = 1260

PONTUAÇÃO: 1260 (100%) = 786 **(62,4)**

**INDICADOR 8: RENDA:**  $(30X5) + (43X4) + (47X3) + (76X2) + (26X1) + (29X0) = 150 + 172 + 141 + 152 + 57 + 26 = 698$

TOTAL POSSÍVEL: 251 (questionários) x 5 (pontuação máxima) = 1255

PONTUAÇÃO: 1255 (100%) = 698 **(55,6)**

**INDICADOR 9: ALIMENTAÇÃO:**  $(197X4) + (50X3) + (3X2) + (0X1) = 788 + 150 + 6 = 944$

TOTAL POSSÍVEL: 251 (questionários) x 4 (pontuação máxima) = 1004

PONTUAÇÃO: 1004 (100%) = 944 **(94)**

**INDICADOR 10: MORADIA:**  $(201X4) + (45X3) + (5X2) + (0X1) = 804 + 135 + 10 = 949$

TOTAL POSSÍVEL: 251 (questionários) x 4 (pontuação máxima) = 1004

PONTUAÇÃO: 1004 (100%) = 949 **(94,5)**

**INDICADOR 11: ÁGUA:**  $(211X4) + (38X3) + (2X2) + (0X1) = 844 + 114 + 4 = 962$

TOTAL POSSÍVEL: 251 (questionários) x 4 (pontuação máxima) = 1004

PONTUAÇÃO: 1004 (100%) = 962 **(95,8)**

**INDICADOR 12.1: ACESSO EDUCAÇÃO:**  $(215X4) + (33X3) + (2X2) + (0X1) = 860 + 99 + 4 = 963$

TOTAL POSSÍVEL: 251 (questionários) x 4 (pontuação máxima) = 1004

PONTUAÇÃO: 1004 (100%) = 963 **(95,9)**

**INDICADOR 12.2:** NÍVEL EDUCAÇÃO FORMAL:  $(104 \times 5) + (113 \times 4) + (35 \times 3) + (0 \times 2) + (0 \times 1) = 520 + 452 + 105 = 1077$

TOTAL POSSÍVEL: 252 (questionários) x 5 (pontuação máxima) = 1260

PONTUAÇÃO: 1260 (100%) = 1077 **(85,5)**

**INDICADOR 13:** SAÚDE:  $(135 \times 4) + (93 \times 3) + (16 \times 2) + (7 \times 1) = 540 + 279 + 32 + 7 = 858$

TOTAL POSSÍVEL: 251 (questionários) x 4 (pontuação máxima) = 1004

PONTUAÇÃO: 1004 (100%) = 858 **(85,5)**

**INDICADOR 14:** ACESSO INTERNET:  $(247 \times 4) + (5 \times 3) + (0 \times 2) + (0 \times 1) = 988 + 15 = 1003$

TOTAL POSSÍVEL: 252 (questionários) x 4 (pontuação máxima) = 1008

PONTUAÇÃO: 1008 (100%) = 1003 **(99,5)**

**INDICADOR 15:** MOBILIDADE DE BAIXO IMPACTO:  $(25 \times 4) + (54 \times 3) + (63 \times 2) + (108 \times 1) = 100 + 162 + 126 + 108 = 496$

TOTAL POSSÍVEL: 250 (questionários) x 4 (pontuação máxima) = 1000

PONTUAÇÃO: 1000 (100%) = 496 **(49,6)**

**INDICADOR 16:** AUTOCULTIVO:  $(0 \times 4) + (18 \times 3) + (78 \times 2) + (155 \times 1) = 54 + 156 + 155 = 365$

TOTAL POSSÍVEL: 252 (questionários) x 4 (pontuação máxima) = 1008

PONTUAÇÃO: 1008 (100%) = 365 **(36,2)**

**INDICADOR 17:** APROVEITAMENTO ÁGUA CHUVA:  $(3 \times 4) + (14 \times 3) + (9 \times 2) + (226 \times 1) = 12 + 42 + 18 + 226 = 298$

TOTAL POSSÍVEL: 252 (questionários) x 4 (pontuação máxima) = 1008

PONTUAÇÃO: 1008 (100%) = 298 **(29,6)**

**INDICADOR 18:** PARTICIPAÇÃO EM COLETIVOS ORGANIZADOS: 13

TOTAL POSSÍVEL: 252 (questionários)

PONTUAÇÃO: 252 (100%) = 13 **(5,2)**

**INDICADOR 19:** DIREITO DAS PESSOAS NÃO HUMANAS: ANIMAIS: 91,9%; PLANTAS: 56,1%; MINERAIS 41,9 =  $91,9 + 56,1 + 41,9 = 189,9$

TOTAL POSSÍVEL: 300

PONTUAÇÃO: 300 (100%) = 189,9 **(63,3)**

**INDICADOR 20:** PRODUTOS SUSTENTÁVEIS COMÉRCIO JUSTO:  $(24 \times 4) + (104 \times 3) + (14 \times 2) + (109 \times 1) = 96 + 312 + 28 + 109 = 545$

TOTAL POSSÍVEL: 251 (questionários) x 4 (pontuação máxima) = 1000

PONTUAÇÃO: 1004 (100%) = 545 **(54,3)**